

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 38, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Câmpus de Tocantinópolis, aprovado pela Resolução Consepe nº 06/2007.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Câmpus de Tocantinópolis, aprovado pela Resolução Consepe nº 06/2007, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS (ATUALIZAÇÃO 2018).

Anexo da Resolução nº 38/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

TOCANTINÓPOLIS/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 38/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA, CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS (ATUALIZAÇÃO 2018).**

TOCANTINÓPOLIS/TO
2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Projeto Pedagógico do Curso de
Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal do Tocantins -
UFT, Campus de Tocantinópolis.

TOCANTINÓPOLIS/TO

2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato
REITOR

Profa. Dra. Ana Lúcia de Medeiros
VICE-REITORA

Esp. Jaasiel Lima
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Profa. Dra. Vânia Márcia de Araújo Passos
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Raphael Sanzio Pimenta
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Maria Santana Milhomem
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. Kherlley Caxias Batista Barbosa
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Profa. Dra. Eduardo Andrea Lemus Erasmo
PRÓ-REITORA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO

Prof. Dr. Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo
DIRETOR DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

Pode-se dizer que na escola, o nexu instrução e educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos seus alunos e é também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta contra um tipo inferior. Se o corpo docente é deficiente e o nexu instrução-educação é abandonado, visando resolver a questão do ensino de acordo com esquemas abstratos nos quais se exalta a educabilidade, a obra do professor se tornará ainda mais deficiente; ter-se-á uma escola retórica sem seriedade, pois faltará a corporeidade material do certo e o verdadeiro, será verdadeiro só verbalmente, ou seja, de modo retórico.

(Gramsci, 2001, Cadernos do cárcere, v. 2, p. 44).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CONTEXTO INSTITUCIONAL	8
1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	8
1.2 A UFT no contexto regional e local	13
1.3 Missão institucional	17
1.4 Estrutura Organizacional	19
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	21
2.1 Dados do Curso	21
2.2 Diretor do Campus	22
2.2.1 - Administração Acadêmica segundo o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins.	22
2.3 Coordenadora do Curso	24
2.3.1 Atribuições segundo o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins	24
2.4 Secretaria Acadêmica.....	30
2.4.1 Atribuições e competências da Secretaria Acadêmica.....	31
2.5 Colegiado do Curso	28
2.5.1 Atribuições segundo o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins	31
2.6 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	32
2.7 Comissão de Elaboração do PPC	32
2.8 Histórico do curso: sua criação e trajetória	33
2.9 Produção de Material Didático ou Científico do Corpo Docente.	37
3. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	37
3.1 A construção de um currículo interdisciplinar	39
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	42
4.1 As Concepções que orientam o Projeto Político do Curso	42
4.2 Projeto Pedagógico do Curso	47

4.2.1 Princípios que orientam o curso	47
4.2.2 Objetivo do Curso	51
4.2.3 O papel social do curso	53
4.2.4 Perfil Profissiográfico	54
4.2.5 Campo de atuação profissional	55
4.2.6 Competências, atitudes e habilidades	55
4.2.7 Organização Curricular	57
4.2.8 Organização em Núcleos Curriculares	58
4.2.9 Matriz Curricular	63
4.2.10	70
4.2.11 Erro! Indicador não definido.	71
4.2.11 Metodologia	156
4.2.12 Interface ensino, pesquisa e extensão	156
4.2.13 Interface com programas de fortalecimento do ensino	165
4.2.14 Interface com as Atividades Complementares	170
4.2.15 Interface Atividades Científicas, Acadêmicas e Culturais.	170
4.2.16 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	171
4.2.17 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	174
4.2.18 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	175
4.2.19 Avaliação do Projeto do Curso	175
4.2.20 Auto Avaliação e Avaliação Externa (ENADE e Outros)	176
5. CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	177
5.1 Corpo docente:	177
Condição	180
Regime de trabalho	180
Tempo de Magistério Superior	180
Áreas de atuação no curso	180

5.2 Corpo discente: atenção aos discentes	182
5.3 Corpo Técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso	183
6. 189	
6.1 Estrutura Física do Campus:	186
7. 195	
8. 199	

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta uma reestruturação do Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Tocantinópolis. Na realização deste projeto considerou-se as exigências da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, a qual: “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (BRASIL, 2015, p.1).

Considerou-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT, 2016-2020, aprovado pela Resolução do CONSUNI nº 06 de 05 de abril de 2016, no qual está inserido o projeto pedagógico institucional (PPI), que, dentre outras orientações, estabelece alguns critérios acerca dos cursos de graduação a serem ofertados pela UFT, tais como: princípios da organização curricular, plano para atendimento às diretrizes pedagógicas (perfil de formação do egresso; flexibilidade curricular, seleção de conteúdos, processo de avaliação da aprendizagem, estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório etc.).

Considerou-se, também, o Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC) que, em conformidade com os documentos institucionais anteriormente citados, estabelece a sua missão como a de: “Promover ações de educação superior por meio de ensino, pesquisa e extensão na região tocantina, produzindo e difundindo conhecimento com qualidade técnica, política, humana e responsabilidade socioambiental e cultural” com a visão de “Consolidar o Campus de Tocantinópolis da UFT a referência em ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento da região tocantina, através dos cursos de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu) até 2020.” (PDC, 2016, p. 12).

O resultado deste projeto é oriundo de um intenso esforço e de discussões coletivas, construídas a partir das reflexões, experiências, responsabilidades e compromissos individuais de cada membro do NDE e do Colegiado do curso de Pedagogia. Nesse projeto estão presentes os indicadores do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis, sua missão, princípios, objetivos e metas, além das estratégias políticas e acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, para se alcançar um nível de excelência desejado.

O projeto consiste em uma reformulação institucional, visando atender aos interesses de toda a comunidade acadêmica e ao anseio da sociedade local em prol de um compromisso com a qualidade, com a orientação humanística e com a preparação para o exercício pleno da

cidadania, na formação docente. Neste sentido, o presente documento, propõe não somente a formação técnico-positiva, mas também o desenvolvimento da criatividade e da reflexão crítica do aluno, visando em seu processo formativo a construção de perfil social e político, como cidadão e como agente transformador da sociedade.

Dando sequência ao presente projeto, primeiro é imprescindível a referência aos aspectos históricos, valores, princípios, estrutura e infraestrutura Campus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins.

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Esta foi criada como resultado de ampla mobilização dos estudantes de ensino superior e médio, bem como da sociedade civil organizada a fim de que o Tocantins fosse tratado com isonomia pelo governo federal posto que, à época, era o único ente da federação que não possuía uma universidade federal, além de que a UNITINS, na condição de única universidade estadual, cobrava mensalidade dos seus estudantes. Essa mobilização começou em 1999, mas teve culminância em 2000 em um movimento denominado de “SOS UNITINS”. Esse movimento realizou várias ações como a deflagração de uma longa greve dos estudantes da UNITINS, além de manifestação na Câmara Estadual de deputados, fechamento de rodovias, prisão de estudantes e greve de fome, dentre outras ações. (ARAÚJO, 2016; MAIA, 2011; MORETZ-SOHN, 2002; SOUZA, 2007).

Após muita luta do movimento estudantil e articulação política, a UFT foi criada pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, mas iniciou suas atividades a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para

tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores em 2003, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de Câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, o processo de transferência dos cursos da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Doutor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº 041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e, também, o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos Câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

O Campus de Tocantinópolis foi criado pelo decreto estadual nº. 252 de 21 de fevereiro de 1990, em conformidade com o disposto na lei nº 136/90 assegurou, à Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), recém-criada pela emenda provisória nº 075 de dezembro de 1989, a implantação de três Centros Universitários com sede em pontos estratégicos do estado, nas cidades de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, cujo Campus (Centros de extensão) foi instalado no antigo Centro de Formação de Professores Primário (CFPP) que, ao encerrar suas atividades de formação de professores no curso Normal de nível médio, transferiu parte de sua estrutura física e mobiliária para a universidade (PINHO, 2004).

No ano seguinte os Centros já instalados passaram a implementar os cursos de Pedagogia para a formação de professores habilitados a lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro grau – nomenclatura da época) e nas disciplinas pedagógicas do curso Normal (magistério de nível médio). Em 24 de outubro de 1991 a Lei nº. 326 transformou a Universidade do Tocantins em autarquia e incorporou à sua estrutura a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano localizada na cidade de Porto Nacional e a Faculdade de Educação Ciências e Letras em Araguaína, e neste mesmo ano foram criados os Centros Universitários de Palmas, Paraíso e Miracema.

Nos anos de 1993 os Centros de Extensão foram transformados em Centros Integrados e foram criados os Centros Universitários de Gurupi e Colinas. A partir de 1996 a Universidade do Tocantins já contava com dez Câmpus universitários: Arraias, Araguaína, Colinas, Gurupi, Guaraí, Miracema, Palmas, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis, além do Colégio

Agrotécnico de Natividade, sendo reestruturada pela Lei 872/96 que definiu o processo de extinção da Autarquia e a criação da Fundação Universidade do Tocantins, como instituição pública de direito privado.

Em 1998 houve uma intensa movimentação no sentido de uma possível privatização da universidade, mas a Lei nº. 1.042/98 ampliou o prazo de extinção da autarquia por um período de oito anos, definindo a transferência gradativa dos bens móveis e imóveis da autarquia para a Fundação Universidade do Tocantins, que se instalou com a proposição de fechamento de alguns Câmpus, dentre eles, o de Tocantinópolis.

Esse processo de fechamento de alguns Câmpus gerou uma grande movimentação no estado, sobretudo na região do Bico do Papagaio, pois o Câmpus de Tocantinópolis atendia toda a região tocantina que se estende do norte do Tocantins ao sul dos estados do Maranhão e do Pará.

Neste sentido, em Tocantinópolis começou um movimento liderado pelo Centro Acadêmico (C.A) do curso de Pedagogia, mas apoiado por toda a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada. Assim, foi criado um “Fórum de Defesa da Permanência do Câmpus de Tocantinópolis”, o qual organizou listas de abaixo-assinado, passeatas, reuniões com a classe política local e estadual a fim de evitar o fechamento do Campus de Tocantinópolis.

Após intensas lutas e muita articulação política, o supracitado Fórum e a comunidade tocantinopolina e de toda a região lograram êxito em seu intento, sendo que conseguiram a permanência do Câmpus da UNITINS em Tocantinópolis (ARAÚJO, 2008). O mesmo êxito não ocorreu nas cidades de Colinas, Guaraí e Paraíso, as quais tiveram seus Câmpus da UNITINS fechados. Desta maneira, dentre os 10 (dez) Câmpus antes existentes da UNITINS, permaneceram nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis, cujo quantitativo vai compor futuramente a configuração da UFT, a qual permanece até os dias atuais.

Em 2000 foi criada a Universidade Federal do Tocantins (UFT) pela Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000 e, em seguida, iniciou-se o processo de negociação entre a Unitins e a recém-criada UFT. Em 2002 foi celebrado um acordo de cooperação entre as universidades de modo que a Unitins repassaria todas as suas instalações e cursos das cidades do interior e parte das instalações da capital para a UFT. Também foi cedido, por um ano, o corpo docente.

Em 2003 a UFT passou a implementar suas atividades definitivas nos sete Câmpus, e realizou seu primeiro concurso para professores efetivos, começando então a trabalhar com um corpo próprio. Vários concursos se sucederam para docentes e técnicos a fim de que a UFT

criasse seu próprio quadro de servidores. Assim, o ano de 2003 foi considerado o ano marco da instalação da Universidade Federal do Tocantins, sendo o mês de maio, o mês de comemoração, embora haja uma polêmica de que se deve considerar que a universidade nasce no ano 2000.

Em 2006 é criado o curso de licenciatura em Ciências Sociais que iniciou a sua implementação em 2007 com uma grande aceitação por parte da população acadêmica da região. Aos poucos a demanda acadêmica para o curso foi baixando, mas a qualidade continuou mantida, de modo que recebeu uma boa avaliação do MEC.

Em 2013, o Campus concluiu seu Plano de Expansão (2012-2022), através do qual propõe a abertura de um conjunto de cursos de formação inicial, acadêmicos e tecnólogos, cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de pós-graduação *stricto sensu*, com proposta de submissão, junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de mestrado acadêmico em Educação, no ano de 2017. No ano de 2013, também, através de edital específico, o Campus passou a ofertar, o curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música.

A partir de 2014 a universidade iniciou a construção de um nova unidade na cidade de Tocantinópolis, o qual foi apelidado de “Campus Babaçu”, com a pretensão de ter seus primeiros prédios prontos já no segundo semestre de 2018, uma vez que a Unidade localizada no centro da cidade, já não tem espaços suficientes para comportar as demandas de pessoal e infraestrutura necessárias para a implantação dos três cursos que, dentro do Projeto de expansão, foram pactuados pelo MEC: Licenciatura em Educação Física (iniciado no ano de 2015), Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Tecnólogo em Construção de Edifícios. Este último curso foi substituído pelo curso de Direito, o qual foi criado pela Resolução CONSUNI de 08 de dezembro de 2016, e com isso fecha-se o primeiro ciclo da consolidação do Campus, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 01: Relação dos cursos implantados e previstos para implantação no Campus de Tocantinópolis

CURSO	MODALIDADE	FORMA DE ENTRADA	REGIME DE OFERTA	SITUAÇÃO
-------	------------	------------------	------------------	----------

Licenciatura plena em Pedagogia	Presencial	SISU	Anual	Implantado em 1991
Licenciatura plena em Ciências Sociais	Presencial	SISU	Anual	Implantado em 2007
Licenciatura plena em Educação do Campo	Presencial	Vestibular	Anual	Implantado em 2014
Licenciatura plena em Educação Física	Presencial	SISU	Anual	Implantado em 2015
Tecnólogo em Saneamento Ambiental	Presencial	SISU	Anual	Pactuado com previsão para 2019
Bacharelado em Direito	Presencial	SISU	Anual	Criado em 2016, mas sem autorização para abertura de turmas

1.2 A UFT no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que elevem o nível de qualidade de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicampi, possui 7 (sete) *Câmpus* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), conforme figura a seguir:



IMAGEM 01: Mapa do Tocantins com os *Câmpus* da UFT assinalados

Atualmente, há 62 cursos de graduação distribuídos entre os sete *Câmpus* da UFT, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 02: Relação de cursos de graduação existente nos Câmpus da UFT

CIDADE	CURSOS DE GRADUAÇÃO	QUANT.
Araguaína	Biologia, Biologia (EAD), Física, Geografia, História (Bacharelado), História (Licenciatura), Letras – Língua Portuguesa ou Língua Inglesa (Licenciatura), Matemática, Medicina Veterinária, Química, Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Logística, Zootecnia e Medicina.	15
Arraias	Administração Pública (EAD), Biologia (EAD), Matemática (EAD), Matemática, Educação do Campo, Pedagogia, Tecnólogo em Turismo Patrimonial e Socioambiental	07
Gurupi	Agronomia, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Florestal, Química Ambiental e Química (EAD).	05
Miracema	Educação Física, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social.	04
Palmas	Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes – Teatro (Licenciatura), Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Filosofia (licenciatura), Física (EAD), Jornalismo, Medicina, Nutrição, Pedagogia.	18
Porto Nacional	Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências Sociais (Bacharelado), Geografia (Bacharelado), Geografia (Licenciatura), História (Licenciatura), Letras – Língua Portuguesa ou Língua Inglesa (Licenciatura), Letras – Libras (Licenciatura), Relações Internacionais.	09
Tocantinópolis	Ciências Sociais (Licenciatura), Educação do Campo (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura) e Pedagogia (Licenciatura)	04

Fonte: PROGRAD, 2016.

A UFT, com seus sete Câmpus, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas

manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação escolar indígena, educação rural e de jovens e adultos.

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - Promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - Promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação nos sete Câmpus, implantados em diferentes cidades com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infraestruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só Campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

1.3 Missão institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2014 – 2022), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT

e todos os esforços dos gestores juntamente com a comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

1. O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
6. O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
7. A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Nos 07 Câmpus, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local, e próxima, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências Humanas, da Educação, das Ciências Agrárias, das Ciências Biológicas e da Saúde.

A grande dimensão da UFT é expressa, em números aproximados, por 1031 professores efetivos e 854 técnicos administrativos, conforme dados do documento institucional do ano de 2016. Com mais de 18 mil alunos, distribuídos em sete Câmpus universitários, a UFT mantém 62 cursos de graduação, além de dezenas de cursos de especialização, 17 mestrados acadêmicos,

12 mestrados profissionais e 6 doutorados, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior. Levando-se em conta o objetivo de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidade de formação nas áreas das Ciências: Animal, Agrárias e Tecnologias, Biológicas, Humanas, Linguística, Letras e Artes, Saúde, Sociais e Sociais Aplicadas, Engenharias, Ensino de Ciências e Gestão e Negócios.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por abranger todo o Estado, a UFT torna-se a mais importante instituição pública de ensino superior do Tocantins, no que se refere à dimensão e ao desempenho acadêmico.

1.4 Estrutura Organizacional

Segundo o Regimento Interno da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

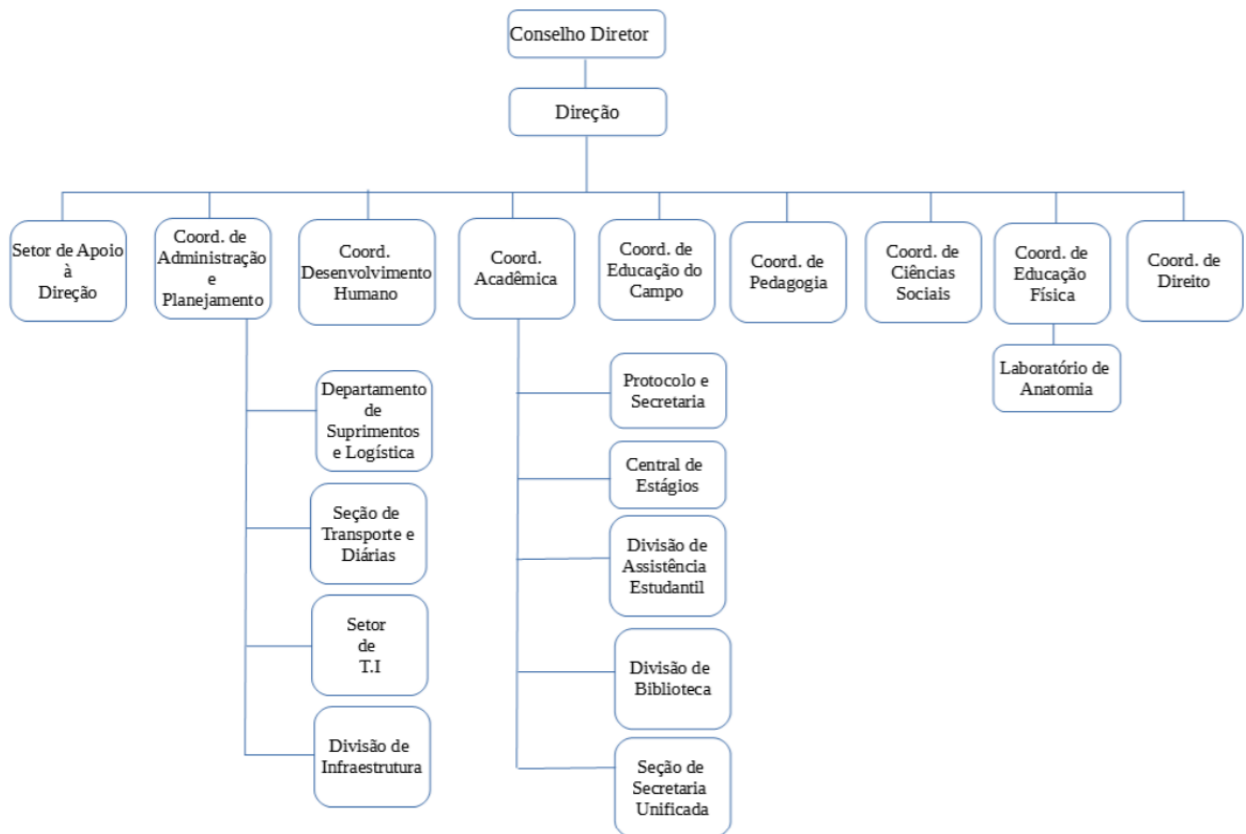
- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de Câmpuse representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 008/2011.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).
- **Conselho do Diretor:** é o órgão dos Câmpus com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o

Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Campus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

- **Diretor de Câmpus:** docente eleito pela comunidade universitária do Campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada Campus.
- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

O Campus de Tocantinópolis possui atualmente quatro cursos de graduação e está organizado de acordo com o organograma apresentado abaixo:

ORGANOGRAMA DO CAMPUS EM 2018



2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Dados do Curso

- Nome do Curso/Habilitação: Pedagogia.
- Modalidade: Licenciatura - Ensino Presencial.
- Endereço do Curso:

Universidade Federal do Tocantins – UFT
Campus Universitário de Tocantinópolis
Rua 06 s/n
Bairro Vila Santa Rita
Tocantinópolis – TO
Fone/Fax: (63) 3471-6001

- Ato Legal de Reconhecimento do Curso:
 - Criação: Decreto Federal de 20/04/1993-DOU de 22/04/1993, S.1, p.5164.
 - Autorização: Decreto Federal de 20/04/1993-DOU de 22/04/1993, S.1, p.5164.
 - Reconhecimento: Portaria MEC nº 256, de 27/02/1997 - DOU de 28/02/1997, S.1, p. 3773 e Decreto Estadual nº 1.815, de 18/07/2003 - DOE de 25/07/2003, p. 36541
 - Renovação de Reconhecimento: 1) Portaria MEC nº 411 de 11/10/2011-DOU de 14/10/2011, S.1, p. 23 2) Portaria MEC nº 123, de 09/07/2012-DOU de 10/07/2012, S.1, p. 86 e 87
- Número de vagas: 80 vagas/ano.
- Título Acadêmico: Pedagogo.
- Duração do Curso:
 - Mínimo: 8 semestres
 - Média: 12 semestres
 - Máximo: 12 semestres
- Forma de Acesso: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM/SiSU (Res. do Consuni nº 25, de 29 de junho de 2018). Processo Seletivo Vestibular e/ou outros processos seletivos, aprovados pelo Consuni, respeitadas as reservas de vagas - Lei 12.711/2012.
- Regime Letivo: Bloco Semestral.
- Turnos de Oferta: Matutino e Noturno
- Carga Horária Total Do Curso: 3435 horas

2.2 Diretor do Campus

Nataniel da Vera- Cruz Gonçalves Araújo

<http://lattes.cnpq.br/5444905278550774>

2.2.1 - Administração Acadêmica segundo o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins.

No Campus universitário de Tocantinópolis, a gestão institucional e a gestão do curso trabalham com base em uma gestão democrática, com vistas a promoção da participação dos acadêmicos e docentes na elaboração de diretrizes e princípios que corporificam os objetivos propostos pelo Projeto Pedagógico do Curso.

As atribuições da Direção do Campus e do Conselho Diretor conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O Campus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos Câmpus de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de Câmpus:

- I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;
- II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Câmpus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;
- V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de *Câmpus* antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de Câmpus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;

- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII. propor a atribuição do título de —Professor Emérito;
- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Unidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;
- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
- XX. emitir parecer em assunto de sua competência;
- XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento da UFT dispõe sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor do Campus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Câmpus poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário.

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de Câmpus:

- I. administrar o Campus;
- II. representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;
- III. promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de *Câmpus*, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- V. integrar o Conselho Universitário;
- VI. encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do *Câmpus*;
- VII. apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de *Câmpus*, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- VIII. delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

2.3 Coordenadora do Curso

Profa. Me. Zian Karla Vasconcelos Barros

<http://lattes.cnpq.br/5798978199879635>

2.3.1 Atribuições segundo o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins

Na UFT, a coordenação acadêmica dos cursos é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste Projeto Pedagógico de Curso. Neste sentido, os Cursos possuem uma instância colegiada, composta por todos os seus professores, por representantes estudantis e de técnicos administrativos, que define, acompanha e avalia as questões relativas ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão. O Curso de Pedagogia será organizado dentro desta mesma lógica.

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos (ou de áreas) compete:

- I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- III. propor ao Coordenador do *Câmpus* a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;

IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V. expedir instruções referentes aos cursos;

VI. representar contramedidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade. Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2.4 Secretaria acadêmica do curso

Não existe uma Secretaria Acadêmica específica para o curso, existe uma Secretaria do Campus que atende a todos os cursos e possui característica própria. É um o órgão suplementar

de caráter executivo, reúne a documentação pertinente ao desempenho das atividades acadêmicas e responsável pelo manuseio, classificação, preservação e manutenção do acervo discente. É a instância que, em conformidade com as normas acadêmicas, possui como atividade primordial o processamento dos dados sobre o ensino e a vida acadêmica dos discentes, acompanhando a trajetória dos alunos desde a entrada na Instituição até o momento da conclusão do curso. A Secretaria Acadêmica tem por finalidade centralizar a administração da vida acadêmica, efetuando o controle e o registro de todos os atos acadêmicos, pertinentes aos cursos de graduação.

2.4.1 Atribuições e competências da Secretaria Acadêmica

São atribuições do Chefe da Secretaria Acadêmica:

- Orientar e supervisionar as atividades da Secretaria Acadêmica;
- Orientar e supervisionar os Secretários Acadêmicos dos Cursos nos relacionamentos com a Secretaria Acadêmica;
- Supervisionar o serviço de registro de fluxo da documentação acadêmica;
- Divulgar e acompanhar o Calendário Acadêmico;
- Conhecer e aplicar as normas de legislação de ensino;
- Orientar e acompanhar a aplicação da legislação e das normas acadêmicas em vigor;
- Responder pelo expediente e pelos serviços gerais da Secretaria Acadêmica;
- Trazer em dia a coletânea de leis, regulamentos, regimentos, instruções, resoluções etc.;
- Organizar, coordenar e administrar os serviços de registro e controle acadêmico;
- Controlar a tramitação de processos de transferência de acadêmicos oriundos de outras instituições de ensino;
- Receber das Coordenações de Curso os horários de aula e professores responsáveis;
- Distribuir os espaços físicos para as disciplinas;
- Acompanhar o cadastro das Atividades Complementares realizadas pelos alunos;
- Responsabilizar-se pelos termos de colação de graus e secretariar as colações de grau;
- Divulgar instruções e editais relativos à matrícula e inscrições diversas;
- Zelar pelo fiel registro dos dados e pela guarda e conservação dos equipamentos e materiais da Secretaria;
- Manter pelo fiel registro dos dados e pela guarda e conservação dos equipamentos e materiais da Secretaria Acadêmica;
- Manter em ordem os currículos, ementas e programas;

- Emitir e assinar documentos acadêmicos de graduação (atas, declaração do aluno regular, históricos escolares, guias de transferência etc.);
- Emitir listagem nominal dos alunos matriculados para a Secretaria de Transportes Urbanos do Município expedir as carteiras de meia-passagem;
- Encaminhar semestralmente à Pró-Reitoria de Graduação os mapas estatísticos (número de matriculados, de trancados, de graduados, de desistentes, de transferidos para UFT e da UFT), relatórios nominais e quantitativos sobre o alunado;
- Atender os professores em suas reivindicações pertinentes aos diários de classe, no que diz respeito a correção e/ou alteração;
- Acompanhar o prazo de integralização curricular dos alunos emitindo notificações;
- Emitir notificações de cancelamento de matrícula;
- Exercer outras atribuições que forem determinadas em sua área de atuação.

O setor é responsável pela organização e tramitação de diferentes processos ligados diretamente ao acadêmico, tais como:

- Apostilamento de diploma;
- Aproveitamento de Disciplinas;
- Atividades complementares;
- Benefício da Lei 6.202/75 - Gestante e Lei 1.044/69
- Certidões e Declarações;
- Colações de Grau (Oficial e Extemporânea)
- Correção/Adequação de diários;
- Trancamentos / Destrancamentos de Curso;
- Processos de Diplomas;
- Entrega de Monografias;
- Agendamento, prazos de defesas de TCC;
- Matrícula de Ingressantes (Sisu, Extra vestibular)
- Matrícula de Reingressos;
- Trancamentos de Disciplinas;
- Transferências;
- Orientações a preenchimentos de diários de docentes;
- Orientação quanto aos diferentes prazos acadêmicos e calendários;
- Divulgação de diferentes editais;
- Convocações para recebimentos de dados para atualização cadastral;
- Recebimento dos planos de disciplinas dos cursos do Campus;

- Recebimento dos diários de classe todos os cursos do Campus;
- Orientação das ofertas;
- Emissão de declarações para professores;
- Orientação aos acadêmicos(as) referentes aos processos de cancelamento de matrícula;
- E demais casos não descritos no fluxo acadêmico.

Funcionamento

A Secretaria Acadêmica fica localizada em local estratégico no Campus, situada na entrada do Prédio 3P (Salas de aula) e de fácil acesso. No que se refere aos servidores, o setor é composto por 4 servidores, sendo um Chefe da Secretaria Acadêmica e três secretários acadêmicos que fazem as mesmas funções durante 12 horas diárias no período de 07h30 as 20h de Segunda a Sexta.

2.5 Colegiado do Curso

O colegiado do curso é composto por todos os docentes efetivos, um técnico administrativo e três discentes, indicados pelo Centro Acadêmico da Pedagogia.

QUADRO 03: Titulação e currículo dos docentes do colegiado do curso de pedagogia (UFT– Tocantinópolis)

DOCENTES EFETIVOS				
NOME	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	CURRÍCULO LATTES
Aline Campos	Ciências Biológicas	Educação		http://lattes.cnpq.br/6733650602311108
Andrey Patrick Monteiro de Paula	Matemática	Educação		http://lattes.cnpq.br/9708266813028800
Arinalda Silva Locatelli	Pedagogia	Educação	Educação	http://lattes.cnpq.br/5074693179436277
Cleomar Locatelli	Pedagogia	Educação	Políticas Públicas	http://lattes.cnpq.br/3950178832772420
Eliseu Riscaroli	Pedagogia	Educação	Educação	http://lattes.cnpq.br/2153949223770275
Fabiane Silva Barros	Psicologia			http://lattes.cnpq.br/5386711780768876
Fabíola Andrade Pereira	Pedagogia	Educação	Educação	http://lattes.cnpq.br/3511383751514623
Francisca Rodrigues Lopes	Pedagogia	Comunicação e Semiótica	Comunicação e Semiótica	http://lattes.cnpq.br/4331475763408397
Janaína Ribeiro de Rezende	Psicologia	Educação	Psicologia Social	http://lattes.cnpq.br/7004959582541409
Jéferson Muniz Alves Gracioli	Geografia	Educação		http://lattes.cnpq.br/1430569136446167
Joedson Brito dos Santos	Pedagogia	Educação	Educação	http://lattes.cnpq.br/8524800817745634
Lisiane Costa Claro	História Pedagogia	Educação	Educação Ambiental/	http://lattes.cnpq.br/1725240024764116
Marco Aurélio Gomes de Oliveira	Pedagogia	Educação	Educação	http://lattes.cnpq.br/6147461207257222
Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha	Pedagogia	Educação	Educação	http://lattes.cnpq.br/9343268359724540
Mauro Torres Siqueira	História	Serviço Social	Educação	http://lattes.cnpq.br/4473107147247890
Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo	Pedagogia	Educação	Educação	http://lattes.cnpq.br/5444905278550774

Raimundo Nonato de Pádua Cândia	Letras - Língua Portuguesa	Educação	Educação	http://lattes.cnpq.br/3719416176703621
Zian Karla Vasconcelos Barros	Pedagogia	Educação		http://lattes.cnpq.br/5798978199879635
TECNICO ADMINISTRATIVO				
NOME	FORMAÇÃO			CURRÍCULO LATTES
Iana Cristina da C. Amorim	Pedagoga			
DISCENTES				
NOME	TURMA DE INGRESSO			CURRÍCULO LATTES
Thalis de Oliveira Gonçalves				
Jemima Marinho Abreu				http://lattes.cnpq.br/6122375714643755
Jailma Ribeiro Marinho				http://lattes.cnpq.br/0656426067789161

2.5.1 Atribuições segundo o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO

I - Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

- I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV. opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;
- V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX. propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

2.6 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

De acordo com a Nota Técnica emitida pela Pró-Reitoria de Graduação da UFT, art. 2º: “O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso”.

Nesse sentido, os trabalhos do NDE vêm sendo realizados considerando as seguintes atribuições, presentes no art. 3º do já referido documento:

I – Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturações referentes ao projeto pedagógico de curso; II – Prezar pela atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e na legislação correlata; III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, todas as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE para aprovação; IV- Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias e contribuir para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso; V – Colaborar para a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; VII – Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao curso; VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso, IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação. (NT/PROGRAD/UFT, 2015, p. 03).

Seguindo essas orientações, o Núcleo Docente Estruturante foi composto buscando realizar as atribuições que lhe cabem, sendo uma delas a reformulação deste PPC, executada entre os anos de 2016 e 2019.

2.7 Comissão de Elaboração do PPC

Em decorrência da Resolução nº 02 de 01 de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação, que, “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (BRASIL, 2015, p.1), impôs-se ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) a urgência de revisão do PPC vigente, que havia sido aprovado em 2007. Nesse intento, ainda no ano de 2015 deu-se início a discussão sobre reformulação do PPC do curso, entretanto, a organização de uma nova proposta apenas começou a ser estruturada no ano seguinte, após a recomposição do NDE com a saída de antigos membros e entrada de novos.

Ao longo do ano de 2016 os membros do NDE avançaram consideravelmente na reformulação do PPC, porém não foi possível concluí-la. Em 2017 houve reestruturação nos

membros do NDE e o novo grupo deu continuidade à reformulação da proposta, a qual só foi finalizada no primeiro semestre de 2018. Nesse sentido, a comissão responsável pela elaboração do PPC é constituída pelos professores que fizeram parte do NDE ao longo dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019

- ✓ Aline Campos
- ✓ Andrey Patrick Monteiro de Paula
- ✓ Arinalda Silva Locatelli
- ✓ Cleomar Locatelli
- ✓ Eliseu Riscarolli
- ✓ Fábio Pessoa Vieira
- ✓ Fabíola Andrade Pereira
- ✓ Francisca Rodrigues Lopes
- ✓ Joedson Brito dos Santos
- ✓ Juliana Chioca Ipólito
- ✓ Leandro Andrade Fernandes
- ✓ Mário Borges Netto
- ✓ Mauro Torres Siqueira
- ✓ Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo
- ✓ Zian Karla Vasnconcelos Barros

2.8 Histórico do curso: sua criação e trajetória

O Curso de Pedagogia, ofertado pelo Campus de Tocantinópolis, em seus 29 (vinte e nove) anos, já passou por várias revisões e reorganizações estruturais, quanto ao regime de oferta, a organização do espaço, renovação do corpo docente e demais servidores, por isso a proposição de um novo Projeto Político Pedagógico para um curso diferente requer o envolvimento de todos, um constante refazer, uma constante ação-reflexão-ação.

O Campus de Tocantinópolis teve origem em 1970 como Centro de Formação de Professores Primários (CFPP)¹. Em 1990, o CFPP interrompeu suas atividades de habilitação e formação de professores para a educação básica, transferindo parte de sua estrutura física e

¹ O Centro de Formação de Professores Primários – CFPP foi criado para atender ao número reduzido de professores habilitados na região do “Bico do Papagaio” (extremo norte do Estado do Tocantins), como formação que contribuísse na redução do elevado índice de analfabetismo existente.

mobiliária para a recém-criada Universidade do Tocantins (UNITINS)² que, de certa forma, continuou formando professores, todavia em nível superior, ofertando o Curso de Pedagogia.

No início, o quadro docente era formado por professores universitários com formação em cursos de graduação e/ou pós-graduação *lato sensu* (especialização). As primeiras turmas ingressaram sem vestibular, cuja seleção era feita através de análise das médias contidas no histórico escolar do ensino médio.

O Curso iniciou suas atividades em regime regular, anual, em 1991 com uma turma, a qual formou em 1994. A partir de 1995 passaram a ingressar duas turmas: uma no período matutino e outra no período noturno. A partir de 1997, o Campus começou a discutir a elaboração de uma proposta curricular semestral para o curso. Essa nova estrutura entrou em vigor em 1999, passando o curso de Pedagogia a formar professores habilitados apenas para atuar na docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2000 o Campus de Tocantinópolis passou a chamar-se Centro Universitário de Formação de Profissionais da Educação – CEFOPE, diante disso, o vestibular para o Curso Normal Superior com habilitação em Docência dos Anos Iniciais no Ensino Fundamental ofereceu vagas para apenas uma turma no período noturno.

A criação do curso Normal Superior está relacionada às mudanças provocadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96), na qual obrigava a formação, em nível superior, de professores não habilitados que atuavam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o ano 2007. Essa formação em nível superior é decorrente da preocupação quanto à melhoria da qualidade de ensino, dentro do contexto das reformas educacionais incentivadas internacionalmente, vinculadas à revisão do papel do Estado.

Por outro lado, a criação e implementação do curso gerou polêmicas em nível institucional, sobretudo entre os acadêmicos. Um dos episódios marcantes foi o Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999 em seu Art. 3º, § 2º, que estabeleceu a obrigatoriedade do curso Normal Superior ser oferecido “exclusivamente” em Institutos Superiores de Educação.

Após diferentes manifestações de apoio e de discórdia das entidades educacionais, houve a edição do Decreto 5.554, de 7 de agosto de 2000, o qual: “Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação de nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências” (BRASIL, 2000, p.1). Neste sentido, foi feita uma alteração quanto a esse ponto e o Decreto passa à nova

² Em 1990 ocorre o primeiro e único concurso da UNTINS, no qual foram efetivados 22 docentes, para toda a universidade e até 2010 não fora feito mais concursos, todos os servidores eram contratados. (MAIA, 2011, p. 120).

redação, substituindo o termo “exclusivamente” por “preferencialmente”. Nesse contexto polêmico, ressaltou-se a discordância entre educadores sobre a real necessidade do Curso Normal Superior, uma vez que a Pedagogia já vinha suprimindo essa necessidade.

No Campus de Tocantinópolis e, possivelmente, em universidades com situação similar, houve um conjunto de manifestações, dentre os motivos estavam: a não habilitação para atuação nas matérias pedagógicas do magistério; a excessiva carga horária de Estágio (de 300 horas para 800 horas); a contraditória acusação depreciativa, especialmente a veiculada pela imprensa, mas também por acadêmicos de outros cursos, de que o Curso Normal Superior é de qualidade universitária “inferior”.

Para enfrentar tal situação no Campus de Tocantinópolis, uma série de medidas foram adotadas, entre as quais: criação da Coordenação de Curso; estudo sistemático do contexto de mudanças na Formação de Professores entre discentes, docentes e coordenação de curso; promoção de eventos acadêmicos para discussão e debate sobre o curso e o perfil do profissional em formação e contratação de professores com qualificação na área.

Tendo em vista a necessidade de inserção da Docência como base da formação do profissional da educação, o Campus de Tocantinópolis, discutiu amplamente a reformulação curricular do curso de Pedagogia com habilitação em Administração Educacional, desde o 2º semestre de 2003, em reuniões do colegiado do curso, no planejamento do semestre, nas visitas do Reitor e Pró-Reitora de Graduação ao Campus e nos seminários internos promovidos pelos alunos e professores já se discutia a questão da docência como base da formação, como também a proposta de fusão do curso Normal Superior com a Pedagogia³.

No Campus de Tocantinópolis, ainda pertencente a UNITINS, o Curso Normal Superior começou a sofrer seus primeiros abalos logo que foi implantado, devido à difusão das constantes críticas vindas, tanto dos especialistas como de teóricos de renome, ao status privilegiado que o novo Curso assumia.

A LDB nº 9.394/96, ao definir o Curso Normal Superior como responsável pela formação de professores, tornou o curso de Pedagogia, “*um dos temas mais polêmicos e de difícil regulamentação na área da graduação*”. (MEC/CNE/SESu/2002 p. 03). A polêmica gerada pelas diretrizes do novo curso de pedagogia trouxe a compreensão de que se poderia separar as atividades de formação das atividades de produção de conhecimento. Os Decretos

³O Curso Normal Superior foi criado em 2000 e seu primeiro vestibular ocorreu em 2001, abriram-se vagas para os cursos Normal Superior e Pedagogia. No Campus de Tocantinópolis, a Pedagogia habilitava em Administração Educacional, o curso Normal Superior habilitava em docência das Séries Iniciais ou Docência em Educação Infantil.

3.276/99 e 3.554/2000, as Resoluções 01/99, 01/2002, 02/2002 e o Parecer 133/2001 reforçam essa dicotomia, isto é, um curso para formar professores e outro para formar gestores.

Não tardou para que os alunos começassem a perceber as contradições e dicotomias no novo Curso de Pedagogia. O parágrafo único do artigo 67 da LDB e as Normativas da Secretaria Estadual de Educação, 004/02, 018/03, 019/2003 e 021/03 os impediam de assumir os cargos e funções escolares de direção, supervisão, orientação educacional e todos os demais que estivessem na condição de gestão, pois precisariam ter no mínimo um ano de experiência na docência. Perceberam também que não poderiam assumir a função de docência, pois o curso não os formava para tal.

No âmbito da UFT, as inquietações manifestaram-se desde o 2º semestre de 2003. Todavia, os debates oficiais iniciaram a partir do 1º semestre de 2004 com os *Câmpus* de Arrais, Miracema, Palmas e Tocantinópolis. No primeiro semestre de 2004 ocorreram as primeiras reuniões convocadas pela PROGRAD/UFT para reformulação dos cursos Normal Superior e Pedagogia. Neste encontro definiu-se a docência (educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental) como base da formação do pedagogo. Também foram formados grupos de trabalhos para estudos e produção de documentos referentes ao Currículo, Estágio, Avaliação, TCC e Linhas de Pesquisas.

Em julho de 2004, em reunião da PROGRAD com alunos, professores e coordenadores quando foi apreciada e aprovada uma estrutura curricular na qual fixava-se a fusão dos cursos Normal Superior e Pedagogia, ficando, portanto: Pedagogia com habilitação em Administração Educacional e Docência dos Anos Iniciais, e Pedagogia com habilitação em Administração Educacional e Docência em Educação Infantil. Somente em 2007, a partir da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de 2006, entra em vigor o novo projeto pedagógico do curso de Pedagogia, que passa, então, a formar para docência (LOCATELLI et al, 2012). Atualmente abrem-se vagas para vestibular anual com duas entradas: uma para o primeiro e outra para o segundo semestre em cada ano.

Diante do contexto das exigências nacionais e regionais, do quadro de professores com maior qualificação, da promulgação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como as necessidades locais, levou-nos a amplas discussões sobre o curso e a propor uma nova estrutura curricular capaz de atentar para as demandas imediatamente expostas.

2.9 Produção de Material Didático ou Científico do Corpo Docente.

A **produção de materiais Didáticos** pelo corpo docente está relacionada com as atividades dos Laboratórios específicos do curso, como a Brinquedoteca Mário de Andrade, o Centro de Memória da Educação (CEMED) e o Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico (LIAPE).

Nestes espaços as atividades realizadas pelos professores, a partir das disciplinas de metodologias produzem diversos materiais didáticos que são utilizados nos próprios Laboratórios e pelos alunos em fase de estágio. Além disso, a Expomatec, que é um evento regular do curso, também produz materiais didáticos para o uso em sala de aulas e nas atividades de estágio.

3. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletiva. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso se efetiva de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores, de alunos e gestores, que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculadas a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- A democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- O deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino-aprendizagem) ressignificando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;

- O futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- A superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- A formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- A aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- A transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- O desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- O ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1 A construção de um currículo interdisciplinar

Buscar caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação às proposições que assumam como princípios pedagógicos:

- A formação contextualizada;
- A realidade e as experiências como objeto de estudo e fonte de conhecimentos;
- A pesquisa como princípio educativo;

- A indissociabilidade teoria-prática;
- O planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade];
- Os alunos como sujeitos do conhecimento;
- E a produção acadêmica para a transformação da realidade.

O desafio mais impactante na implementação de novos currículos na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está na mudança desejada de avançar e, talvez, superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma “relação com o saber” (CHARLOT, 2000), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está somente em retirar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, mas também, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa ‘grade curricular’ de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico.

Nesse sentido, “o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas” (SANTOMÉ, 1998, p. 106), perpassa a ideia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem-sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. “Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da ‘objetividade’ e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo” (SANTOMÉ, 1998, p. 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar

propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à inter-relação de diferentes campos do conhecimento, enquanto a integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar “modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis” (SANTOMÉ, 1998, p. 124).

Nessa perspectiva, no desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998, p. 125).

O currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ‘colegiados de saberes’ e ‘ilhas de conhecimentos’ que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há “disciplinas mais importantes” e outras “menos importantes”.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a “cara” ou será o “monstro” que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto pode-se falar, conforme (SANTOMÉ, 1998, p. 206) em quatro formatos de integrar currículos: a) integração correlacionando diversas disciplinas; b) integração através de temas, tópicos ou ideias, c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária; d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes. Além da possibilidade ainda de: 1) integração através de conceitos, 2) integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos, 3) integração com base em instituições e grupos humanos, 4) integração em torno de descobertas e invenções, 5) integração mediante áreas de conhecimento.

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, enfatiza-se que a Universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo. Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas a atingirmos a transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático pedagógica do curso de Pedagogia da UFT tem como base conceitual e estrutural as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Pedagogia, Licenciatura (Resolução Nº 2, de 1º de Julho de 2015).

4.1 As Concepções que orientam o Projeto Político do Curso

Em sentido restrito, a corrente ideológica, isto é, a filosofia que orienta as ações de uma instituição educativa, é o que constitui seu marco doutrinal. De forma mais ampla entendemos como os fundamentos e crenças que asseguram sua forma de processar conhecimentos, de assimilar e se relacionar com o espaço em que está inserida. Portanto, ao constituir sua identidade (seu marco doutrinal) deve fazer com que todos os partícipes tenham claramente assumido o tipo de cidadão que quer formar, a partir da concepção de alguns elementos básicos.

Face ao exposto, é importante destacar que partimos de uma concepção de homem como sujeito histórico-social, constituído nas relações com outros homens. Não descartamos o fato de os homens possuírem um corpo biológico, mas tomamos este apenas como uma infraestrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é constituída social e historicamente. O ser humano ao transformar a natureza para atender às suas necessidades de sobrevivência transformou a si mesmo; ao criar ferramentas de trabalho criou os instrumentos psicológicos que possibilitaram o desenvolvimento da cultura e da sociedade. Portanto, a atividade trabalho é uma característica exclusivamente humana que, diferentemente dos animais, tem a capacidade de criar e transmitir às gerações sucessivas o conhecimento historicamente acumulado.

A ideia de que os seres humanos não nascem humanizados, mas aprendem a sê-los na relação com outros homens a partir do trabalho, nos leva irremediavelmente à discussão do conceito de educação. Assim, entende-se que a educação é uma atividade humana que ocorre nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais das classes sociais. É por meio da educação que uma sociedade transmite a sua cultura, ou seja, o conhecimento historicamente acumulado por ela aos seus membros. Na atualidade, a escola é uma das principais instituições responsáveis por realizar esta tarefa, por ser capaz de promover, em um curto espaço de tempo, a interiorização, por sujeitos específicos, dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Vale ressaltar que partimos de uma perspectiva de educação alinhada com o propósito de transformação social e, por isso, defendemos aqui, tal qual Martins (2015) a escola e o ato de ensinar, dado a necessidade de desenvolver a capacidade para captar o real para além do fenômeno percebido. Cabe à educação escolar, portanto, dar aos sujeitos condições para que se apropriem do conhecimento científico produzido pela humanidade, tornando-os capazes de compreender o mundo além de sua aparência fenomênica e de construir novas formas de sociabilidade.

Com isso, não estamos relegando à escola a responsabilidade principal pela transformação social, o que seria uma concepção um tanto idealista e romântica. O que afirmamos aqui é a necessidade de compreender o caráter contraditório de sua atividade por excelência, ou seja, a transmissão do conhecimento científico sistematizado e produzido historicamente pelo conjunto dos homens, que ao mesmo tempo em que reproduz a ideologia dominante e contribui para manutenção do *status quo*, também é capaz de instrumentalizar os sujeitos com o saber necessário para que realizem uma transformação social.

Nesse sentido, parte-se do entendimento de que a universidade é um importante espaço de formação profissional de professores, e que pode tanto contribuir para reprodução de teorias e práticas acríticas que visam à manutenção da ordem vigente, quanto para construção de conhecimento teórico-prático que objetive à transformação das relações excludentes, historicamente constituídas, no ambiente escolar.

Além desses pressupostos teórico-filosóficos que embasaram a elaboração de deste PPC, diversos documentos oficiais foram utilizados. A organização didático pedagógica do curso de Pedagogia da UFT tem como base conceitual e estrutural as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Pedagogia, Licenciatura (Resolução N° 2, de 1° de Julho de 2015).

Por isso, na próxima seção abordaremos brevemente sobre o curso de Pedagogia em seus aspectos legais e históricos.

4.1.1 Pedagogia

As Diretrizes Curriculares Nacionais recentemente aprovadas para o Curso de Pedagogia resultam, do determinado na legislação em vigor, das quais podemos citar: Parecer CNE/CP 028/2001; a Resolução CNE/CP 1/2002; a Resolução CNE/CP 2/2002, Resolução CNE/CP 01/2006; Resolução Nº 2, de 1º de Julho de 2015 assim como de um longo processo de consultas e de discussões da comissão de especialistas do MEC. Justamente todas essas bases legais anunciam um novo curso de Pedagogia que busca formar cidadãos com maiores qualificações.

O curso de Pedagogia foi institucionalizado em 1939 para formar bacharéis com duração de três anos de estudos em conteúdos específicos da área, ou seja, fundamentos e teorias educacionais. Para a aquisição do título de licenciado, aquele que pretendia atuar como professor, deveria cursar mais um ano de disciplinas voltadas para a Didática e a Prática de Ensino. Esse pacote ficou conhecido como o famoso esquema 3+1.

Nesse curso, o licenciado formava-se para atuar na área administrativa, técnicas da educação e disciplinas pedagógicas do Ensino Secundário. Com a Lei da Reforma Universitária 5.540, de 1968, o curso de Pedagogia passou a ofertar as habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional. As Diretrizes Curriculares elaboradas em 1999, com base na LDB, propunham formar pedagogos especialistas em educação para atuar na gestão de sistemas de ensino e, como pesquisador.

Após ampla discussão em âmbito nacional as novas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo MEC propõem um curso de Pedagogia com estrutura curricular diversificada, podendo oferecer várias áreas de aprofundamento curricular, para além da docência e para as funções designadas como especialistas. Foram ampliadas também disciplinas e atividades curriculares dirigidas à docência para crianças de 0 a 10 anos e oferecem-se diversas ênfases nos percursos de formação do pedagogo, para contemplar, entre muitos outros temas os quais devem ser assegurados através do Projeto Político Pedagógico do curso:

1. Educação de jovens e adultos;
2. Educação infantil;
3. Educação na cidade e no campo;
4. Atividades educativas em instituições não escolares, comunitárias e populares;
5. Educação dos povos indígenas;

6. Educação nos remanescentes de quilombos;
7. Educação das relações étnico-raciais;
8. Inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, dos meninos e meninas de rua;
9. Educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação.

Diante do exposto é preciso pensar cuidadosamente, levando em conta as demandas educativas da região, que tipo de curso de Pedagogia queremos/podemos oferecer. É preciso ter como um dos objetivos principais a formação de profissionais capazes de exercer a docência nos níveis propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a formação de professores capazes de atuar no planejamento e na gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares e de programas não escolares.

Para isso é preciso garantir a presença de diversas abordagens teóricas, como referências, a fim de que subsidiem o campo da pedagogia no que se refere a suas concepções teóricas e metodológicas próprias. Portanto, logo no início, o ingressante no curso, deve ser conduzido e desafiado a aprender articular os conhecimentos do campo educacional com as práticas profissionais e de pesquisa. Esse propósito deve ser abarcado por todos os membros colegiados, especialmente pelo corpo docente, para que ao final do curso o concluinte tenha a capacidade de apresentar produção intelectual própria e com qualidade.

Portanto, a formação em Pedagogia deve propiciar, ao longo do processo educativo, por meio de investigações, reflexões, críticas e experiências no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a articulação de contribuições de diversos campos do saber como a filosofia, a história, a antropologia, as ciências naturais, a psicologia, a sociologia, as letras e as artes, também dos campos da política e da economia. O propósito destes estudos “*é nortear a observação, a análise, a execução e a avaliação do ato docente e das práticas de gestão dos processos educativos escolares e não escolares, assim como os de organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos ensino*”.⁴

Como já explicitamos, o Curso de Pedagogia trata do campo teórico investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na *práxis* social. Desse ponto de vista, o perfil do graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente

⁴ Ver Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo Parecer CNE/CP n. 01 de 15 de maio de 2006.

formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso.

O confronto epistemológico sobre o curso está na raiz da definição dos pressupostos básicos de nossas convicções a respeito da pedagogia. É preciso esclarecer se existe um saber pedagógico específico da pedagogia ou se os conhecimentos e teorias se fazem a partir de outras ciências. É preciso definir o curso de pedagogia como uma ciência que trabalha com a prática educativa e que para isso aplicam tecnologias pedagógicas. Antes de tudo é preciso pensar um curso que qualifique os estudantes para se tornarem sujeitos portadores de conceitos críticos, procedimentos e atitudes reflexivas, e que se comprometem com uma prática social voltada para a melhoria da qualidade de vida.

O curso proposto deve ter como pretensão a aquisição de conhecimentos teóricos sólidos, a fim de superar práticas educativas conservadoras, desvinculadas do contexto sócio-histórico. O objetivo principal deve ser a construção da capacidade de diálogo entre os próprios conhecimentos e os conhecimentos elaborados pela academia, o diálogo entre a ciência e a prática cotidiana nas escolas, entre o saber e o fazer.

Portanto, o pedagogo escolar há que ter uma formação ampla, com foco voltado ao sistema escolar e não apenas às fragmentadas atividades de especialistas da educação. Esse profissional deverá se aprofundar nas questões de planejamento e avaliação dos sistemas escolares, em consultorias de avaliação às escolas, em redirecionamento de perfis escolares, assim como nas funções de gestão e planejamento da realidade escolar.

Temos, portanto, de reconhecer que é uma formação complexa para a aquisição de tantas habilidades exigidas, por isso a insistência em relação à pesquisa tem a intenção de incentivar a busca de uma formação *stricto sensu* que aprofunde estudos no campo da educação. A pedagogia, insistimos, não é uma formação acabada em nível de graduação, pois as questões da educação requerem constantes reelaboração das práticas e dos conhecimentos a respeito da realidade e da dinâmica de apreensão das coisas.

4.2 Projeto Pedagógico do Curso

Projetar para além de si mesmo exige a compreensão do mundo das coisas, num processo de permanente construção histórica que se estende no tempo. Portanto, um projeto de ação pedagógica, entendido como face de uma posição política, é também um projeto de sociedade. Essa premissa convida-nos a assumir um posicionamento fundamentado nos

princípios da igualdade de oportunidades e do compromisso ético com a cidadania, e de ação permanente para inclusão dos muitos excluídos.

4.2.1 Princípios que orientam o curso

I. Igualdade de acesso e permanência dos discentes na universidade

A atual **Constituição Brasileira** em seu capítulo III – Da educação, da cultura, e do esporte, Seção I, artigo 205 determina que: *“É dever do estado e da família promover e incentivar junto com a sociedade, a educação, direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho”*. Portanto, consideramos que a universidade não deve furtar-se à oferta de ensino público, gratuito e de fácil acesso sem, contudo, perder a qualidade e o compromisso com a promoção dos direitos de livre exercício de cidadania.

Com relação ao direito de igualdade e condições de acesso e permanência na escola, previsto no artigo 206, somos instigados a questionar as formas de acesso, isto é, questionar a forma de seleção do vestibular existente, bem como os procedimentos exigidos para o cumprimento da estrutura curricular dos cursos, para que tais exigências não dificultem a garantia de permanência dos alunos na universidade, considerando sua realidade de vida. Pois o atual modelo econômico e social constitui o grande entrave para a consolidação da igualdade de acesso e permanência dos discentes na universidade.

É preciso compreender que a tarefa da escola, conforme Pimenta (2002), é a de inserir as crianças e os jovens no mundo de hoje, pela reflexão, pelo conhecimento, pela análise, pela compreensão, pela contextualização, pelo desenvolvimento de habilidades e atitudes. É, pois, *“garantir que as crianças e os jovens sejam capazes de pensar e gestar soluções para se apropriarem da riqueza da civilização e dos problemas que esta civilização produziu”*. (PIMENTA, 2002, p. 62).

É preciso compreender que a tarefa da escola, conforme Pimenta (2002), é a de inserir as crianças e os jovens no mundo de hoje, pela reflexão, pelo conhecimento, pela análise, pela compreensão, pela contextualização, pelo desenvolvimento de habilidades e atitudes. É, pois, *“garantir que as crianças e os jovens sejam capazes de pensar e gestar soluções para se apropriarem da riqueza da civilização e dos problemas que esta civilização produziu”*. (PIMENTA, 2002, p. 62).

II. Qualidade da educação.

Quando falamos em qualidade da educação, necessariamente é preciso ter presente, a discussão sobre qualidade partindo de questionamentos como: o que é qualidade? Para quem? Em que espaço? Etc. é preciso também reconhecer que a qualidade da educação está estritamente relacionada com a política econômica e social do país.

Anterior a estes questionamentos temos como princípio que a qualidade da educação depende de vários fatores, tais como, corpo docente qualificado e preocupado com o rigor da formação, atuando em plenas condições favoráveis à produção de conhecimentos teóricos e práticos que contribuam para a tomada de decisões e práticas sociais dos futuros profissionais. Todavia, a qualidade de ensino implica também em elaborar e reelaborar estratégias que permitam a transformação das práticas sociais, e profissionais dos acadêmicos a fim de que, quando atuando nas escolas assegurem às crianças o domínio de conhecimentos escolares assim como o desenvolvimento de capacidades intelectuais.

III. Gestão democrática.

A discussão sobre gestão democrática ganhou força no contexto educacional acompanhando as mudanças de paradigma a respeito da administração. Ou seja, caracteriza-se pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho.

O entendimento a respeito de gestão democrática reflete posições políticas e concepções de homens que povoam uma organização institucional num processo de participação em que as decisões sejam tomadas por toda equipe. Conforme essa concepção, a gestão democrática permite implementar uma dinâmica organizacional de trabalho baseado na autonomia democrática, socialização das informações e na participação, cuja cultura corresponde ao conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam os modos de agir dos participantes.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico deve apresentar-se como um instrumento cujos princípios norteadores apontem para o ideal de uma gestão que inclua todos. Assim, os elementos normatizadores das questões relacionadas aos procedimentos e processos que regularão a vida acadêmica devem oferecer situações em que se possa pautar com liberdade de expressão e escolha frente às decisões importantes que favoreçam a dinâmica acadêmica.

Nesse momento os desafios que se colocam são a formação de profissionais para o exercício constante da mudança “*no clima de incertezas*” que conduz à “*conscientização dos próprios profissionais quanto à necessidade de permanecerem em processo de formação*”

constante e requalificadora” (ALARCÃO, 2001, p. 91), e a consistência da formação para o desempenho consciente da profissão junto com aos pares.

IV. Valorização do magistério

O Art. 62 da LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96) diz que: *“A formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério em educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”*.

Diante desse expositivo, vê-se que o magistério em nível de formação superior sofre um desnivelamento, especialmente no estado do Tocantins, onde os sistemas de educação estadual e municipal optaram por fazer jus a este artigo e têm remunerado seus professores com base no nível médio. Bem sabemos que a valorização do magistério não se efetiva unicamente pelo cunho salarial, mas também por condições de trabalho digno e liberdade de atuação.

Como formador de profissionais que atuarão nas escolas de educação básica, o Campus de Tocantinópolis deve prever em seu Projeto de Curso a garantia de que os conhecimentos adquiridos subsidiem aos futuros profissionais capacidades de organização institucional e de classe para lutar por seus direitos básicos.

V. Pluralidade de ideias

A universidade, entendida em sua raiz etimológica, já nos leva a pensar que um universo de ideias deve ser corrente em seus espaços, portanto, essa característica carece de estar presente de forma interdisciplinar entre as disciplinas, cujos conteúdos interagem entre si. A liberdade de pensamento e expressão, participação e crítica, denotarão o grau de convivência democrática nesse universo plural.

A pluralidade de ideias correntes na universidade deve ser alimentada e enriquecida pelo princípio da autonomia democrática, sem que haja perda de identidade. Entendo que a pluralidade se fundamenta no princípio de autonomia, que significa a capacidade das pessoas livremente se expressarem e decidirem suas ações, este Projeto Político Pedagógico sinaliza para a realização de ações e atividades tais como, seminários, simpósios, encontros, congressos, assinaturas de revistas, jornais, manutenção de laboratório de informática para que todos

tenham acesso ao uso de Internet, para que haja uma ampla divulgação de ideias sobre os temas específicos da educação e sobre aqueles de interesse nacional, cujas polêmicas influenciam decisivamente na vida e cultura das pessoas.

Essa preocupação orienta a construção de uma estrutura curricular que expresse o compromisso da universidade e do Campus de Tocantinópolis, especialmente, com a formatação de um currículo que articule verticalmente conteúdos voltados para a promoção da autonomia, da construção de conhecimentos conceituais que influenciam os comportamentos e as atitudes dos acadêmicos.

VI. *Indissociabilidade: ensino, extensão e pesquisa.*

A estreita indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa que constitui o tripé da universidade, não deve ser uma garantia que fique como um componente ideológico descrito no Projeto Político Pedagógico de qualquer curso ou instituição. Deve expressar mais que o desejo de que isso se realize efetivamente, deve apontar as possibilidades dessa inter-relação.

Dessa forma, a interdisciplinaridade pressuposta nas atividades de ensino, deverá estender-se de forma ampla para envolver cada vez mais os alunos nas atividades de iniciação científica da pesquisa e da extensão. A consolidação dos grupos de pesquisa e o fortalecimento das linhas, com ideais claros e que expressem as necessidades de pesquisa apontadas pelos alunos colaborem para que esses elementos se encontrem interligados.

A difícil tarefa de superação da dicotomia entre teoria e prática, que tem ocupado importante espaço nas discussões sobre formação de professores, reflete-se principalmente no momento de estágio e construção de trabalhos monográficos. É preciso que este Projeto Político Pedagógico aponte saídas que avancem rumo à superação dos paradigmas sobre atividades de ensino e atividades de pesquisa e extensão, para que um mesmo profissional possa construir, como base de sua formação, a capacidade de ser professor e pesquisador.

Neste princípio, é importante que os construtores e partícipes do PPC descrevam com clareza o entendimento, as atividades e as regras gerais que normalizam e regulamentam as atividades científicas e culturais, que integram e complementam o currículo, para que os acadêmicos as visualizem logo ao entrar no curso. As atividades pertencentes ao estágio também devem estar associadas às instâncias de pesquisas e extensão, complementando o ensino.

VII. *Avaliação dos processos e resultado*

A avaliação do curso de Pedagogia é um processo contínuo, a ser realizado de forma articulada à autoavaliação institucional da UFT, que está articulado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, incluindo o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil.

Os princípios da avaliação são os da globalidade, do respeito à identidade do curso, legitimidade, continuidade e participação, como uma tomada de posição política comprometida com a melhoria da qualidade da educação. Esse assunto será melhor explicitado mais adiante no item referente à avaliação do ensino aprendizagem e avaliação do Curso.

VIII. Prática profissional.

A concepção de Prática Profissional envolve um conjunto de atividades que se realizam a partir de diversas ações, programas e projetos que buscam articular teoria e prática, em conformidade entre o ensino, a extensão, a pesquisa e a produção intelectual, além de atividades de gestão. A preocupação é fomentar a vivência acadêmica, de modo a garantir que os saberes das teorias iluminem as práticas e as ações e atividades práticas tragam subsídios para novas teorias. A vivência nas atividades de Estágio, de extensão e pesquisa no decorrer do curso certamente promovem ao treino e amadurecimento da prática profissional.

4.2.2 Objetivo do Curso

A formação de futuros profissionais da educação, considerando os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos entre outros, deve se pautar por um gerenciamento que garanta algumas premissas básicas, entre elas podemos apontar algumas observações apresentadas pela ANFOPE: a) sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais; b) unidade entre teoria e prática; c) gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade do projeto educativo; d) compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio histórica de educador; e) trabalho coletivo e interdisciplinar propiciando a unidade do trabalho docente; f) incorporação da concepção de formação continuada; g) avaliação permanente dos processos de formação.

Diante disso propomos como **Objetivo amplo**, em consonância com os demais cursos de Pedagogia da UFT, *formar o licenciado em Pedagogia a partir do objeto próprio de estudo da área, fundamentado na docência que compreende o ensino, a gestão, a produção e a difusão do conhecimento, nos espaços escolares e não-escolares*

E, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, objetivamos:

- ✓ Formar o licenciado, como profissional da educação para atuar como **docente** na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Educação Profissional;
- ✓ Formar profissionais capazes de atuar na **gestão** e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas, projetos e experiências educativas, na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
- ✓ Formar o profissional que ultrapasse o âmbito da escola, integrando-se à sociedade através dos movimentos sociais, da **educação não formal**, das ações comunitárias e empresariais, além de outros espaços institucionais e não institucionais, ou seja, escolares e não-escolares.

Atentando para a realidade do Campus inserido na Região do Bico do Papagaio, definimos como objetivos específicos os seguintes:

- ✓ Formar licenciado para atuar nos diferentes níveis de ensino propostos pelas diretrizes curriculares capaz de atender as especificidades da região;
- ✓ Formar pedagogos capazes de analisar criticamente a realidade levando em conta as condições socioeconômicas, políticas e étnicas para atuar na sociedade a fim de transformá-la;
- ✓ Oferecer formação sólida em conhecimentos, habilidades e competências suficientes para atuarem como gestores das instituições de educação formal e não-formal com capacidade para questionar as exigências dos sistemas;
- ✓ Ter habilidade para relacionar-se com crianças, jovens e adultos e excepcionais respeitando-os em suas diferenças etárias, físicas, culturais, sociais e religiosas;
- ✓ Saber incorporar criticamente discursos e práticas pedagógicas que incorporem questões ambientais, étnico-raciais, de gênero, das organizações e movimentos sociais e camponeses.

4.2.3 O papel social do curso

O curso de pedagogia do Campus de Tocantinópolis, em seus quase trinta anos, tem formado, em nível de graduação, um grande número de profissionais da educação, que atuam, sobretudo, na região tocantina e entorno. Ao longo desses anos, as mudanças estruturais nos sistemas educativos como um todo, levaram o curso de Pedagogia a sofrer várias alterações como as já mencionadas. Entretanto, sempre procurou formar profissionais da educação

comprometidos com políticas sociais que contribuíssem para a melhoria da qualidade do ensino e da vida em comunidade. Nesse sentido, contribuir com uma formação mais sólida e integral foi e é seu principal objetivo e, para que isso ocorra, assume mais uma vez um processo de reconstrução de seu Projeto Político Pedagógico.

Todavia, tendo em vista a necessidade de repensar a formação do pedagogo no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), é que o Campus de Tocantinópolis, através do envolvimento do corpo docente e discente, tem realizado reflexões e debates para a construção de uma nova estrutura curricular para um novo curso de Pedagogia, que garanta formação mais ampla. Estas reflexões têm nos revelado a complexidade e a responsabilidade de explicitar o perfil do curso que se quer realizar.

A partir desta compreensão do perfil do pedagogo que queremos, concordamos com as entidades: ANFOPE, ANPED e FORUMDIR para as quais o curso de Pedagogia, como uma licenciatura não pode conduzir uma concepção restrita de docência em que a formação profissional focalize apenas as questões referentes aos processos de construção do conhecimento, desconsiderando as outras dimensões que definem a organização do trabalho escolar, especialmente a gestão educacional e, do mesmo modo, desconsiderando o contexto mais amplo em que esses processos se desenvolvem.

Considerando que a Pedagogia se aplica ao campo teórico investigativo da educação e ao campo do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social, entendemos que nosso compromisso será formar o pedagogo com uma formação integrada para atuar na docência das séries iniciais do ensino fundamental, na educação infantil, nas disciplinas da formação pedagógica do nível médio e na gestão dos espaços escolares e não escolares, bem como na produção e difusão do conhecimento do campo educacional. Como também credenciar o pedagogo para o exercício profissional nas áreas específicas, tais como: educação especial, educação de jovens e adultos, educação escolar indígena, educação ambiental e outras áreas emergentes do campo educacional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso.

Para além da formação para a docência em salas de aulas regulares de educação básica, o curso amplia o olhar para outros cenários que envolvem questões urgentes emergentes que carecem de profundas discussões como, a questão dos indígenas, dos portadores de necessidades especiais, problemas dos impactos ambientais, a educação do campo e das culturas afro-brasileiras.

Tudo isso reforça a necessidade de um profissional qualificado. E por levarmos em consideração que um número bastante elevado de professores que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental não possui o ensino superior, vemos a importância

do novo curso de Pedagogia. Com base nos dados a seguir apresentados, contextualizamos a realidade e justificamos a necessidade de um curso que atenda a demanda da região.

4.2.4 Perfil Profissiográfico

Amparados no histórico do curso de Pedagogia no Campus de Tocantinópolis e nas mais recentes discussões em nível nacional, que deram origem às novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, concebemos que o perfil do egresso do curso, orienta-se pela compreensão de que a Pedagogia trata, fundamentalmente, do campo teórico-investigativo da educação, do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social, dos processos de produção e disseminação do conhecimento e da docência, compreendidos tanto no âmbito da sala de aula como em ambientes não escolares.

Em acordo com o Documento Diretrizes Norteadoras do Curso de Pedagogia da UFT, a identidade do Pedagogo “define-se pelo exercício das atividades docentes que compreendem funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas, nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos; de organização e gestão de sistemas, instituições de ensino e processos educativos e de produção e difusão de conhecimento do campo educacional”. (BRASIL, 2006, p.1).

No que se refere ao perfil do licenciado em Pedagogia, considerando os campos específicos de atuação, propõe-se a formação do profissional de educação para atuar:

- a) Na docência de educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional de nível médio.
- b) Na gestão educacional que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e projetos, bem como ao estudo e formulação de políticas públicas e institucionais na área de educação.
- c) Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

4.2.5 Campo de atuação profissional

O novo curso de Pedagogia, atendendo ao predisposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2006), estabelece como áreas de atuação profissional do Pedagogo as seguintes:

1. Docência na Educação Infantil, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (escolarização de crianças, jovens e adultos; Educação Especial; Educação escolar Indígena; Educação Ambiental; Educação do Campo; e Educação, História e Cultura Africana e Afro-brasileira) e nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores em nível médio;
2. Gestão educacional⁵ e organização de sistemas, unidades, projetos e experiências escolares e não-escolares;
3. Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
4. Áreas emergentes do campo educacional.

4.2.6 Competências, atitudes e habilidades

As competências, atitudes e habilidades que se espera do profissional egresso do curso de Pedagogia deverão relacionar-se aos conhecimentos pedagógicos gerais, aos conhecimentos pedagógicos-didáticos e aos conhecimentos de áreas específicas proposta no curso.

I. No âmbito do conhecimento pedagógico de formação geral o Pedagogo deve:

- a) Conhecer a realidade dos diferentes espaços em que irá atuar e sua relação com o contexto social, político e cultural que o cerca.
- b) Conhecer as diferentes teorias das ciências sociais e humanas que se articulam com as diversas concepções de educação.
- c) Conhecer e analisar as políticas educacionais nas suas concepções e historicidade.
- d) Compreender o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças, jovens e adultos, considerando as dimensões cognitivas, socioculturais, ética e estética.
- e) Articular as teorias pedagógicas e de currículo no desenvolvimento da docência, na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos, na organização e gestão dos trabalhos educativo escolar e não-escolar.

⁵ Gestão educacional está sendo entendida como a organização do trabalho pedagógico especialmente no que se refere ao planejamento, à coordenação, ao acompanhamento e à avaliação dos processos educativos escolares e dos sistemas de ensino e o estudo e a participação na formulação de políticas públicas na área de educação. (FORUMDIR).

II. No que se refere aos conhecimentos didático-pedagógicos o Pedagogo deverá ser capaz de:

- a) Participar de formulações, implementação e avaliação continuada de projetos pedagógicos escolares e não-escolares.
- b) Planejar, desenvolver e avaliar situações de ensino e de aprendizagem, de modo a adequar objetivos, conteúdos e metodologias específicas das diferentes áreas à diversidade dos alunos e aos fins da educação.
- c) Incorporar as tecnologias de informação e comunicação ao planejamento e às práticas educativas.
- d) Analisar situações educativas e de ensino e realizar estudos e pesquisas de modo a produzir conhecimentos teóricos e práticos.

III. No que se refere ao conhecimento de áreas específicas o curso deverá contribuir para formar o profissional que seja capaz de:

- a) Conhecer e articular conteúdos e metodologias específicas das áreas de conhecimento envolvidas nos diferentes âmbitos de formação e atuação profissional.
- b) Proceder à avaliação e organização de conteúdos e de estratégias para a aprendizagem, considerando as múltiplas dimensões da formação humana.
- c) Estabelecer a articulação entre os conhecimentos e processos investigativos do campo da educação e das áreas do ensino.
- d) Promover e planejar ações visando a gestão democrática nos espaços e sistemas escolares e não-escolares.

As competências profissionais do pedagogo (docência e gestão educacional), não são meras habilidades estanques, mas totalidades que exigem do profissional maior domínio dos códigos e linguagens, sem que delas se possam deduzir etapas estabelecidas a “*priori*” de percursos a serem percorridos, uma vez que tais competências são construídas processualmente em movimentos singulares de atuação, numa dinâmica dialética.

4.2.7 Organização Curricular

Os conhecimentos que pelo currículo são selecionados, sistematizados, distribuídos e avaliados derivam da cultura de um povo e das construções teóricas, subjetivas, estéticas, políticas que este povo julga interessante fornecer aos seus descendentes que não estão obrigatoriamente presos aos ‘conhecimentos científicos’, que por definição estão expressos nos conteúdos das diferentes disciplinas. Nesse sentido, assim como o antropólogo seleciona e

interpreta os fatos conforme os preconceitos de sua época, a educação, parafraseando Marx, só consegue propor e resolver questões que no presente sejam dadas as condições para tal. Por isso, construir e transmitir conhecimento no mundo contemporâneo exige clareza e compreensão dos conteúdos, adoção de tecnologias que se agrupam em ações desenvolvidas em atividades presenciais ou a distância que se refletem ou são reflexos das práticas pedagógicas consistentes.

O Currículo do curso de Pedagogia da UFT está estruturado com base na Resolução CNE/CP nº. 01 de 15 de maio de 2006, cuja organização está constituída em três núcleos: Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores, articuladores da formação, com carga horária de integralização mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, distribuídas no tempo mínimo de 09 (nove) semestres, com componentes curriculares de 60 h/aula, ou 04 créditos. A reestruturação do Projeto do curso, atende aos dispositivos da Resolução CNE/CP nº 02 de 01 de junho de 2015, que estabelece, em seu art. 13º, a necessidade de no mínimo:

- ✓ 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- ✓ 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- ✓ 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelo núcleo de estudos de formação geral e pelo núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional;
- ✓ 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras.

4.2.8 Organização em Núcleos Curriculares

A Proposta curricular para o curso de pedagogia faz opção pela organização dos conhecimentos em núcleos que articularão o saber científico, a pesquisa e as práticas educativas, considerando as dimensões: teórica, prática, ética e estética da educação.

Neste sentido, o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus Universitário de Tocantinópolis, em conformidade com os demais cursos da UFT, estabelece como organização geral de sua proposta curricular: um núcleo de conteúdos Básicos, que trará os

fundamentos para compreensão da sociedade e da formação humana; um Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos, relativos ao campo da docência e da gestão educacional e compreensão do trabalho pedagógico; um Núcleo de estudos Integradores, o qual remete o acadêmico em busca de atividades culturais, de extensão e de pesquisa.

A Prática como Componente Curricular

Considerando que a identidade profissional docente deve ser forjada ao longo de todo o processo formativo e, de forma efetiva, buscar garantir a indissociabilidade da relação teoria e prática, visa-se fornecer aos educandos os elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos necessários à docência. Para tanto, a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, em seu artigo 13, § 1, inciso II, preconiza que os cursos de licenciaturas deverão ter no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, compreendendo, 400 (quatrocentas) horas de Prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo.

É importante conceituar o que as normativas oficiais indicam o que seja Prática como Componente Curricular e o seu papel na formação do educando. Seguimos o Parecer CNE/CES nº 15/2005, que afirma que

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimento ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocadas em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. **As atividades caracterizadas como práticas como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas.** Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. (BRASIL, 2005, p.03) (grifos nossos).

Reiteramos que a Prática como Componente Curricular não se confunde com Estágio Supervisionado. Na continuidade do parágrafo citado acima, o parecer supra referenciado (Parecer CNE/CES 15/2005) distingue ambos componentes curriculares. Segue:

Por sua vez, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (BRASIL, 2005, p. 03).

Diante dessa diferenciação, entendemos por Prática como Componente Curricular,

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente [...] de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. (BRASIL, 2001, p. 01, grifos nossos).

As Práticas como Componentes Curriculares, portanto, são entendidas como um elemento formativo vinculado às práticas de ensino, podendo ser entendida como **práticas que ensinam a ensinar**. Nesse sentido, optamos por desenvolver as Práticas como Componentes Curriculares como carga horária integrante das disciplinas obrigatórias, distribuídas ao longo de todo o curso. Abaixo, apresentamos o quadro com as disciplinas que terão as Práticas como Componentes Curriculares em suas cargas horárias (CH):

O detalhamento da operacionalização das Práticas como Componentes Curriculares serão definidas nos Programas de Disciplinas de cada componente curricular, à cargo dos docentes que as ministrarão. Os professores que ministrarem as disciplinas elencadas no Quadro III definirão suas metodologias que contemplem as Práticas como Componentes Curriculares em suas aulas, respeitando a carga horária destinadas a elas neste Projeto Pedagógico do Curso. As Práticas como Componentes Curriculares poderão ser executadas no horário de aula das referidas disciplinas, podendo, ainda, extrapolar a sala de aula e estabelecer a articulação entre a UFT e as instituições educativas parceiras – escolas e espaços educativos não escolares.

I – NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS:

Concepção: Esse núcleo deve privilegiar a formação básica, isto é, contemplados fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da cultura, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento. **Núcleo Básico** é composto por três dimensões:

Quadro 04: Dimensão da reflexão sobre a Sociedade, a Educação, a Formação Humana e a Escola	
1. Disciplinas específicas	2. Disciplinas de dimensão pedagógica
Arte-Educação	Ciências naturais para os anos iniciais do ensino fundamental
Educação Ambiental	Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental

Educação e Mídias	História para os anos iniciais do ensino fundamental
Epistemologia da Educação	Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental
Filosofia da Educação	Matemática para os anos iniciais do ensino fundamental
História da Educação	
História da Educação Brasileira	
História da Infância	
Leitura e Produção de textos	
Psicologia e Educação I	
Psicologia e Educação II	
Sociedade, Trabalho e Educação	
Sociologia da Educação I	
Sociologia da Educação II	

Quadro 05: Dimensão da formação Didático-Pedagógica para a Docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
1. Disciplinas específicas	2. Disciplinas de dimensão pedagógica
Educação de jovens e adultos	Didática I
LIBRAS	Didática II
Literatura Infantojuvenil	Fundamentos e metodologias da alfabetização e letramento
Ludicidade e Educação	Metodologias para o ensino de ciências naturais
	Metodologias para o Ensino de Geografia
	Metodologias para o Ensino de Língua Portuguesa
	Metodologias para o Ensino de Matemática
	Metodologias para o Ensino de História

	Fundamentos e metodologias do trabalho em educação infantil
--	---

Quadro 06: Dimensão da Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico na Educação Escolar e Não-Escolar
Disciplinas específicas
Estado, Políticas Públicas e Educação
Organização do trabalho pedagógico e gestão da educação
Teoria do Currículo
Políticas educacionais: financiamento e avaliação

II – NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

Concepção: O Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos volta-se às áreas de atuação profissional e oportunizará o aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo, através de disciplinas ou outros componentes curriculares, tais como: pesquisa educacional, elaboração e defesa do TCC e a vivência do estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental contemplando as dimensões do ensino, da gestão e da produção e difusão do conhecimento. O estágio vinculado à Educação de Jovens e Adultos, pode ser realizado por meio da gestão pedagógica das turmas na modalidade da EJA nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio, uma vez que não há escolas em Tocantinópolis que oferecem turmas referentes ao 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental na referida modalidade. Também pode ser feito o estágio com vistas a Educação de Jovens e Adultos em espaços de educação não escolar, desde que haja convênio entre as instituições e que o público seja correlato ao público contemplado pela modalidade em questão

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos é composto por duas dimensões:

Quadro 07: Dimensão Teórico-Prática da Docência
8.1. Disciplinas específicas
Iniciação ao trabalho acadêmico
Pesquisa educacional I
Pesquisa educacional II
Trabalho de Conclusão de Curso I
Trabalho de Conclusão de Curso II

Quadro 08: Dimensão Teórico-Prática da Docência
8.2. Estágio Curricular Supervisionado
Estágio Supervisionado I: educação infantil
Estágio Supervisionado II: anos iniciais do ensino fundamental
Estágio Supervisionado III: espaços não escolares
Estágio Supervisionado IV: gestão educacional

Quadro 09: Dimensão de Diversificação de Estudos
Disciplinas específicas
Educação, História e Cultura Africana e Afro-brasileira
Educação Especial
Educação em Espaços Não Escolares
Educação Escolar Indígena

Optativa I
Optativa II

III – NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

Concepção: O Núcleo de estudos integradores deve proporcionar enriquecimento curricular e compreende disciplinas optativas de livre escolha dos alunos, a participação em atividades práticas em diferentes áreas do campo educacional e nas atividades complementares, tais como: participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, diretamente orientadas pelo corpo docente da instituição, assim como as atividades complementares, ou seja, atividades acadêmicas, científicas e culturais: participação em cursos, simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes. O **Núcleo de Estudos Integradores** é composto pelas atividades complementares.

As atividades complementares são atividades extraescolares, previstas pelas DCN, que o acadêmico deve cumprir livremente ao longo do curso para fim de integralização curricular. As atividades podem ser desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão. A instrução normativa PED-TOC nº01/2018, estabelece critérios para aproveitamento das atividades complementares (ANEXO 01).

4.2.9 Matriz Curricular

QUADRO 10: Componentes curriculares obrigatórios

Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
1	7PEDL001	Iniciação ao trabalho acadêmico	4	45	0	15	60		II	Seminário de Pesquisa I	60
1	7PEDL002	Epistemologia da Educação	4	60	0	0	60		I	Fundamentos Epistemológicos da Educação	60
1	7PEDL003	Sociologia da Educação I	4	60	0	0	60		I	Introdução à Sociologia	60
1	7PEDL004	Matemática para os anos iniciais do ensino fundamental	4	45	15	0	60		I	Matemática Básica	60
1	7PEDL005	História da Educação	4	60	0	0	60		I	Disciplina sem equivalência	60
1	7PEDL006	Leitura e produção de textos	4	45	0	15	60		I	Leitura e Produção de Texto	60
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			24	315	15	30	360				
Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
2	7PEDL007	História da Educação Brasileira	4	45	0	15	60	História da Educação	I	História da Educação Brasileira	60
2	7PEDL008	Filosofia da Educação	4	60	0	0	60		I	Filosofia da Educação	60
2	7PEDL009	Sociologia da Educação II	4	60	0	0	60	Sociologia da Educação I	I	Sociologia da Educação	60
2	7PEDL010	Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental	4	60	0	0	60		I	Disciplina sem equivalência	
2	7PEDL011	Psicologia da Educação I	4	45	0	15	60		I	Psicologia do Desenvolvimento	60
2	7PEDL012	Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental	4	60	0	0	60		I	Disciplina sem equivalência	
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			24	330	0	30	360				

Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
3	7PEDL013	História da Infância	4	45	0	15	60		I	História da Infância	60
3	7PEDL014	Psicologia da Educação II	4	45	0	15	60	Psicologia da Educação I	I	Psicologia da Aprendizagem	60
3	7PEDL015	Metodologias para o Ensino de Matemática	4	45	15	0	60	Matemática para os anos iniciais do ensino fundamental	I	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática	60
3	7PEDL016	História para os anos iniciais do ensino fundamental	4	45	15	0	60		I	Disciplina sem equivalência	
3	7PEDL017	Ciências Naturais para os anos iniciais do ensino fundamental	4	45	15	0	60		I	Disciplina sem equivalência	
3	7PEDL018	Didática I	4	60	0	0	60		I	Didática	60
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			24	285	45	30	360				
Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
4	7PEDL019	Didática II	4	45	15	0	60	Didática I	I	Disciplina sem equivalência	
4	7PEDL020	Metodologias para o Ensino de Ciências Naturais	4	45	15	0	60	Ciências Naturais para os anos iniciais do ensino fundamental	I	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais	60
4	7PEDL021	Metodologias para o Ensino de Geografia	4	45	15	0	60	Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental	I	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	60
4	7PEDL022	Metodologias para o Ensino História	4	45	15	0	60	História para os anos iniciais do ensino fundamental	I	Fundamentos e Metodologias do Ensino História	60
4	7PEDL023	Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Educação Infantil	4	45	15	0	60		I	Fundamentos e Metodologia Trabalho em Educação Infantil	60
4	7PEDL024	Metodologias para o Ensino de Língua Portuguesa	4	45	15	0	60	Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental	I	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Linguagem	60
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			24	270	90	0	360				

Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
5	7PEDL025	Estágio Supervisionado I: educação infantil	8	45	75	0	120	Didática I e II; Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Educação Infantil	II	Estágio na Educação Infantil: Creche e Pré-Escola	120
5	7PEDL026	Literatura Infantojuvenil	4	45	0	15	60		I	Literatura Infanto-Juvenil	60
5	7PEDL027	Educação de Jovens e Adultos	4	45	0	15	60		I	Educação de Jovens e Adultos	60
5	7PEDL028	Ludicidade e Educação	4	45	0	15	60		I	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Artes e do Movimento	60
5	7PEDL029	Fundamentos e Metodologias da Alfabetização e Letramento	4	30	15	15	60	Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental	I	Alfabetização e Letramento	60
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			24	210	90	60	360				
Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
6	7PEDL030	Estágio Supervisionado II: anos iniciais do ensino fundamental	8	45	75	0	120	Estágio Supervisionado I: educação infantil	II	Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	120
6	7PEDL031	Educação em espaços não escolares	4	45	0	15	60		II	Educação não escolar	60
6	7PEDL032	Pesquisa Educacional I	4	45	0	15	60	Iniciação ao trabalho acadêmico	II	Seminário de Pesquisa II	60
6	7PEDL033	Políticas Educacionais: financiamento e avaliação	4	60	0	0	60		I	Disciplina sem equivalência	
6	7PEDL034	Estado, Políticas Públicas e Educação	4	45	0	15	60		I	Programas e Projetos de Políticas Públicas	60
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			24	240	75	45	360				

Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
7	7PEDL035	Estágio Supervisionado III: espaço não escolar	5	30	45	0	75	Estágio Supervisionado II: anos iniciais do ensino fundamental	II	Disciplina sem equivalência	
7	7PEDL036	Arte-educação	4	45	0	15	60		I	Arte e Educação	60
7	7PEDL037	Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão da Educação	4	45	0	15	60		I	Organização do Trabalho Pedagógico	60
7	7PEDL038	Teorias do Currículo	4	45	0	15	60		I	Teoria do Currículo	60
7	7PEDL039	Pesquisa Educacional II	4	45	0	15	60	Pesquisa Educacional I	II	Seminário de Pesquisa III	60
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			21	210	45	60	315				
Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
8	7PEDL040	Estágio Supervisionado IV: gestão educacional	6	30	60	0	90	Estágio Supervisionado III: espaço não escolar	II	Disciplina sem equivalência	
8	7PEDL041	Educação Especial	4	45	0	15	60		II	Educação Especial	60
8	7PEDL042	Educação Ambiental	4	30	15	15	60		II	Educação Ambiental	60
8		Optativa I	4	45	0	15	60		II	Disciplina sem equivalência	
8	7PEDL043	Educação, História e Cultura Africana e Afro-brasileira	4	60	0	0	60		II	Educação e Cultura Afro-Brasileira	60
8	7PEDL044	Trabalho de Conclusão de Curso I	4	30	0	30	60	Pesquisa Educacional II	II	Orientação de TCC I	60
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			26	240	75	75	390				

Per.	Código UFT	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total		Núcleo	Equivalência Versão 2008	CH Total
9	7PEDL045	LIBRAS	4	45	0	15	60		I	LIBRAS	60
9	7PEDL046	Educação e Mídias	4	45	0	15	60		I	Educação e Tecnologias ^e	60
9	7PEDL047	Educação Escolar Indígena	4	45	0	15	60		II	Educação Indígena	60
9		Optativa II	4	45	0	15	60		II	Disciplina sem equivalência	
9	7PEDL048	Sociedade, Trabalho e educação	4	45	0	15	60		I	Disciplina sem equivalência	
9	7PEDL049	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	30	0	30	60	Trabalho de Conclusão de Curso I	II	Orientação de TCC II	60
SOMATÓRIA DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			24	255	0	105	360				
Componentes Curriculares			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total	Pré-requisitos	Núcleo		
Atividades Complementares			14	0	0	0	210		III		
SOMATÓRIA TOTAL DAS INFORMAÇÕES (crédito e carga horária)			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Total				
			229	2355	435	435	3435				

Quadro 11: Composição da Carga Horária	CH Total
Núcleo I: Estudos Básicos	2100
Núcleo II: Aprofundamento e Diversificação de Estudos	1125
Núcleo III: Estudos Integradores	210
Carga horária total do curso	3435

A carga horária da **Prática como Componente Curricular (PCC)** totaliza **435 horas** e está diluída na somatória da carga horária dos núcleos I e II conforme consta na matriz curricular.

A carga horária do **Estágio Curricular Supervisionado** totaliza **405 horas** e está contida na somatória da carga horária do núcleo II conforme consta na matriz curricular.

A carga horária das **Atividades Complementares** totaliza **210 horas** e corresponde a carga horária do núcleo III conforme consta na matriz curricular.

Em atendimento ao artigo 13, § 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais (Res nº 02 de 1º de julho de 2015) que reza que

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Afirma-se que este PPC atenta para oferta de conteúdos que garantam os fundamentos embasadores para as áreas: Para completar as discussões sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação, será ofertado as disciplinas:

4.2.10 EMENTÁRIO

4.2.10.1 Disciplinas obrigatórias

Componentes curriculares ideais para o 1º período:

- Iniciação ao trabalho acadêmico
- Epistemologia da Educação
- Sociologia da Educação I
- Matemática para os anos iniciais do ensino fundamental
- História da Educação
- Leitura e produção de textos

INICIAÇÃO AO TRABALHO ACADÊMICO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Introdução ao trabalho acadêmico; produção de textos acadêmicos: resumo, fichamento, resenha; elaboração de relatórios; técnicas de apresentação de trabalho acadêmico; normas da ABNT.

Bibliografia Básica

UFT. MANUAL DE NORMALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS-CIENTÍFICOS. Resolução Nº 36 de 06 de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://docs.uft.edu.br/share/s/DNpOalxKRL.2hEGmil1SHSA>.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Planejar gêneros acadêmicos**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

D'ONOFRIO, S. **Metodologia do trabalho intelectual**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANÇA, J. L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 1997.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Conceito de epistemologia; as teorias do conhecimento aplicadas a educação; as bases do conhecimento humano; a relação entre teoria da educação e a identidade profissional; a pedagogia como campo investigativo; a ciência e seu contributo para a educação; a pedagogia como ciência; os reflexos da teoria na prática pedagógica; a desescolarização como alternativa educacional.

Bibliografia Básica

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SANTOS, B. S. **Crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BERTICELLI, I. **Epistemologia e educação**. Chapecó: Argos, 2006. NIETZSCHE, F. **Escritos de Educação**. Rio de Janeiro: PUC/Loyola, 2003.

OSORIO, F. **Epistemologia y ciência sociales**. Santiago: Lom ediciones, 2014.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Contextualização histórica do surgimento da Sociologia enquanto uma ciência social; Estudo dos clássicos da sociologia e sua relação com a educação: Durkheim, Marx, Gramsci e Bourdieu.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, K., ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: FE/ Unicamp – Navegando Publicações. 2010.

Bibliografia Complementar

CASTRO, A. M. de., DIAS, E. F. (Orgs.) **Introdução ao pensamento sociológico**. 18 ed. Coletânea de textos organizados por Ana Maria de Castro e Edmundo Fernandes Dias. São Paulo: Centauro, 2005.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, p. 31-40; p. 67-90. 2003.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOMBARDI, J. C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. 373f. Tese (livre docência). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

MATEMÁTICA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Princípios da matemática e educação matemática para os anos iniciais, objetos e métodos e sua relevância na educação básica. Estudo e exploração das quatro operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão) dentro do conjunto dos números naturais, inteiros e racionais. Estudos iniciais de matemática financeira. Estudos iniciais de Estatística, probabilidade e combinatória. Geometria e medidas. Resolução de Problemas.

Bibliografia Básica

CENTURION M. **Conteúdo e metodologia da matemática:** números e operações. São Paulo: Scipione, 1994

NACARATO A.; PASSOS C. **A geometria nas séries iniciais:** uma análise sob a perspectiva da prática pedagógica e da formação de professores. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

NETO E. R; MENDONÇA E. R. SMITH M L. **Matemática para o Magistério.** São Paulo: ÁTICA, 1998.

Bibliografia Complementar

DANTE L. R. **Didática da resolução de problemas de matemática.** 12a ed. 3a imp. São Paulo: Ática, 2000.

KRULIK S; REYS R. E. **A resolução de problemas na matemática escolar Matemática.** São Paulo: Atual, 1997.

VAN DE WALLE, John. **Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

RIBEIRO, A. J.; CURY, H. N. **Álgebra para a formação do professor: explorando os conceitos de equação e de função.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Col. Tendências em Educação Matemática).

CURY, H. N. **Análise de erros: o que podemos aprender com as respostas dos alunos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. (Col. Tendências em Educação Matemática).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Conceitos de História, tempo e sujeito social; instituições escolares e práticas educacionais nas sociedades clássicas, no contexto medieval e no processo de construção da modernidade.

Bibliografia Básica

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: EdUNESP, 2001.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

Bibliografia Complementar

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

JAEGER, W. W. **Paideia**: a formação do homem grego. 6 ed. Tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 7 ed. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: EdUNICAMP, 2013.

MARROU, H. I. **História da Educação na Antiguidade**. Tradução de Mario Leônidas Casanova. 5 ed. São Paulo: EPU, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Concepções de linguagem, língua, sujeito e texto. Constituição e funcionamento do texto. O processo e as Estratégias de leitura. Leitura e Produção de textos orais e escritos numa perspectiva interacional da linguagem. Práticas de análise linguística e reescritura de textos.

Bibliografia Básica

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GERALDI, Wanderlei. *O texto na sala de aula*. Cascavel: Assoeste, 1985.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2011.

KÖCH, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual**: atividades de leitura e reescrita. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOLE, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Bibliografia Complementar

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

LEAL, Telma Ferraz; BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. **Produção de textos na escola**: reflexões e práticas no Ensino Fundamental. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KLEIMAN, Ângela. **Texto & Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 5. ed. Campinas: Pontes, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Componentes curriculares ideais para o 2º período:

- História da Educação Brasileira
- Filosofia da Educação
- Sociologia da Educação II
- Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental
- Psicologia da Educação I
- Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: História da Educação
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	---

Ementa

História da Educação no Brasil: do período colonial ao século XX; instituições escolares, ideias pedagógicas, legislações educacionais e práticas educativas; processo de escolarização brasileiro.

Bibliografia Básica

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 21 ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar

FRANCO, Sebastião Pimentel; SÁ, Nicanor Palhares (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória – ES: EDUFES, 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Educação e Filosofia. Educação e valores. Educação e Cultura. Educação e Ideologia. Filosofia da educação do período grego, medieval, moderno e contemporâneo. Filosofia e construção do conhecimento. Correntes filosóficas com influência na educação como: empirismo, liberalismo, positivismo, marxismo. Filosofia como resultado da práxis pedagógica.

Bibliografia Básica

GILSON, E. **A filosofia na idade média**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAEGER, W. W. **Paideia: a formação do homem grego**. 6 ed. Tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins fontes, 2004.

Bibliografia Complementar

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COMENIUS, J. **Didática magna**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: EDUNIMEP, 1999.

NIETZSCHE, F. **Escritos de Educação**. Rio de Janeiro: PUC/Loyola, 2003.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Sociologia da Educação I
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	---

Ementa

A educação como fenômeno social na perspectiva dos autores: Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro; Contribuições da sociologia da educação no contexto das organizações e instituições educativas.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, F. **Novos Caminhos e Novos fins:** a nova política da educação no Brasil. São Paulo: Cia Ed. Nacional. 1931.

RIBEIRO, D. **Educação como prioridade.** São Paulo: Global, 2018.

FERNANDES, F. **O Desafio Educacional.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

Bibliografia Complementar

DA MATTA, R. **Explorações:** Ensaio de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p.121-132.

FERNANDES, F. **Fundamentos Empíricos da explicação sociológica.** 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LUCENA, C. A. **Hayek, liberalismo e formação humana.** Campinas: Alínea, 2010.

MISKOLCI, R. **As Marcas da Diferença no ensino escolar.** São Carlos: Editora da UFSCAR, 2010.

GEOGRAFIA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Princípios da ciência geográfica, objetos e métodos, e sua relevância na Educação Básica. Estudo crítico de fundamentos e apreciações de concepções para uma geografia escolar, apresentações e análise de conceitos e conteúdos da geografia, considerando as escalas do local ao global. conhecimento geográfico, suas características e importância social. A organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações. Diferentes formas de compreensão da natureza, dos ambientes, das paisagens, e dos lugares, com ênfase nos conteúdos ensinados nas séries iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais em Geografia.** (1ª à 4ª séries), Brasília, MEC, 1998.

SANTOS, M. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

STRAFORINI, R. **Ensino de geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

Bibliografia Complementar

CALLAI, H. C. A educação geográfica na formação docente: Convergências e tensões. In: SANTOS, L. L. de C. P. (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____, H. C. A. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003, p. 83-134.

CLAVAL, P. **A geografia cultural.** 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VESENTINI, J. W. **Brasil sociedade e espaço:** geografia do Brasil. 21 ed. São Paulo: Ática, 1994.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

A Educação como processo social. A escola como instituição social e as determinações sociais. Análise do cotidiano escolar e a dinâmica da organização escolar. Marcas históricas e epistemológicas da Psicologia e sua história com a Educação. A trajetória da constituição da categoria professor. Pesquisa em Psicologia e Educação.

Bibliografia Básica

COLL. E. [et. al]. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. de. **Psicologia na Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LANE, S. T. M. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Bibliografia Complementar

BOCK. A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13 ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2010.

TANAMACHI, E.; ROCHA, M. **Psicologia e Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Princípios da Língua Portuguesa, objetos e métodos e sua relevância na educação básica. Concepções de linguagem e de gramática e os objetivos do ensino de língua materna. As variantes linguísticas. Diferenciação entre norma culta e norma padrão, assim como de língua oral e língua escrita. Processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem.

Bibliografia Básica

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al (orgs.). **Por que a escola não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Editora Scipione, 2009.

Bibliografia Complementar

DALLA ZEN, Maria Isabel; XAVIER, Maria Luiza M. (Orgs.). **Ensino da língua materna: para além da tradição**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

FURACO, Carlos Alberto. **Escrita e alfabetização**. São Paulo: Contexto, 1994.

JOLIBERT, Jolibert. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Componentes curriculares ideais para o 3º período:

- História da Infância
- Psicologia da Educação II
- Metodologias para o Ensino de Matemática
- História para os anos iniciais do ensino fundamental
- Ciências Naturais para os anos iniciais do ensino fundamental
- Didática I

HISTÓRIA DA INFÂNCIA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

As concepções da infância na história. A construção social e histórica da infância. A Infância na família e na sociedade. Concepções pedagógicas sobre a infância. A criança como sujeito histórico e social. Políticas públicas para a infância. Práticas de educação infantil.

Bibliografia Básica

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

HEYWOOD, C. **Uma História da infância**: da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre, Artmed, 2004.

PRIORE, M. del. **História das crianças no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar

FREITAS, M. C. de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, USF, 2001.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 5ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEVIN, E. **A Infância em Cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

STEARNS, Peter N. **A Infância**. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

VALDEZ, D. **História da infância em Goiás**: séculos XVIII e XIX. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Psicologia da Educação I
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	---

Ementa

Análise crítica das perspectivas teóricas do desenvolvimento e da aprendizagem e suas contribuições para educação: psicanálise, psicologia cognitiva, psicologia sócio-histórica e psicologia comportamental. Processos psicológicos básicos essenciais para o estudo da psicologia da educação: memória, inteligência, linguagem, pensamento, motivação, emoção e atenção. A estreita relação entre desenvolvimento e aprendizagem. A importância da afetividade no processo educativo.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, M. K. **Vigotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

PAPALIA, D. E.; OLD, S. W. **Desenvolvimento Humano**. 7º ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

Bibliografia Complementar

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, Á. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Psicologia**: uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência. 3. ed. São Paulo: Educ, 2010.

NUNES, A. I. B. L.; SILVEIRA, R. do N. **Psicologia da aprendizagem**: processos, teorias e contextos. 3ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. Campinas, SP: Papirus, 1991. 193p.

METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Matemática para os anos iniciais do ensino fundamental
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	---

Ementa

Estudo da organização didático-pedagógico do currículo de matemática e a importância desta ciência para aprendizagem e vivência em sociedade. Discussão do cenário atual do ensino e aprendizagem matemática. Explorar recursos e metodologias com foco nas tendências atuais em educação matemática. Realização de práticas de ensino de matemática e sua avaliação.

Bibliografia Básica

AMARAL, A. L; CASTILHO, S. F. R. **Metodologia da Matemática**. 5ª ed. Belo Horizonte: vigília, 1992.

DANTE L. R. **Didática da resolução de problemas de matemática**. 12a ed. 3a imp. São Paulo: Ática, 2000.

PARRA, C; SAIZ, I. **Didática da Matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia Complementar

CENTURION M. **Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações**. São Paulo: Scipione, 1994.

NACARATO A.; PASSOS C. **A geometria nas séries iniciais: uma análise sob a perspectiva da prática pedagógica e da formação de professores**. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

ROSA, E. **Didática da Matemática**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2010.

SMOLE, K. S; DINIZ, M. I; CÂNDIDO, P. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2000. (Coleção matemática de 0 a 6 anos).

SMOLE, K. S; DINIZ, M. I; CÂNDIDO, P. **Resolução de problemas**. Porto Alegre: Artmed, 2000. (Coleção matemática de 0 a 6 anos).

PONTE, J. P; BROCADO, J; BROCADO, H. O. **Investigações matemáticas na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Col. Tendências em Educação Matemática).

SANTOS, C. A. **Aprendizagem em Geometria na educação básica: a fotografia e a escrita na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. (Col. Tendências em Educação Matemática).

HISTÓRIA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Princípios da ciência histórica, objetos e métodos, sua relevância na educação básica. Relações entre o pensamento concreto e abstrato, história individual, memória social e conhecimento histórico. Processos de formação histórica: o local, o regional e o nacional. Uso de diferentes fontes e linguagens como mediadores culturais. Reflexão e crítica a conteúdos históricos presentes nas propostas curriculares e nos livros didáticos.

Bibliografia Básica

COOPER, H. **Ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais**: um guia para professores. Curitiba: Base Editorial, 2012.

GUIMARÃES, S. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2008.

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de História**: experiência, reflexões e aprendizado. 13ª Ed. rev. ampl. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história e geografia. Secretaria do Ensino Fundamental, Brasília: MEC, 2001.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, T. N. L. **História & ensino de História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEIHY, J. C. S.B. **Manual de história oral**. 4ª ed. SP: Edições Loyola, 2002.

PAIVA, E. F. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CIÊNCIAS NATURAIS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Princípios das ciências naturais, objetos e métodos, e sua relevância na Educação Básica. Aprofundamento teórico sobre os principais conceitos, princípios e procedimentos científicos que envolvem o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental; diferentes concepções de ciência, visões estereotipadas de ciência e características do fazer científico; relações entre ciência e tecnologia; as responsabilidades do fazer científico nos avanços tecnológicos; a importância da ciência para o exercício da cidadania; visão panorâmica da história do ensino de ciência e a constituição do currículo de ciência como fruto de interesses econômicos, políticos, culturais e sociais.

Bibliografia Básica

CACHAPUZ, A.; CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. **A necessária renovação no ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GERMANO, M. G. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

Bibliografia Complementar

ALFONSO-GOLDFARB, A.M.; BELTRAN, M. H. R. (Org.). **O saber fazer e seus muitos saberes: experimentos, experiências e experimentações**. São Paulo, Educ, 2006.

CARNEIRO, M. C.; CALUZI, J. J.; ROTHBERG, D. (Orgs.). **História e filosofia das ciências e ensino de ciências II**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. E-book: <http://www.culturaacademica.com.br/img/arquivos/Hist%F3ria%20e%20filosofia-WEB-otimizado-travado.pdf>.

NARDI, R. (Org.). **Questões atuais no ensino de ciências**. São Paulo: Escrituras, 1998.

SCHNETZLER, R. P.; ARAGÃO, R. M. R. **Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens**. Campinas: R. Vieira, 2000.

WORTMANN, M. L. C.; SANTOS, L. H. S.; RIPPOL, D.; SOUZA, N. G. S.; KINDEL, E. A. I. (Orgs.). **Ensaio em Estudos Culturais, Educação e Ciência: A produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia - instâncias e práticas contemporâneas**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

DIDÁTICA I

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

Conceito e objeto da Didática e seus fundamentos históricos e filosóficos. Compreensão sobre as Tendências Pedagógicas. Pressupostos teóricos sobre o método do conhecimento (Positivismo, Fenomenologia, Dialética) e o método da didática. A educação na lógica dialética.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Cortez Ed.: São Paulo, 2ª ed, 2013.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Didática: o ensino e suas relações**. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Orgs.). **Didática: embates contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

Bibliografia Complementar

CANDAU, V. M. (Org.) **A didática em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COMENIUS, J. A. **Didática magna**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

FAZENDA, I. C. A. (Org.) **Didática e Interdisciplinaridade**. 17ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SAVIANI, D. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. São Paulo/Campinas: Cortez Editora/Autores Associados, 11ª ed., 1996.

WACHOWICZ, L. A. **O método dialético na didática**. São Paulo: Campinas, Papirus, 1989.

Componentes curriculares ideais para o 4º período:

- Didática II
- Metodologias para o Ensino de Ciências Naturais
- Metodologias para o Ensino de Geografia
- Metodologias para o Ensino História
- Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Educação Infantil
- Metodologias para o Ensino de Língua Portuguesa

DIDÁTICA II

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Didática I
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

A didática na formação do Educador; a relação professor e aluno. Aspectos teóricos e metodológicos do cotidiano da sala de aula. Planejamento Participativo. O Planejamento de ensino e a relação com os componentes pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem: método, conteúdo, objetivo, avaliação.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Cortez Ed.: São Paulo, 2ª ed, 2013

ÁLVAREZ MÉNDEZ, J. M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Repensando a Didática**. 22ª ed. Campinas: Papirus, 2005.

Bibliografia Complementar

COMENIUS, João Amos, **Didática Magna**, trad. Ivone Castilho Benedetti, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, Autores Associados, 2008.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Didática**: o ensino e suas relações. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

WACHOWICZ, L. A. **O método dialético na didática**. São Paulo: Campinas, Papirus, 1989.

METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Ciências Naturais para os anos iniciais do ensino fundamental
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	--

Ementa

Conteúdos e metodologias para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Ambiente, Ser Humano e Saúde, e Recursos Tecnológicos. Alfabetização científica; ensino como prática de investigação, métodos avaliativos e o papel docente nas aulas de ciência. Desenvolvimento de práticas de ensino de ciências naturais.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** ciências. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências:** fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

POZO, J. I., CRESPO, M. Á. G. **A aprendizagem e o ensino de ciências**– do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** meio ambiente: saúde. 3 ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CAMPOS, M. C.; NIGRO, R. **Ciências: Ensino Aprendizagem como investigação.** São Paulo: FTD, 1999.

CEZARI, E. J., FERREIRA, G. (Orgs.) **Políticas Curriculares, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas em Ciências Naturais.** Palmas: EdUFT, 2014.

MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. de O.; LORENCINI JUNIOR, A.; CORAZZA, M. J. (Orgs.). **Ensino de Ciências:** múltiplas perspectivas, diferentes olhares. Curitiba: CRV, 2014.

METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	--

Ementa

Contextualização de temáticas tornadas conteúdos da geografia escolar e seus modos didáticos. Leituras e interpretações das formas de interações dos sujeitos com as realidades complexas do campo da Geografia, sempre, a partir das experiências vividas dos sujeitos. A produção do conhecimento e suas consequências para o ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental. Práticas de ensino voltadas à geografia escolar.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Maria Inez da Silva de Souza. **Fim de século: a escola e a Geografia**. 3.ed. São Paulo: Unijui, 2007

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 14. ed. - Campinas: Papirus, 2010.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia**. Nídia Nacib Pontuschka, Tomoko lyda Paganelli, Núria Hanglei Cacete. 1a ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, José Luiz. **Geografia e cinema: em busca da aproximação e do inesperado**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A Geografia na sala de aula**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 109-133.

CAVALCANTI, **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papirus, 2008.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. n.19, p.20-28, 2002.

PEREIRA, Aires José. **Ensaio geográficos e interdisciplinaridade poética**. 2.ed. - São Paulo: Ferrari.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: História para os anos iniciais do ensino fundamental
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	---

Ementa

Contextualização de práticas pedagógicas para o ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental: objetos de estudo da história, a construção da história, os desafios e as possibilidades para seu ensino. Ênfase nos conteúdos e metodologias para esse ensino nos anos iniciais do ensino fundamental. O aluno como autor da história. Ensino em uma visão interdisciplinar. Materiais didáticos e usos de diferentes fontes e linguagens nos anos iniciais do ensino fundamental: literatura, canções, filmes, fontes orais, iconográficas, etc.

Bibliografia Básica

COOPER, H. **Ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais**: um guia para professores. Curitiba: Base Editorial, 2012.

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de História**: experiência, reflexões e aprendizado. 13ª Ed. rev. ampl. – Campinas: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, S. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2008.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história e geografia. Secretaria do Ensino Fundamental, Brasília: MEC, 2001.

FONSECA, T. N. L. **História & ensino de História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PAIVA, E. F. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SIMAN, L. M. de C.; FONSECA, T. N. L. **Inaugurando a História e construindo a nação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO TRABALHO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito:
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	-----------------------

Ementa

Concepções teórico-metodológicas que envolvam o trabalho educativo com crianças de 0 a 5 anos de idade. Relação do brincar e cuidar numa perspectiva educativa. Instituições de Educação Infantil (creches, pré-escolas): estrutura e funcionamento. Legislação pertinente para o funcionamento das instituições de Educação Infantil e atendimento das crianças de 0 a 5 anos de idade.

Bibliografia Básica

ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola:** Revisitando teorias, descortinando práticas. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

BONDIOLI, A. (Org.). **O projeto pedagógico da creche e sua avaliação** – a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

ANGOTTI, Maristela (Org.) **Educação Infantil:** Para que? Para quem? E por quê? Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton (Orgs). **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil:** as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº. 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** – v. 1, 2, 3. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Piracicaba, SP: UNIMEP, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezato. (Orgs.) **Pedagogia(s) da Infância:** dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, C. [et. al.]. (Org.). **Os fazeres na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2009.

METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	--

Ementa

Análise de propostas pedagógicas para o ensino da língua portuguesa na educação infantil. Ensino de língua e fracasso escolar. Metodologias para o ensino de língua portuguesa e a reflexão sobre as mesmas. A análise e reflexão sobre a língua.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura.** São Paulo: Cortez, 1994.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

ILARI, Rodolfo. **Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras.** São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, Margarida. **Linguagem, língua, linguística.** In. FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística. São Paulo: Contexto, 2002.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (orgs.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Componentes curriculares ideais para o 5º período:

- Estágio Supervisionado I: Educação Infantil
- Literatura Infantojuvenil
- Educação de Jovens e Adultos
- Ludicidade e Educação
- Fundamentos e Metodologias da Alfabetização e Letramento

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL

C.H. Total: 120h/aula	Créditos: 8	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 75h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Didática I e II; Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Educação Infantil
---------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	---

Ementa

Espaço de vivência e reflexão de experiências educativas referentes à especificidade do trabalho profissional envolvendo crianças de 0 a 5 anos de idade em instituições de Educação Infantil (creche e pré-escola). Acompanhar e desenvolver ações e Projetos de Trabalho, consoantes aos conhecimentos teóricos metodológicos da área. Realização de observação, participação e regência em sala de aula

Bibliografia Básica

ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Org.). **Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?** em defesa do ato de ensinar. 2 ed. Campinas: Alínea, 2010.

KRAMER, Sônia. (Org.). **Profissionais de educação infantil:** gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

LIMA, Maria Socorro L.; PIMENTA, Selma G. **Estágio e docência.** São Paulo, Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** – v. 1, 2, 3. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis. **Educação Infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artemed, 2001.

GRACE, C. & SHORES, E.; **Manual de portfólio:** um guia passo a passo para o professor. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001

ROSSETTI-FERREIRA, C. [et. al.]. (Org.). **Os fazeres na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LITERATURA INFANTOJUVENIL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

A especificidade da literatura infantil. Conceitos de literatura e gêneros da Literatura Infantojuvenil. Literatura e performance: a perspectiva lúdico-estética da literatura infantil. Letramento literário e práticas de leitura de textos literários na escola. Os materiais didáticos e a análise crítica de textos infantojuvenil.

Bibliografia Básica

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

ZIBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global, 2003.

Bibliografia Complementar

AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas?** Literatura infantil e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes: EDUFRRN, 1997.

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. Trad. Arlene Caetano. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CADEMARTORI, Lúcia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLOMER, Teresa. **A formação de leitor literário**. São Paulo: Global, 2003.

LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís (Orgs.). **Monteiro Lobato, livro a livro**: obra infantil. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas: Papirus, 1986.

YUNES, Eliana (Org.). **Pensar a leitura**: complexidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2002.

MENGARELLI, Jandira Kondera. (org.). **Dos Contos em cantos**. Salvador, BA: Álgama, 1998.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Perspectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos no contexto educacional brasileiro e latino americano. Atores e Sujeitos Sociais da EJA. A Educação de Jovens e Adultos na legislação e nas diretrizes da educação nacional. As contribuições teórico-metodológicas de Paulo Freire. A Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação Popular.

Bibliografia Básica

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, C. R. **O que é o método Paulo Freire**. 7 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAGE, Maria Hermínia e LAFFIN, Fernandes (org) **Educação de Jovens e Adultos e educação na diversidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: Currículo e Prática Pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LUDICIDADE E EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Ludicidade e educação na construção da identidade e autonomia da criança. Distinções entre jogo, brinquedo e brincadeira e a importância destes no desenvolvimento da aprendizagem infantil. A função simbólica do brincar. A autoestima e sua relação com o brincar. As diversas formas de brincar. Ludicidade, corpo e movimento. O lugar do lúdico na escola. Levantamentos sobre as brincadeiras da região.

Bibliografia Básica

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.) **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.) **O Brincar e suas Teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

MACEDO, L.; PETTY, ^a L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. São Paulo: Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

BRUHNS, Heliosa Turini & GUTIERREZ, Gustavo Luiz (orgs.). **O Corpo e o Lúdico**. Ciclo de Debates Lazer e Motricidade. FEF- Unicamp, Ed. Autores Associados. 2000.

COSTA, Auredite Cardoso. **Psicopedagogia e Psicomotricidade**: pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GALLAHUE, D.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jaqueline D. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7^a.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

LEBOVICI, Serve; DIATKINE, R. **Significado e Função do brinquedo na criança**. 3^o ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 63p.

LEVIN, Esteban. **A Infância em cena**: Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. São Paulo: Vozes, 2002.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 30h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	------------------------------	--

Ementa

Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. Conceitos de Alfabetização e Letramento. A função social da Escrita em uma sociedade letrada. Psicogênese da Língua Escrita. Hipóteses de leitura e de escrita. Processos de Alfabetização e alternativas metodológicas. Estudo e análise dos métodos de alfabetização.

Bibliografia Básica

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. 4º Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 3ª Edição. São Paulo: Contexto 2005.

Bibliografia Complementar

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. 17. Edição. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 48 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAFF, H. J. **Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Componentes curriculares ideais para o 6º período:

- Estágio Supervisionado II: anos iniciais do ensino fundamental
- Educação em espaços não escolares
- Pesquisa Educacional I
- Políticas Educacionais: financiamento e avaliação
- Estado, Políticas Públicas e Educação

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

C.H. Total: 120h/aula	Créditos: 8	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 75h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Estágio Supervisionado I: Educação Infantil
---------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	--

Ementa

Espaço de vivência e reflexão de experiências educativas referentes à especificidade do trabalho profissional envolvendo alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental regular e da EJA. Acompanhamento e desenvolvimento de projetos e ações compreendendo observação, monitoria e práticas de docência.

Bibliografia Básica

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez. 2004.

BIANCHI, R.; ALVERENGA, M.; BIANCHI, A. C. de M. **Orientação para Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Thomson. 2005.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 23ª ed. São Paulo, SP: Libertad Editora, 2012. (Cadernos Pedagógicos do Libertad).

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**. Imagens e autoimagens. Vozes. Rio de Janeiro. 2000.

BARCELOS, Valdo. **Educação de jovens e adultos**: currículo e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais**. Mec/SEF, Brasília, 1998.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Wagner Rodrigues da; FARJADO – TURBIN, Ana Emília (Orgs). **Como fazer relatórios de Estágios Supervisionados**: formação de professores nas licenciaturas. Brasília: Liber Livro, 2012.

ZABALA A. **A prática educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Educação para além dos muros da escola. Estudo de experiências e práticas educativas desenvolvidas em diferentes espaços não escolares (movimentos sociais, instituições de assistência social e filantrópicas, ONG, entidades, associações etc.). Caracterização, organização e gestão dos espaços não escolares e a função social do/a pedagogo/a na articulação do conhecimento e das ações no âmbito da educação nesses espaços.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3 ed, SP: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed, SP: Loyola, 2004.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Marcos Garcia de. **Pedagogia empresarial: saberes, práticas e referências**. SP: Brasport, 2006.

BARBALHO, A.; PAIVA, R. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. SP, Paulus, 2005.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 6ª ed., SP: Cortez, 2005.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil**. SP: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **Educação escolar: que prática é essa?** SP: Autores Associados, 2001.

SCHERMERHORN, Jr. John R. **Fundamentos de comportamento organizacional**. 2 ed., RS: Bookman, 2002.

PESQUISA EDUCACIONAL I

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Iniciação ao trabalho acadêmico
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	--

Ementa

Fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa educacional; técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa: questionário, observação, entrevista, pesquisa bibliográfica e documental; planejamento da pesquisa em educação: problema, objetivo e procedimentos metodológicos; pré-projeto de trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.

FAZENDA, I. (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 11 ed. Campinas: Papirus: 2004.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Editores Associados, 1998.

GATTI, B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 13ª reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. **Pesquisa Educacional: quantidade – qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito:
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-----------------------

Ementa

As Reformas Educacionais no Brasil; O direito a educação na legislação brasileira: Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes Nacional da Educação Brasileira de 1996; A Organização da Educação Brasileira, Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação; Políticas para a Educação Básica e Ensino Superior a partir da década de 1990. A Política de Financiamento da Educação Básica e Política de Avaliação da Educação no Brasil: contextos, características, especificidades e desafios.

Bibliografia Básica

- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

Bibliografia Complementar

- AFONSO, Almerindo J. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas**. Cortez: São Paulo. 2005.
- AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Victor Henrique (Orgs.). **Políticas Públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, Dalila (org). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis. RJ – Vozes, 1997.
- SAVIANI, D. **Política e Educação no Brasil - o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino**. São Paulo: Cortez, 1987.
- SANTOS, Joedson Brito dos, **O FUNDEB e a educação infantil**. 1. Ed. _Curitiba: Appris, 2015.
- VIANNA, H. M. **Avaliações em debate: SAEB, ENEM, PROVÃO**. Brasília, Plano Editora: 2003.

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito:
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-----------------------

Ementa

Teorias do Estado; Estado, política e educação; as naturezas das políticas sociais no Estado capitalista; particularidades das políticas educacionais dentro da perspectiva histórica; neoliberalismo nas políticas educacionais.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, J. M. L. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008 (Coleção polêmica do nosso tempo: v. 56).

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 17.ed. Campinas: Papirus, 2011.

MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, p. 11-28 1998.

Bibliografia Complementar

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 31, 1996. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/>>. Acesso em: 05 jul. 2008.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

BOBBIO, N. **Estado, Governo e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARNOY, M. **Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber**; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: UNESCO, 2002. 136p.

IANNI, O. **Estado e Capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

FIORI, J. L. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. In: **PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 7 (2): 129-147, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf> Acesso em: 09/05/2015

Componentes curriculares ideais para o 7º período:

- Estágio Supervisionado III: espaço não escolar
- Arte-educação
- Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão da Educação
- Teorias do Currículo
- Pesquisa Educacional II

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: ESPAÇO NÃO ESCOLAR

C.H. Total: 75h/aula	Créditos: 5	C.H. Teórica: 30h/aula	C.H. Prática: 45h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Estágio Supervisionado II: anos iniciais do ensino fundamental
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	---

Ementa

Vivência e reflexão de experiências educativas referentes à especificidade do trabalho profissional pedagógico em espaços não escolares (sindicados, prisões, empresas, ONG e outros). Desenvolvimento e acompanhamento de projetos e ações.

Bibliografia Básica

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. 47 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa.** 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

TRINDADE, Ana Beatriz; CANDINHA, Marcia Alvim. **Pedagogia Empresarial:** formas e contextos de atuação. 3ed. Rio de Janeiro: WakEd, 2009.

Bibliografia Complementar

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, S. G. **Estágio e docência.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Willian Lima. **O papel do pedagogo dentro do sistema penitenciário.** Rios Eletrônica – Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro. n. 9, p. 102-113, dez, 2015. Paulo Afonso, BA: FASETE, 2015.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

VASCONSELOS, Maria Celi Chaves. **Estágio em contextos não escolares.** UERJ. Volume único. Rio de Janeiro. Fundação CECIRJ, 2012.

ARTE-EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Fundamentos teórico-metodológicos da arte e educação. História da arte-educação no Brasil. As artes visuais, o teatro, a dança e a música na escola. A arte na educação infantil. A arte no ensino fundamental e no ensino médio. A Lei nº. 9394/96 e o ensino da arte. A pesquisa em arte e educação. A avaliação em artes. Arte e formação docente. Cultura visual e educação. O lúdico e as artes na escola.

Bibliografia Básica

- BARBOSA, A. M. **Arte/Educação contemporânea:** consonâncias internacionais. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARBOSA, A. M. **Arte-educação no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2002.
- IAVELBERG, R. **Para gostar de aprender arte:** sala de aula e formação de professores. Porto Alegre; Artmed, 2003.
- FERRAZ, M. H. C.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do ensino de arte.** São Paulo: Cortez, 1993.

Bibliografia Complementar

- BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte.** São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.
- FERRAZ, M. H. C.; FUSARI, M. F. R. **Arte na educação escolar.** São Paulo: Cortez, 1993.
- LARA, R. de S. **Avaliação do ensino e aprendizagem em arte:** o lugar do aluno como sujeito da avaliação. São Paulo: Editora SESI, 2012.
- MARTINS, M. C. **Didática no ensino da arte.** São Paulo: FTD, 1998.
- NICOLAU, M. L. (Org.). **A educação artística da criança:** plástica e música. São Paulo: Ática, 2001.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Fundamentos teóricos da administração e gestão educacional; organização do trabalho pedagógico: aulas, gestão e projeto político da escola; gestão democrática no âmbito institucional; teorias de planejamento e gestão dos sistemas de ensino.

Bibliografia Básica

FREITAS, L. C. de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

HELOANI, J. R. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, J. C., OLIVERIA, J. F., TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

KUENZER, A.; CALAZANS, M. J. C.; GARCIA, V. **Planejamento e educação no Brasil**. Vol 27 8 Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011 (Questões da nossa época).

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, D. A. Mudanças na organização e gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. F. F. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 125-144.

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2 ed. São Paulo: EdUNESP, 2006.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 23ª ed. São Paulo, SP: Libertad Editora, 2012. (Cadernos Pedagógicos do Libertad).

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.). **As dimensões do projeto político Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001.

TEORIAS DO CURRÍCULO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

O campo do currículo a partir das abordagens teórico-conceituais positivista, materialista histórico-dialética e das teorias Pós-modernas; organização do saber escolar, problemas e pressões sociais que incidem sobre o planejamento do currículo; educação e multiculturalismo.

Bibliografia Básica

APPLE, M. W. **Educando à Direita:** Marcadores, Padrões, Deus e desigualdades. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença.** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil:** dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

Bibliografia Complementar

APPLE, M. W. **Conhecimento oficial:** a educação democrática numa era conservadora. 2 ed. Tradução de Maria Isabel Edelweiss Bujes. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOREIRA, A. F. (Org.). **Currículo na contemporaneidade:** incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PESQUISA EDUCACIONAL II

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Pesquisa Educacional I
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	---

Ementa

Construção, caracterização e instrumentos de pesquisas voltados para exploração e análise de dados quantitativos. Aplicação de conceitos estatísticos de natureza descritiva de modo a explorar capacidades e habilidades de análise de problemáticas da realidade educacional brasileira, de forma a compreender a estatística como instrumento de pesquisa educacional.

Bibliografia Básica

COSTA, S. F. **Estatística aplicada a pesquisa em educação**. Brasília: Plano Editora, 2004.

FARIAS, A. A; SOARES, J. F; CÉSAR, C. C. **Introdução a Estatística**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

PEREIRA, P. H. **Noções de estatística**: com exercícios para administração e ciências humanas (dirigidos a pedagogia e turismo). Campinas, SP: Papirus, 2004.

Bibliografia Complementar

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada a Ciências Sociais**. 7 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

COSTA, G. G. O. **Estatística Aplicada a Educação com Abordagem Além da Análise Descritiva**. São Paulo. Ed.: Ciência Moderna, v.1, 2015.

COSTA, G. G. O. **Estatística Aplicada a Educação com Abordagem Além da Análise Descritiva**. São Paulo. Ed.: Ciência Moderna, v.2, 2015.

LEVINE, D; BIRENSEN, M; STEPLAN, D. **Estatística, teoria e aplicação**. Editora LTC. 2005.

BUSSAB, W. O., MORETTIN, P.A. **Estatística básica**. São Paulo: Ed. Saraiva, 8ª ed., 2003.

Componentes curriculares ideais para o 8º período:

- Estágio Supervisionado IV: gestão educacional
- Educação Especial
- Educação Ambiental
- Optativa I
- Educação, História e Cultura Africana e Afro-brasileira
- Trabalho de conclusão de curso I

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: GESTÃO EDUCACIONAL

C.H. Total: 90h/aula	Créditos: 6	C.H. Teórica: 30h/aula	C.H. Prática: 60h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Estágio Supervisionado III: espaço não escolar
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	---

Ementa

Vivência e reflexão de experiências educativas referentes às especificidades do trabalho pedagógico envolvendo instituições educativas no que concerne as dimensões da gestão educacional (planejamento, execução, acompanhamento, administração, avaliação e outros).

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5º ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar introdução crítica.** 17ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar

BIANCHI, R.; ALVERENGA, M.; BIANCHI, A. C. de M. **Orientação para Estágio em Licenciatura.** São Paulo: Thomson, 2005.

LIMA, L. C. **A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar.** Braga: Universidade do Minho – Instituto de Educação, 1992.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** Rio de Janeiro: Petrópolis, 2006.

OLIVEIRA, Dailia (org). **Gestão democrática da educação:** desafios contemporâneos. Petrópolis. RJ – Vozes, 1997.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 23. ed. São Paulo, SP: Libertad, 2012. (Cadernos Pedagógicos do Libertad v. 1).

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.). **As dimensões do projeto político Pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Estudo sócio-histórico-filosófico sobre necessidades especiais abrangendo as características próprias dos períodos de exclusão, integração e inclusão educacional. Abrangência dos conceitos de igualdade/diferença e suas intercessões. Marcos legais internacionais e nacionais relacionados à Modalidade de Educação Especial. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas regulares. Conhecimentos relacionados às diversas necessidades educacionais especiais e propostas de intervenção em pessoas com deficiência: intelectual, auditiva, visual, física e múltipla, pessoas com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), pessoas com Altas Habilidades, entre outras.

Bibliografia Básica

BRASIL. MEC. **Direito à educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. (Ricardo Lovatto – Org). Blattes. – 2. ed. – Brasília: MEC; SEESP, 2006.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** Um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Bibliografia Complementar

DOMINGUES, C. dos A (et.al.). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar:** alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. (Vol 3. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105-fasciculo-3-pdf&Itemid=30192.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. – 6. ed. – São Paulo – São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, I. A. de. **Saberes Imaginários e representações na educação especial:** aproblemática ética da diferença e da exclusão social. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. de C. (Orgs.). **Educação Especial:** do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

SKLIAR, C. **Educação e exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2004.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 30h/aula	C.H. Prática: 15h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	----------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Concepções para uma educação ambiental que permita compreender os caminhos possíveis para a sustentabilidade, a partir da necessidade de assumir uma postura crítica diante do modelo de sociedade consumista na qual estamos inseridos no espaço-tempo contemporâneo. Interpretações sobre o conceito de meio ambiente e natureza, tendo como ponto deflagrador o vivido. Leituras para uma educação ambiental, que em sua práxis pedagógica, considere o lugar como um espaço de compreensão e de realização para esta educação ambiental.

Bibliografia Básica

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na Educação**, Campinas: Papirus, 1995.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 6ª edição. São Paulo: Cortez. 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Bibliografia Complementar

DIAS, G. F. **40 contribuições pessoais para a sustentabilidade**. São Paulo: Gaia, 2005.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**, Campinas: Papirus, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ªed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 60h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 0h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

Ementa

História e cultura africana. Análise da diversidade cultural e o processo de construção da identidade negra no Brasil. Compreensão das relações raciais no Brasil, os principais debates e os conceitos fundamentais: raça, etnia, cultura, racismo, discriminação, preconceito, estereótipos, desigualdade, diversidade, diferença. Estudo sobre diversidade étnico-racial no espaço escolar e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a garantia dos direitos humanos.

Bibliografia Básica

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 5. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação/SEPPIR, 2004.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERNANDES, F. **Integração do Negro na Sociedade de Classe**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008. (2 volumes).

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1992.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 30h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 30h/aula	Pré-requisito: Pesquisa Educacional II
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	--

Ementa

Desenvolvimento dos elementos constitutivos de um projeto de pesquisa: tema, problema, hipóteses, objetivos, metodologia, com a revisão da literatura pertinente; aprofundar os fundamentos teóricos da pesquisa e contribuir com a pesquisa do discente. Debater textos relacionados aos temas de pesquisa.

Bibliografia básica

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 11 ed. Campinas: Papirus: 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.

D'ONOFRIO, S. **Metodologia do trabalho intelectual**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Editores Associados, 1998.

FAZENDA, I. (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GATTI, B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Componentes curriculares ideais para o 9º período:

- LIBRAS
- Educação e Mídias
- Educação Escolar Indígena
- Optativa II
- Sociedade, Trabalho e educação
- Trabalho de conclusão de curso II

LIBRAS

C.H. 60h/aula	Total:	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
-------------------------	---------------	--------------------	--	---	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Reconhecimento linguístico e legal das línguas de sinais. A importância da Libras na constituição do ser surdo. Línguas de sinais, identidades e cultura surda. Retrospectiva sobre educação de surdos no Brasil e educação bilíngue. Introdução à gramática da Libras. Introdução à conversação em Libras. Acessibilidade e a comunidade surda brasileira.

Bibliografia Básica

GOLDFELD, M. **A criança surda**: Linguagem e Cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Prexus. 1997.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. CAETANO, J. F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2013.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. V.1. 2º Edição. São Paulo: Edusp, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. V.2. 2º Edição. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, E. (org.). **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKILIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

STROBEL, Karin L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC: 2008.

EDUCAÇÃO E MÍDIAS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

O Conceito de Mídia. A História da Mídia. Mídia e comunicação. Mídia aplicada à educação. Tecnologia educacional. Educomunicação. Mídia-educação: reflexões, ética e estética. As mídias aliadas à educação e a educação para as mídias. Os dilemas emergentes das novas realidades tecnológicas. Desafio da educação na sociedade midiática. Formação de professores e tecnologia.

Bibliografia Básica

BELLONI, M. L. **O que é Mídia-Educação**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

MORAES, R. de A. **Informática na Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas em sala de aula**. 11ª ed. São Paulo: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

ANDERSEN, E. L. (Org.). **Multimídia Digital na Escola**. São Paulo: Paulinas, 2013.

FREIRE, W. (Org.). **Tecnologia e Educação – As Mídias na Prática Docente**. São Paulo: Wak, 2008.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (org). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: O Novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.

MORAES, U. C. de. (Org.). **Tecnologia Educacional e Aprendizagem**. São Paulo: Livropronto, 2007.

MORAN, J. M. (et al.). **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21 ed. Campinas: Editora Papirus, 2013.

SANCHO, J. M. et al. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

História e resistência dos povos indígenas do Brasil. A diversidade cultural dos povos indígenas e os processos próprios de ensino-aprendizagem. Políticas públicas, escola, etnicidade, interculturalidade e relativismo cultural. História, experiências e desafios da Educação Escolar Indígena no Brasil.

Bibliografia Básica

CUNHA, M. C. da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp/SMC/ Cia. das Letras, 1992.

FERREIRA, M. K. L. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação do Brasil. In: SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L. (Orgs). **A Antropologia, História e Educação**. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 Graus**. Brasília: MEC/ MARI/UNESCO, 1995.

Bibliografia Complementar

FREIRE, J. R. B. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios**. 2002. Disponível em: http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Cinco_ideias_equivocadas_sobre_indios_palestra_CENESCH.pdf.

DEMARCHI, A.; MORAIS, O. Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios ou o que não deve mais ser dito sobre eles. In: SILVA, R. P. da (Org.). **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos**. Palmas: Nagô Editora, 2015, p. 31-53.

GIRALDIN, O. Reflexões sobre a (difícil) relação entre a educação escolar para os povos indígenas e processos próprios de ensino-aprendizagem. In: SILVA, R. P. da (Org.). **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos**. Palmas: Nagô Editora, 2015, p. 55-76.

GIRALDIN, O; MELO, V. M. C. **Os Akwe e a busca de domesticação da escola**. Tellus (UCDB), v. 22, p. 177-199, 2012. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/viewFile/279/296>

LARAIA, R. B. **Cultura um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

TASSINARI, A. M. I. Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: LOPES DA SILVA, A; FERREIRA, M, K, L. (Org.) **Antropologia, História e Educação, uma questão indígena e a escola**. São Paulo / SP: MARI / FAPESP / Global Editora, 2001, v. 1, p. 44-77.

SOCIEDADE, TRABALHO E EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Trabalho como princípio educativo; processo histórico do trabalho enquanto categoria de problematização da transformação social; o surgimento do modo de produção capitalista e suas propostas educacionais; o debate sobre as relações entre a escola, o mercado de trabalho e a formação humana.

Bibliografia Básica

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2 ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. (Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

DEL ROIO, M. **György Lukacs e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUCENA, C. A.; PREVITALI, F. S.; LOMBARDI, J. C., et al. (Orgs.). **Mundialização do Trabalho, Transição Histórica e Reformismo Educacional**. Campinas: Navegando Publicações; Librun, 2014.

TAFFAREL, C. N. Z. A intensificação do trabalho docente na educação superior: a intensificação do trabalho nas federais: o caso UFBA. In: D'ÁVILA, C. M.; VEIGA, I. P. A. (Orgs.). **Profissão docente na educação superior**. Curitiba, PR: CRV, p. 79-94, 2013.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
--

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 30h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 30h/aula	Pré-requisito: Trabalho de Conclusão de Curso I
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	---

Ementa

Desenvolvimento dos elementos constitutivos de um projeto de pesquisa: tema, problema, hipóteses, objetivos, metodologia, com a revisão da literatura pertinente; aprofundar os fundamentos teóricos da pesquisa e contribuir com a pesquisa do discente. Debater textos relacionados aos temas de pesquisa. Defesa do TCC.

Bibliografia básica

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 11 ed. Campinas: Papirus: 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.

D'ONOFRIO, S. **Metodologia do trabalho intelectual**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Editores Associados, 1998.

FAZENDA, I. (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GATTI, B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

4.2.10.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

1. Avaliação de Políticas Públicas
2. Avaliação Institucional
3. Base Nacional Comum Curricular
4. Dificuldade de aprendizagem: reflexões contemporâneas
5. Direito educacional
6. Educação à Distância
7. Educação do Campo
8. Educação e envelhecimento
9. Educação e Multiculturalismo
10. Educação e pensamento social
11. Educação e Trabalho
12. Educação em contexto de privação e restrição de liberdade
13. Educação Popular
14. Educação, Direitos Humanos e Diversidade
15. Ensino Superior: projetos e reformas
16. Ética e educação
17. Etnomatemática
18. Gênero e educação
19. História e culturas regionais
20. Infância, Cultura e Sociedade
21. Introdução à Antropologia
22. Introdução à filosofia
23. Letramento em gêneros acadêmicos orais e escritos
24. Matemática Aplicada à Gestão Escolar
25. Psicologia Social
26. Sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

C.H. 60h/aula	Total:	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
-------------------------	---------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Estado capitalista e políticas públicas. Concepções de políticas públicas. Metodologia de avaliação em políticas públicas: as fases da política - agenda, formulação, implementação e avaliação – aspectos conceituais e práticos.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, M. T. **Emergência e desenvolvimento do welfare state**: teorias explicativas. BIB. Rio de Janeiro, 1995.

BARREIRA, M. C. R. N. e CARVALHO, M. do C. B. de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.) **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: 2001.

Bibliografia Complementar

BONNIOL, J. J. e VIAL, M. **Modelos de avaliação: textos fundamentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ARRETCHE, Maria Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2001, p. 45-56.

FARIAS, F. B. de. **O Estado capitalista contemporâneo**. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2001.

GONH, M. da G. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo, Cortez, 1999.

VIANNA, H. M.; GATTI, B. A. **Avaliação de Sistemas e Implementação de Políticas Públicas**. In. Estudos em Avaliação Educacional, 2000 (22). Fundação Carlos Chagas: São Paulo.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

A centralidade da avaliação nas reformas educacionais do final do século XX. Conceitos e definições de avaliação institucional. A avaliação sistêmica na legislação e nas diretrizes da educação básica. A avaliação institucional no Brasil – histórico e desdobramentos. A avaliação institucional das escolas – teorias e experiências.

Bibliografia Básica

BONNIOL, J. J. e VIAL, M. **Modelos de avaliação: textos fundamentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional**: base teórica e construção do projeto. 2ª ed. Revista e atualizada. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. (org.); VIANNA, Heraldo Marelim. et al. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

Bibliografia Complementar

FERRER, J. G. & ARREGUI, P. **Provas internacionais de aprendizado**. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe – PREAL, Documentos, nº 26, nov. 2003.

FRANCO, C (org). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação**: confrontos de lógicas. São Paulo, Moderna, 2003.

VIANNA, H. M. **Avaliações em debate**: SAEB, ENEM, PROVÃO. Brasília, Plano Editora: 2003.

VIANNA, H. M.; GATTI, B. A. **Avaliação de Sistemas e Implementação de Políticas Públicas**. In. Estudos em Avaliação Educacional, 2000. Fundação Carlos Chagas: São Paulo.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Histórico de como as dificuldades de aprendizagem foram tratadas nos diferentes momentos históricos. Dificuldades de aprendizagem mais presentes na escola (Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade – TDA/TDAH, Dislexia, Disgrafia, Discalculia). Dificuldade de aprendizagem e transtorno de aprendizagem. Teorias críticas sobre as dificuldades de aprendizagem. Patologização e medicalização da educação escolar. Consequências da “rotulação”. Papel do professor diante das dificuldades de aprendizagem do aluno.

Bibliografia Básica

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

Bibliografia Complementar

COLL. E. [et. al]. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. de. **Psicologia na Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

DROUET, Ruth Caribe da Rocha. **Distúrbios da Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 4ª, 2003.

DIREITO EDUCACIONAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Complexidade do fenômeno educacional. Conceitos fundamentais da educação e do direito. Sistemas normativo e educacional. Relações interdisciplinares e transversais: educação, estado, política, constituição, ética e sociedade. Direito educacional: campo científico e autonomia metodológica. Educação no âmbito internacional (tratados), nacional (constitucional) e infraconstitucional. Planejamento educacional e legislação. Direito e educação: legislação educacional. Federalismo, desigualdades regionais e sistemas de ensino. História da educação brasileira através das leis: as LDBs. Ensino brasileiro: níveis e modalidades. O Direito na organização curricular da Escola e da Universidade: parâmetros e diretrizes. Direito das minorias e inclusão escolar. Educação e direitos humanos: entre trabalho e cidadania. As teorias do direito e da educação: aproximações. Judicialização da educação.

Bibliografia Básica

FREITAG, Barbara., **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1986.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2006.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: 34. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Os processos de comunicação no contexto das modificações tecnológicas. História e Evolução da EaD. Educação a Distância: novos formatos. Os conteúdos e processos da EaD. Educação a distância e relações humanas. Os processos de ensino e aprendizagem em EaD. Formatos e processos midiáticos aplicados em EaD. Meios de comunicação e educação.

Bibliografia Básica

LANDIM, Claudia Maria das Mercês Paes Ferreira. **Educação à Distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1997.

LEVI, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar

COX, Kenia Kodel. **Informática na Educação Escolar**. São Paulo: Aut. Associados, 2003.
BRASIL, Mec/Seed. Salto para o futuro: TV e informática na educação. Secretaria de Educação à Distância. Brasília, 1998.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MORAN, José Manoel. **Ensino e Aprendizagem inovadores com tecnologias**. In.: Informática na Educação: Teoria e prática. Porto Alegre: vol. 3, n. 1 (2000).

EDUCAÇÃO DO CAMPO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Compreender historicamente as lutas socioculturais que avançaram na conquista da educação do campo; Analisar a identidade do homem do campo e consequentemente do público para o qual a educação do campo está voltada; Analisar a proposta político-pedagógica de educação do campo nos diversos espaços escolares e não-escolares, incluindo a articulação com os movimentos sociais; Vivenciar experiências educativas que possibilitem compreender a especificidade da educação do campo.

Bibliografia Básica

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

STÉDILE, João Pedro & FREI SÉRGIO. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) Cadernos de Educação n. 13. Dossiê MST: Escola, documentos e estudos 1990-2001, Edição Especial, 2005.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna, (Orgs). **Por uma educação do campo**. São Paulo: Editora Vozes

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Referências para uma política nacional da educação do campo: Cadernos de Subsídios**. Brasília: MEC/ SECAD, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Por uma educação do campo**, Brasília, 1999.

EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

A construção social da velhice e do envelhecimento. Fenômeno do envelhecimento e da velhice no Brasil: fatores políticos, sociais, econômicos e educacionais. Teorias correntes do Envelhecimento (Biológicas, psicológicas e sociais). Andragogia e educação no envelhecimento (educação de adultos e idosos).

Bibliografia Básica

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. São Paulo: Novas Fronteiras, 1990

BOTH, Agostinho; CASARA, Miriam Bonho; COLTELLETTI, Ivone. **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. SP: Edusp/FAPESP, 1999.

FREITAS, Elisabete Viana de [et. al.] **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro; 2ª edição. Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia Complementar

MASCARO, S. A. **O que é velhice**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

NERI, A.L. **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. Campinas: Alínea. 2011.

PARENTE, Maria Alice M.P. **Cognição e envelhecimento**. Bookman Companhia ED, 2006.

STANO, Rita de Cassia M. T. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELOS, Lúcia Marcondes Carvalho e BRITO, Regina Helena Pires de (orgs). **Educação para terceira idade** – São Paulo: Edições Loyola, 2012.

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Discussão do multiculturalismo numa perspectiva conceitual, apresentando suas polêmicas e diálogos com o interculturalismo e os estudos culturais. Trajetórias históricas e discussões atuais a partir das abordagens teóricas de sua inserção na comunidade escolar e na sociedade de uma forma geral, com vistas ao respeito, problematizando estereotípias, preconceitos e exclusões.

Bibliografia Básica

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANDAU, Maria Vera. **Educação intercultural e cotidiano escolar**. São Paulo: Sete Letras, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares Nacionais**: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, Vol. 10, 1997.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e direitos humanos**. Disponível em: http://www.suprema.edu.br/arquivos.downloads/conteudos_enade/21_multiculturalismo_direitos_hum.pdf. Acesso em 12/03/2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário** – pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

EDUCAÇÃO E PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Principais temáticas do pensamento social brasileiro; conceitos clássicos do pensamento social brasileiro – subdesenvolvimento, capitalismo dependente, desenvolvimentismo – e educação; a relação educação e sociedade, a partir da obra de diferentes pensadores brasileiros.

Bibliografia Básica

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PERICÁS, L. B; SECCO, L. (Orgs.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

TOLEDO, C. N de. **ISEB**: fábrica de ideologias. Campinas: EdUNICAMP, 1997.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório**: educação e Ciências Sociais no projeto dos centros brasileiros de pesquisas educacionais CBPE / INEP / MEC (1950-1960). Bragança Paulista: IFAN / CDAPH / EDUSF, 1999.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

O trabalho e a produção da existência humana: organização do trabalho e as formas de dominação econômica. O mundo do trabalho e a educação. A estrutura econômica capitalista e a educação: as categorias norteadoras da relação trabalho/educação. A pedagogia das competências e as novas qualificações no tempo da informática. As características da instituição escolar no contexto sócio-econômico e cultural brasileiro.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo moderno do trabalho**. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da universidade Estadual de Campinas, 2003. 200p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. & CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre. Imagens e autoimagens**. 10 ed. Vozes. Rio de Janeiro. 2008.

BOBBIO, Norberto et al. **Diccionario de política**. Trad: Varíale-Ferreira-Dini. Ed UNB. Brasília. 1998.

FONSECA, Tânia M. Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Vozes. Rio de Janeiro. 2000.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. Trad: Marcos Santarrita. Cia das Letras. Rio de Janeiro. 1995.

EDUCAÇÃO EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Reflexões acerca do contexto de privação e restrição de liberdade; Desigualdade social, encarceramento e educação; Educação na prisão *versus* educação da prisão; Educação Escolar e Profissional para pessoas em situação de privação e restrição de liberdade; Diretrizes Nacionais para Educação em Prisões; Remição de pena por estudo e leitura; Medidas socioeducativas.

Bibliografia Básica

COSTA, Antonio Carlos Gomes (Coord.). **Socioeducação**: Estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

IRELAND, Timothy. Educação em prisões. **Em Aberto**, Brasília, v.24, n.86, p.19-39. nov/2011.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; (Org). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: Enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

Bibliografia Complementar

DE MAEYER, Marc De. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.38, n.1, p.33-49, jan./mar. 2013.

RANGEL, Hugo. **Mapa regional latinoamericano sobre educación en prisiones**: Notas para el análisis de la situación y la problemática regional. Centre international d'études pédagogiques (CIEP), 2009.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. (Org.) **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

EDUCAÇÃO POPULAR

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Bases históricas e epistemológicas da Educação Popular no Brasil, evidenciando seus campos de atuação; Epistemologias do Sul, Ecologia de Saberes e a desqualificação dos saberes das classes subalternas; Educação Libertadora proposta por Paulo Freire; concepções de conscientização e educação de Ernani Maria Fiori.

Bibliografia Básica

FIORI, Ernani Maria. Conscientização e educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, 11(1), p.03 – 10, jan./jun. 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, v.79, nov. 2007, p. 71-94.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2 ed, Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências: para uma ecologia de saberes. In: _____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.17 – 49.

VALLA, Victor Vicent. A crise da interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação e Realidade**. 21(2), p.177-190, 1996.

EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

História dos direitos humanos. Instrumentos jurídicos dos DH. Sistemas regionais de proteção. Direitos humanos e educação. Direitos humanos, família e religião. Diversidade e minorias. Escola sem partido (ideologia de gênero).

Bibliografia Básica

RISCAROLI, Eliseu. **Direitos humanos e diversidade de gênero**. Editora aliança. Palmas. 2012.

ESTEVÃO, Carlos. **Direitos humanos, justiça e educação na era dos mercados**. Porto. 2010.

MACHADO, Jonatas. **Direitos humanos e religião**. Coimbra. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. UERJ. Rio de Janeiro. 2017.

Bibliografia Complementar

RISCAROLI, Eliseu. **Direitos humanos, democracia e justiça**: percepções literárias, jurídicas e filosóficas sobre a diferença. Editora CVR. Curitiba. 2013.

ALMEIDA, Roberto R. et al. **Direitos humanos em um contexto de desigualdades**. Boreal. Birigui. 2012.

RISCAROLI, Eliseu. **Diversidades**: diálogos (im)pertinentes entre educação, literatura e sexualidade. CRV. Curitiba. 2014.

RODRIGUES, Anabela M. et al. **Direitos humanos das mulheres**. Editora Coimbra. Coimbra. 2005.

MONTEIRO, A. R. **Direitos humanos das crianças**. Editora Coimbra. Coimbra. 2004.

ENSINO SUPERIOR: PROJETOS E REFORMAS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Ensino Superior na LDB, modalidades de ensino. Projetos de educação para a universidade brasileira. As concepções de ensino da ANDIFES, ANDES e Governo. Reforma educacional e qualidade da educação. O debate pela qualidade como referência social. Financiamento do ensino. EAD.

Bibliografia Básica

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo. Unesp. 2001.

MOREIRA, Daniel A. (org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2003.

SILVA Jr, J; SGUISSARDI, V. **Educação superior – análise e perspectiva de pesquisa**. São Paulo. Xamã. 2001.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394 de 1996.

LOMBARDI, J. C; Saviani. D; SANFELICE. J. **Capitalismo, Trabalho e educação**. Campinas. Autores associados. 2002.

MESZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo. 2005.

SILVA Jr., J. R. **Reforma do estado e da educação no Brasil**. São Paulo. Xamã. 2002.

ÉTICA E EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Introdução aos elementos da ética: o *ethos* e o *morus*, nas sociedades grega e latina. A dimensão ética na vida em sociedade. A presença da ética nos valores de um grupo ou de uma sociedade: na religião, na política, no direito, na ciência, nas artes e no trato social. Reflexão sobre os fundamentos da vida moral nas sociedades antigas e modernas. Discussão sobre as ideias de: humanidade, liberdade, responsabilidade, bem, virtude e vício, como princípios de uma reflexão ética. Reflexão sobre a relação dialética entre a adaptação e desadaptação à norma, a partir da liberdade e consciência crítica do homem. Problemas morais e problemas éticos na cidadania e no exercício profissional da educação. As mudanças histórico-sociais na realidade do professor e da educação, a ética do profissional da educação.

Bibliografia Básica

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martins Claret, 2005.

SÓFOCLES. **Antígona**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martins Claret, 2002.

TUGNEDHAT, Ernest. **Lições de Ética**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Bibliografia Complementar

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. RJ.: Forense, 2001.

HERMANN, N. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JAEGER, W. **Paidéia: A formação do homem grego**. Trad. Artur Parreira. São Paulo:

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martins Claret, 2002.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2005.

STRECK, Danilo R. **Paulo Freire: ética, utopia e educação**. Petrópolis – RJ, 1999.

ETNOMATEMÁTICA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Breve histórico da etnomatemática. Definição e significado para o ensino da matemática. Relações entre matemática, cultura e educação. Conhecimento e comportamento: o saber/fazer como prática de vivência e transcendência. A pesquisa de campo na perspectiva da etnomatemática. Elaboração e construção de projetos em etnomatemática.

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: Elo entre a tradição e a modernidade**. SP, SP: Ática, 1990.

FERREIRA E. S. **Etnomatemática: uma proposta metodológica**. Rio de Janeiro: Universidade de Santa Úrsula, 1997.

VERGANI T. **Educação etnomatemática: O que é?**. Lisboa: Pandora Edições, 2000.

Bibliografia Complementar

GERDES P. **Etnomatemática: cultura, matemática, educação**. Moçambique: Instituto Superior Pedagógico, 1991.

GERDES, P. **Da etnomatemática a arte-design e matrizes cíclicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Col. Tendências em Educação Matemática).

LEAL M.K. **Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos**. São Paulo: Global, 2002. (Série antropologia e educação).

KNIJNIK G; WANDERER, F; GIONGO, I. M. DUARTE. C. G. **Etnomatemática em movimento**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Col. Tendências em Educação Matemática).

KNIJNIK G. **Exclusão e resistência: educação matemática e legitimidade cultural**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GÊNERO E EDUCAÇÃO

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Conceito de gênero, diferenciação entre gênero e sexo; as representações sociais do gênero na educação; práticas educativas e a questão de gênero; relações entre classe e gênero; invisibilidade e empoderamento; cultura e relações de familiares com enfoque de gênero; educação e sexualidade.

Bibliografia Básica

AVELAR, Lucia. **Mulheres na elite política brasileira**. EdUNESP. São Paulo. 2001

CARVALHO, Maria E. & PEREIRA, Maria Z. da C. **Gênero e educação: múltiplas faces**. edUEPB. João Pessoa. 2003.

RISCAROLLI, Eliseu. **Gênero, educação e consciência política**. IN: Gener(and)o na UFMT. (org.) Silva, Marluce Sousa. Adufmat. Cuiabá. 2001.

Bibliografia Complementar

BORIS, Jorge Daniel J.B. **Falas de homens – a construção da subjetividade masculina**. Annablume. São Paulo. 2002.

FONSECA, Tânia M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Vozes. Petrópolis. 2000.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Trad: Débora Ginza. Escala. SP. 2006.

PARENTE, Temis G. **O avesso do silêncio. Vivências das mulheres do século XIX**. edUFG. Goiânia. 2005.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. EdUFSC. Florianópolis. 2003.

HISTÓRIA E CULTURAS REGIONAIS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa:

Conceitos de História, Cultura e Territorialidade. A importância do conhecimento da história regional e local para a formação da identidade cultural. Historiografia. A diversidade cultural e as manifestações culturais da região. Memória e patrimônio cultural.

Bibliografia Básica

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

PEREIRA, Clenan Renault de Melo. **De Boa Vista a Tocantinópolis**. Palmas (TO): Palmas, 2012.

SANTOS, José Luiz dos, **O que é Cultura?** (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2000.

Bibliografia Complementar

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BURKE, Peter, **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do Padre João**. Tocantinópolis (GO): 1977.

SOUSA, Carlos Antônio de Oliveira (org.) **Tocantinópolis: 150 anos de urbanização**. Goiânia (GO): kelps, 2008.

INFÂNCIA, CULTURA E SOCIEDADE

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

A infância como expressão cultural e histórica da sociedade. Diferentes concepções da infância. indiferenciação e moralização. Idealização cultural da criança cidadã. Influências das concepções pedagógica na educação de crianças. A brincadeira como ofício de criança na constituição do sujeito histórico-social. A infância na sociedade moderna. Culturas infantis na modernidade.

Bibliografia Básica

ARENHART, Deise. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. São Paulo: Vozes, 2016.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristiana S. **Estudos da Infância: Educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecília Von (Orgs.). **A Criança e a Violência na Mídia**. Trad. Maria Elizabeth Santo Matar e Dinah de Abreu Azevedo. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

FARIA, Ana Lúcia G. de; DEMARTINI, Zeila de B. F.; PRADO, Patrícia D. **Por uma Cultura da Infância. Metodologia de Pesquisa com crianças**. 3 Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004

LEVIN, ESTEBAN. **A Infância em Cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PAIVA, Flávio. **Eu era assim: Infância, cultura e consumismo**. São Paulo: Cortez, 2009

REIS, Magali; XAVIER, Maria do Carmo; SANTOS, Lorene dos (Orgs.). **Crianças e Infâncias: Educação, Conhecimento, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Annablume, 2013.

STEARNS, Peter N. **A Infância**. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Editora Contexto, 2006

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: século XVIII e XIX**. Goiânia: Alternativa, 2003.

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Analisar a definição do campo epistemológico da Antropologia, enfatizando o conhecimento e a reflexão crítica sobre suas categorias analíticas. Abordando as principais correntes teórico metodológicas, de maneira a instrumentalizar o aluno para a compreensão das situações geradas pela diversidade sócio-cultural.

Bibliografia Básica

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 15. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, M. E.; DALMAZO, A. de. **Etnografia e prática escolar**. 15.ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. (Série Prática Pedagógica).

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51.ed. São Paulo: Editora Global, 2005.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

A disciplina de Introdução à Filosofia abrange as discussões de temas ligados a vida cotidiana das sociedades. Mito e Filosofia. Diferentes graus de Conhecimento – sensível, senso comum, racional, teológico, filosófico. Dentre os temas que afetam a humanidade destacamos a Religião, a ciência, a racionalidade, a morte, a estética, a linguagem e a política são algumas das reflexões possíveis a serem abordados nesta disciplina. Filosofia e atividade filosófica. Filosofia e Cultura. A filosofia e os saberes. Filosofia e história da filosofia.

Bibliografia Básica

ABAGNANNO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Martins fontes. São Paulo. 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1996.

TEIXEIRA, Anízio. **Pequena Introdução a filosofia da educação**. São Paulo: Nacional, 1968.

Bibliografia Complementar

ARISTÓTELES. **Política**. Martin Claret. São Paulo. 2001.

_____. **Ética a Nicômaco** - Livro VI, São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 1996.

BACHELAR, Gaston. **Epistemologia**. Edições 70. 2005.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Edipro. Bauru. 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 6ª. ed. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1986.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Martin Claret. 2002. São Paulo.

ROUSSEAU, Jean J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Iracema G. Soares e Maria C. R. Nagle, Brasília: UNB, São Paulo: Ática, 1989, p 62-118.

WERNER, Jaeger. **Paidéia. A formação do homem grego**. Trad: Artur M. Parreira. Martins Fontes. São Paulo. 1989.

LETRAMENTO EM GÊNEROS ACADÊMICOS ORAIS E ESCRITOS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Princípios básicos de coesão e coerência textuais, assim como o conhecimento de normas (técnicas) que orientam o funcionamento da escrita acadêmica. Desenvolvimento de experiências necessárias à familiaridade e capacidade de utilização eficiente dos gêneros do discurso científico, que circulam no ambiente acadêmico. O processo de leitura e produção de texto, como resumos, resenhas, fichamento, artigo científico, projetos de pesquisa, monografia, entre outros.

Bibliografia Básica

BOAVENTURA, E. M. **Como ordenar as ideias**. São Paulo: Ática, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Informe científico. In: **Fundamentos de metodológica científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1993. p. 243.

KÖCH, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual**: atividades de leitura e reescrita. 6ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos- Apresentação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação –projeto de pesquisa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BERLATTO, O.; OLIVEIRA, S. M. (Orgs.). **Manual para elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos**. Caxias do Sul, RS: Faculdade da Serra Gaúcha, 2012.

FIGUEIREDO, Débora de C.; BONINI, Adair. Práticas discursivas e ensino do texto acadêmico: concepções de alunos de mestrado sobre a escrita. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 413-446, set./dez. 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico – científicos da Universidade Federal do Tocantins**. Sisbid. Palmas: TO. UFT, 2017.

HOFFNAGEL, Judith C. Gêneros discursivos e a universidade. In: HOFFNAGEL, Judith C. **Temas em antropologia e linguística**. Recife: Bagaço, 2010. p. 273-282.

OLIVEIRA, L. H. **Quadros, tabelas e figuras: como formatar, como citar, qual a diferença?** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/quadros-tabelas-e-figuras-como-formatar-como-citar-qual-a-diferenca/436/>>.

MATEMÁTICA APLICADA À GESTÃO ESCOLAR

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Numeração. Sistemas de numeração. Conjuntos Numéricos. Números naturais e inteiros. Operações fundamentais em N, Z e Q. Frações e números decimais. Aplicações reais. Proporção, percentagem e regra de três simples. Construção de gráficos estatísticos e tabelas: tipos de gráficos, leitura e interpretação. A matemática aplicada à administração educacional. Aplicação de recursos: técnicas matemáticas e modelos orçamentários. Análise e construção matemática de relatórios administrativos e planilhas de orçamento.

Bibliografia Básica

CARVALHO D. L. **Metodologia do ensino da matemática**. RJ: Ao Livro Técnico, 1994.

LUIZ, G. H. **Matemática para Administração**. São Paulo: LTC. 2002.

RUBINSTEIN C. et al. **Matemática para o curso de formação de professores** de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. São Paulo: FTD, 1998.

Bibliografia Complementar

MARANHÃO M.C. **Matemática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação geral).

BIEMBENGUT M. **Modelagem matemática & implicações no ensino e na aprendizagem** de matemática. 2a ed. Blumenau: Edfurb, 2004.

OLIVEIRA, Virgílio Cezar da Silva. O que é a administração pública. In: SANABIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José dos; DAVID, Marcus Vinicius. (Orgs.). **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

RABELO, M. **Avaliação educacional: fundamentos, metodologia e aplicações no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: SBM, 2013.

PSICOLOGIA SOCIAL

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

O desenvolvimento histórico da Psicologia como ciência. Indivíduo, grupo e sociedade. A função social da linguagem, do trabalho e da cultura. Psicologia e comunidade. Análise institucional. Psicologia Social e Educação. Pesquisa em Psicologia Social.

Bibliografia Básica

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CODO, W.; LANE, S. T. M. **Psicologia Social:** o Homem em movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar

ARIES, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Colómbus cultural, 1981.

CODO, W. **Educação:** carinho e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

CODO, W.; SAMPAIO, José J. C.; HITOMI, A. H. **Indivíduo, trabalho e sofrimento:** uma abordagem interdisciplinar. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SUSTENTABILIDADE DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Fundamentos e concepções para a construção de conceitos de sustentabilidade. Atuação pedagógica considerando o ambiente e a relação do ser humano como e com a natureza. Leituras e interpretações das formas de interações dos sujeitos com as realidades complexas do território e do ambiente com base nas comunidades tradicionais e povos originários.

Bibliografia Básica

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Diário Oficial da União, 2007. Brasília, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. Sociobiodiversidade. In: **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. FERRARO Jr, Luiz Antônio. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, p.305-311, 2005.

FEYERABEND, Paul. **A Conquista da Abundância**: Uma história da abstração *versus* a riqueza do ser. Tradução de Cecilia Prada e Marcelo Rouanet. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropológica. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

C.H. Total: 60h/aula	Créditos: 4	C.H. Teórica: 45h/aula	C.H. Prática: 0h/aula	C.H. PCC: 15h/aula	Pré-requisito: Não possui
--------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	-------------------------------------

Ementa

Os pioneiros da educação. Histórico da base. A comissão de especialistas. A luta social dos docentes da educação básica na BNCC. A Base Nacional. Os currículos estaduais. A relação PNE e BNCC. BNC formação de professores. A BNCC e as avaliações do/no sistema. Competências e habilidades.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR** – educação é a base. Brasília. DF. Mec. 2018.

DOURADO, Luiz F. & AGUIAR, Marcia A. S. (Org). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [livro eletrônico]. Recife. ANPAE. 2018.

PERRENOUD, Philippe. As dez novas competências para ensinar. Trad: Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre. Artmed. 2000.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei 13.005/14. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília. DF. DOU. Edição extra. P. 1 de 26 junho 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR** – educação é a base. Ensino Médio. Brasília. DF. Mec. Portaria 1.570. 2017.

Retratos da Escola. Revista da CNTE. V. 9 N. 17. 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/27>

TOCANTINS. Secretaria de Estado de Educação. **Documento curricular – Tocantins** – educação infantil. Palmas. 2019.

4.2.11 Metodologia

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através interdisciplinaridade entre diversos campo de conhecimento, que tem como objetivo fundamental garantir o processo de ensino/aprendizagem.

Assim, a integração definida como metodologia oportuniza a formação do perfil profissiográfico, definido neste projeto e marcam o caráter interdisciplinar a partir do elenco das disciplinas, pela troca de informações e pela interação com os seguintes elementos:

- Grupos, Linhas e Projetos de Pesquisa existentes;
- Intercâmbio com outros Câmpus e pesquisadores;
- Relação com curso de Ciências Sociais Educação Física e Educação do Campo;
- Relação com Cursos de pós-graduação lato sensu existentes no Campus.

4.2.12 Interface ensino, pesquisa e extensão

A **pesquisa** e a **extensão** estão voltadas para a busca de novos conhecimentos e técnicas destinadas ao cultivo da atitude científica indispensável na formação do profissional da educação. A participação de acadêmicos em atividades de pesquisa e extensão fomentará o desenvolvimento e a permanente atualização da excelência acadêmica e científica, a partir de diversos campos do conhecimento que congregam a UFT, bem como fortalecerá a prática da educação superior na região norte, em específico no Estado do Tocantins.

Para que isso ocorra efetivamente, é necessário que o curso tenha suas áreas de concentração bem definidas, corpo docente consolidado e qualificado com grupos e linhas de pesquisas claramente identificadas, biblioteca equipada, laboratórios e outros espaços, cenários e ambientes favoráveis ao processo de formação geral e específica do futuro educador-pesquisador.

Programas e Projetos de Extensão do Curso

Ao longo de seus 27 (vinte e sete) anos, a extensão tornou-se uma prática no Campus, tendo seu marco consolidado nos anos que pertenceu à Universidade do Tocantins - UNITINS, época em que muitos projetos e ações de extensão universitária foram registrados com bastante relevância. Hoje as atividades mais importantes são os eventos científicos e culturais, como simpósios, seminários ou outras atividades realizadas junto aos grupos de pesquisas.

QUADRO 12: Projetos de extensão ativos coordenados por professores do curso de Pedagogia.

Projeto	Professor(a) Coordenador(a)	Alunos envolvidos	
		Com bolsa	Sem bolsa
Brinquedoteca Mário de Andrade: O lúdico como auxílio no processo de aquisição da linguagem	Janaína Ribeiro de Rezende e Zian Karla Vasconcelos Barros	0	09
Clube de Leitura blackout virtual	Zian Karla Vasconcelos Barros	0	09
Clube de leitura e escola: consolidando o espaço educativo na cadeia pública de Tocantinópolis	Aline Campos	01	03

Outras atividades de extensão são desenvolvidas com bons resultados como: a Semana Acadêmica, evento que ocorre anualmente e que tem como síntese a integração entre os cursos do Campus, visando colocar em pauta discussões sobre as mais variadas temáticas voltadas à Educação; e a Expom@tec que ocorre anualmente, desde 2016, e quem tem como intuito promover debates a partir de experiências, pesquisas, materiais e atividades, desenvolvidos por graduandos do curso de Pedagogia, demais cursos do Campus e por docentes da Educação Básica, propiciando uma interação entre a comunidade e a universidade, e destes com a ciência em diferentes aspectos.

Projetos de Pesquisa no Curso

As atividades de Pesquisa ganharam impulso a partir da implantação da UFT e da organização dos grupos e linhas de pesquisas cadastradas no CNPq, e também pelo desenvolvimento de projetos de pesquisas individuais e coletivos que geralmente estão ligadas às pesquisas de doutoramento do corpo docente. Esses projetos, em consonância com as áreas de concentração e linhas prioritárias são relevantes, pois contam com a participação dos alunos que se envolvem em iniciação científica, participam de eventos acadêmicos, científicos e culturais com ou sem bolsas institucionais.

Desde a implantação da UFT, em 2003, a presença de acadêmicos envolvidos com a Iniciação Científica tem sido constante, tanto com projetos financiados com bolsa de PIBIC (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica), como nos demais projetos existentes

no Campus. Enquanto isso os grupos e linhas de pesquisas também foram consolidados no âmbito do CNPq e da UFT, conforme descrição abaixo:

QUADRO 13: Grupos e linhas de pesquisa cadastrados no CNPq

Nome do grupo	Líder ou membro do grupo	Linhas de Pesquisa
Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação e Marxismo – GEPHEM	Marco Aurélio Gomes de Oliveira Mario Borges Netto	História e Historiografia da Educação; Marxismo e Educação.
Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática e Tecnologias - GEPEMaTec	Andrey Patrick Monteiro de Paula	Tecnologias Digitais e Educação Matemática.
Núcleo de Estudos sobre Infância e linguagem – NEIL	Francisca Rodrigues Lopes Arinalda Silva Locatelli Fabíola Andrade Pereira Zian Karla Vasconcelos Barros Fabiane Silva Barroso	Linguagens, signos e sujeitos Linguagem, Letramento e Docência
Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Prática Educacional – GEPPPE	Joedson Brito dos Santos	Política e gestão da educação
Grupo de Pesquisa em Envelhecimento Humano da UFT-Pro Gero	Fabíola Andrade Pereira	Envelhecimento Interdisciplinar
Infância e educação infantil	Eliseu Riscarolli	
Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Educação e Sociedade (GIEPEES) Grupo de estudos sobre a reestruturação produtiva, a mundialização do capital, os movimentos sociais e o Estado contemporâneos.	Cleomar Locatelli	Avaliação institucional e Políticas Públicas
Cultura, educação e política: patrimônios, tecnologias, ruralidade e gestão.	Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo	Criação, implementação e avaliação de políticas públicas setoriais.
Grupo de Estudos em Educação Popular: a problematização do mundo como luta pela liberdade.	Aline Campos Fabíola Andrade Pereira	Educação Popular Educação de Jovens e Adultos

		Educação em Contexto de Privação de Liberdade
Grupo Polis – Política, Educação e Cidadania UFU	Deive Bernardes da Silva	Direito constitucional à Educação Políticas Públicas Educacionais: Reforma do Estado, Parcerias Público Privada, Terceiro Setor, Reforma do Ensino Médio e BNCC
Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Ambiental e Sustentabilidade – GEAS	Jeferson Muniz Alves Gracioli	Educação Ambiental e Sustentabilidade

A pós-graduação no Campus

A UFT, *Campus* de Tocantinópolis, historicamente sempre realizou atividades voltadas para formação de professores, obtendo êxito nas suas propostas, demonstrando a demanda social pela qualificação dos profissionais da educação da região e a referência que a referida Universidade assumiu historicamente. Dentre as atividades, destacamos uma proposta de formação continuada, outra de formação inicial e a terceira, de pós-graduação *lato sensu*.

Primeiramente, destacamos o Curso de Extensão “Desvendando a face oculta da escola”, de 32 horas, que durou três meses, de abril a junho de 2014. Foi ministrada e coordenada por professores dos Colegiados de cursos da Pedagogia e Ciências Sociais. Tal iniciativa focou na formação continuada e atendeu 40 professores das redes municipais de ensino da região do Bico do Papagaio e da rede estadual de ensino do estado do Tocantins. Foram atendidos três municípios, Tocantinópolis, Araguatins e Nazaré.

Outra iniciativa que merece ser destacada é a participação do curso de Pedagogia no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Há mais de três anos, as atividades do PIBID/Pedagogia de Tocantinópolis incentivam e desenvolvem a formação inicial de professores para a educação básica, em especial para a primeira fase do ensino fundamental, com ênfase para a alfabetização e o letramento. (VIEIRA; RODRIGUES; SANTOS, 2017). O programa conta com a atuação de 30 bolsistas, todos do curso de Pedagogia, e atende duas escolas públicas, estaduais, do município de Tocantinópolis.

As atividades desenvolvidas pelo PIBID/Pedagogia, Campus de Tocantinópolis, propiciam aos bolsistas de iniciação à docência e ao professor-coordenador estarem engajados no cotidiano das escolas públicas conhecendo de fato como elas funcionam e buscando intervir

na realidade e na qualidade do serviço educacional ali prestado. Com a colaboração e parceria das supervisoras e demais componentes das escolas estaduais atendidas, as ações do PIBID/Pedagogia promove “[...] conexões entre os conhecimentos produzidos na universidade e o vivido no cotidiano que ressoa no espaço escolar”. (VIEIRA; RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 509). Damos destaque a essa atividade por entendermos que as experiências vividas pelos futuros docentes, alunos da Pedagogia, no PIBID, enriquece a formação inicial e profissional destes, uma vez que ao entrarem em contato direto com a realidade vivenciada na escola, isto contribui para melhoria no seu percurso formativo, bem como da qualidade do ensino.

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” (EPDS) é organizado e promovido por meio de um acordo de cooperação entre a UFT e o Ministério da Educação (MEC). A proposta do curso é desenvolver práticas político-pedagógicas que possibilitem a transformação das condições de vivência da pobreza e da extrema pobreza de crianças, adolescentes e jovens. Trata-se de um processo formativo a distância que insere-se no contexto da Política Nacional de Formação dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica e da Rede Nacional de Formação Continuada dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renafor), instituídas pelo Decreto n.º 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e pela Portaria Ministerial n.º 1.328, de 23 de setembro de 2011. Também responde ao preconizado na Lei n.º 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Sua oferta é inteiramente gratuita. Oferece 400 vagas distribuídas entre profissionais da educação básica e outros (as) profissionais envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza, a saber: professores (as); gestores(as) escolares, coordenadores(as) pedagógicos(as), secretários(as); servidores(as) técnico-administrativos(as) das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, o que engloba coordenadores(as) estaduais e municipais de programas sociais que atuam direta ou indiretamente na educação básica. Esse curso atende cursistas de todo o estado do Tocantins, centralizando as atividades em três polos, localizados em posições estratégicas, cidades onde se encontra *Câmpus* da UFT, ao extremo sul do estado (Arraias), região central (Miracema) e ao extremo norte (Tocantinópolis). Teve seu início em 2016 e previsão de término para 2018.

A produção científica e divulgação do conhecimento

Com relação à **produção científica** destaca-se os últimos quatro anos: 2016-2019, considerando os seguintes quesitos:

- 18 Professores efetivos, sendo: 04 com mestrado, 09 com doutorado e 08 com pós-doutorado;
- 12 Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq
- 12 livros publicados
- 60 capítulos de livros publicados
- 54 artigos publicados em periódicos
- 47 trabalhos em Anais de eventos.

Periódicos especializados – aporte a pós-graduação

No que se refere à **divulgação do conhecimento**, capitaneado pelos professores do Colegiado do curso de Licenciatura em Educação do Campo, as atividades de ensino e pesquisa dos docentes do Campus de Tocantinópolis resultaram na criação da **Revista Brasileira de Educação do Campo (RBEC)**. A revista surgiu da necessidade de se ter um periódico científico institucional que pudesse socializar conhecimento científico a sociedade, principalmente no que concerne à Educação do Campo, área ainda bastante nova no âmbito da educação brasileira, porém, de extrema relevância. Além disso, será um veículo importante para que o conhecimento produzido nesse campo seja disseminado, ampliado e que contribua para que outras pesquisas acadêmicas possam ser produzidas.

A RBEC, de periodicidade semestral (que a partir de 2018 será quadrimestral), publica Artigos originais resultantes de pesquisas teóricas e/ou empíricas, Dossiês Temáticos, Ensaio, Entrevistas e Resenhas de temas vinculados à Educação do Campo sob diferentes campos da pesquisa, como: História da Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Povos Indígenas e Educação; Formação Docente; EJA no Campo; Didática e Práticas Pedagógicas em Artes e Música; Arte na Educação do Campo; Interculturalidade na Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Questão Agrária e Campesinato. São temas que, embora sejam produzidos em diferentes contextos nacionais e internacionais em diálogo com diferentes áreas, corroboram proficuamente a produção de conhecimento em educação, além de ressaltar a necessidade de se ampliar pesquisas que possam contribuir para o avanço da ciência e, conseqüentemente, para a Pós-Graduação Brasileira.

A Revista tem como missão ser um veículo de comunicação científica de qualidade que fomenta importantes debates no campo educacional, principalmente na área da Educação do Campo, de pesquisadores brasileiros e estrangeiros mestres e doutores, para o avanço científico da área e para a produção de conhecimento. Nesse sentido, no intuito de acelerar a divulgação dos artigos recebidos, avaliados, revisados e aprovados pela revista, dentro de cada edição (jan./jun e jul./dez.), a RBEC adotou a Publicação Avançada de Artigos (PAA), também conhecida como *Ahead of Print* (AOP). Além de ser uma prática bastante utilizada por diferentes periódicos nacionais e internacionais, possibilita a divulgação em menor espaço de tempo dos artigos indexados nas bases de dados para pesquisa. Mas a conquista mais importante da RBEC em seu primeiro aniversário foi o Qualis/CAPES 2016. Com um trabalho sério, ético e responsável de seus editores, a revista alcançou os seguintes qualis: B1 – Ensino; B2 – Educação; B4 - Antropologia/Arqueologia; B4 – Interdisciplinar; B5 - Letras/Linguística.

Além disso, por meio de esforços de sua equipe editorial e da qualidade dos manuscritos nela publicados e sua internacionalização (indexada em bases nacionais e internacionais, como por exemplo, na DOAJ, na EBSCO, Portal Periódicos CAPES, REDIB, LATINDEX, EDUBASE, ERIHPLUS, ULRICHS, DIADORIM, ABEC Brasil, PKP, ROAD, entre outros que podem ser acessados no site da revista; publicação de artigos internacionais, além de contar com DOI), a revista almeja se consolidar num periódico de importante impacto para a literatura científica nacional e internacional. É importante ressaltar que atualmente a revista se encontra em processo de avaliação pelas bases: Clase, Educ@, Web of Science (ClarivateAnalytics) e Scopus, visando sua indexação.

É importante ressaltar que uma revista acadêmica tem como principal objetivo produzir e socializar conhecimento científico, que possa fomentar debates e diálogos em torno de sua área de estudo, a partir de pesquisas que levam a contribuir para o desenvolvimento de novas ideias, conceitos e fomentação crítica, ou seja, que possam colaborar para o avanço da área e, consequentemente, para a sociedade. Não temos dúvidas de que a revista, que é um periódico *online*, de acesso aberto e gratuito, portanto, com um alcance maior de pessoas, possa contribuir, efetivamente, para a construção e socialização de conhecimento na Educação.

A mais recente iniciativa do Campus, empreendida pelo curso de Pedagogia, foi a criação de mais um periódico: a Revista Brasileira de Educação e Diversidade (RBED que abrirá sua primeira chamada ainda este ano. O que pode ser notado é que as iniciativas e ações empreendidas pelo Campus da UFT na cidade de Tocantinópolis o tornam um dos grandes marcos do desenvolvimento educacional da região do Bico do Papagaio, sendo muitas vezes

citada como sendo uma instituição de referência por aqueles que estão buscando se qualificar tendo em vista o desenvolvimento da região. Os cursos ofertados atingem um raio para além das fronteiras do estado do Tocantins, alcançando também parte do estado do Maranhão e do Pará.

Um curso de Mestrado em Educação reforçará a função de referência que a UFT assumiu historicamente em Tocantinópolis no que se refere à formação e qualificação dos profissionais da educação. O curso propiciará formação específica aos profissionais que atuam na região nos diferentes níveis educacionais previstos no Brasil. Aspira-se preparar, desenvolver e divulgar pesquisa e práticas que propiciem o desenvolvimento científico e tecnológico da área da Educação. Por meio das duas Linhas de Pesquisa previstas para o curso, “Sociedade, Estado e Educação” e “Formação de professores, trabalho docente e práticas educativas”, evidencia-se as possibilidades de exploração do campo educacional em que os pesquisadores poderão atuar e promover conhecimento.

Nesse sentido, para a implantação do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, apresentamos o Projeto Pedagógico de Curso, que expressa as necessidades e anseios da comunidade acadêmica da UFT e dos profissionais da educação que atuam no norte do estado do Tocantins, sul do Maranhão e Sudeste do Pará. Pretendemos, portanto, com esse projeto evidenciar e articular as ideias dos diferentes segmentos da comunidade de ensino da sociedade para institucionalizar os meios que possibilitem o avanço na implantação do Mestrado na região. A implantação de um Programa de Pós-Graduação em Educação torna-se, assim, instrumento relevante para a melhoria da política de produção de conhecimento na área educacional e da qualidade dos serviços educacionais ofertados na região.

A implantação do Curso de Mestrado em Educação na UFT, Campusde Tocantinópolis, surge a partir de três demandas: a) cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT e; b) do plano de expansão do Campusde Tocantinópolis; c) demanda social por formação e qualificação de profissionais da educação da região do Bico do Papagaio e Tocantina.

O estado do Tocantins possui, aproximadamente, 4.800 professores atuando na educação básica, destes, apenas 47 (quarenta e sete) com mestrado e 01 (um) com título de doutorado, segundo informações da Gerência de Dados Estatísticos da SEDUC-TO, em abril de 2017. O Campus de Tocantinópolis, da UFT, oferece 04 (quatro) licenciaturas – Pedagogia, Ciências Sociais, Educação do Campo e Educação Física – que formam a maioria do contingente dos profissionais da educação que atua nas instituições educativas de

Tocantinópolis e das cidades circunvizinhas. Os cursos de Pedagogia e Ciências Sociais, com entrada anual de 40 (quarenta) ingressantes por curso, formaram juntos mais de mil alunos. A licenciatura em Educação do Campo possui mais de 200 (duzentos) alunos matriculados, em regime de alternância, e em 2017 irá formar os primeiros 50 (cinquenta) egressos. A Educação Física, que iniciou suas atividades em 2015, possui 3 (três) turmas, média de 120 (cento e vinte) alunos. O quantitativo de egressos é significativo, contudo, foram, e são, poucos os que seguiram, e seguem, carreira acadêmica através da qualificação em nível *stricto sensu* por falta de oportunidade.

Diante desse contexto, há necessidade da formação continuada de professores que atuam profissionalmente na região, seja em nível básico, técnico e superior. A demanda de formação continuada por educadores e docentes profissionais da região Tocantina não tem sido atendida. Sendo assim, são necessários programas de Mestrado e Doutorado que permitam, a esse contingente de professores e profissionais, aprofundar-se no conhecimento das Ciências da Educação, qualificar-se profissionalmente e se formar como pesquisadores para atuar na realidade educacional.

Na região Norte, segundo o “Relatório de Avaliação Quadrienal 2017” (CAPES, 2017), foram contabilizados 13 (treze) Programas de Pós-Graduação, com notas 03 (três) e 04 (quatro), que ofertam cursos de Mestrado (acadêmico e profissional) e Doutorado. Ainda que seja um baixo quantitativo, esses números, segundo o “Documento de Área: Educação”, expressa os esforços da CAPES de ampliar o número de cursos em nível de mestrado, “[...] no sentido de ampliar a oferta em regiões com alta demanda e poucos cursos, como o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste do país, com vistas à diminuição das desigualdades regionais de oferta”. (CAPES, 2016, p. 3, grifos nossos).

Atualmente, no estado do Tocantins é oferecido na área de Educação somente 01 (um) cursos de Mestrado Acadêmico e 01 (um) Mestrado Profissionalizante, ambos ofertado pela UFT, Campus de Palmas. Entretanto, tais cursos estão locados, aproximadamente, a 530km (quinhentos e trinta) da cidade de Tocantinópolis. Os demais cursos de Mestrado em Educação que se encontram mais próximos às cidades da região do Bico do Papagaio são: Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual do Pará (UEPA), Belém, a 713km (setecentos e treze) de Tocantinópolis; Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, a 722 km (setecentos e vinte e dois) de Tocantinópolis; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, a 1.325km (um mil, trezentos e vinte e cinco) de Tocantinópolis.

Essas informações nos permitem atribuir à distância geográfica, entre os profissionais

da educação que buscam qualificação e as ofertas de cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, o baixo número de professores do estado do Tocantins titulados como mestres e doutores. Isso se torna patente, pois qualificar-se em nível de mestrado ou doutorado significa ter que se deslocar e, por vezes, se estabelecerem outra cidade. O deslocamento dos interessados em capacitação para cidades citadas anteriormente, ou para os estados do Nordeste e Centro-Sul (destino comum entre os docentes que buscam qualificação), a fim de complementarem sua formação acadêmica, os impedem de dar continuidade à sua formação e de se qualificarem. Não podemos ignorar que isso impacta diretamente na qualidade dos serviços educacionais prestados à população tocaninense.

Diante disso, considerando, 1) ser uma área estratégica nas políticas educacionais do governo, 2) esse contexto de carência e de dificuldades de condições descrito anteriormente e 3) a demanda social que se apresenta à UFT, no que tange à formação e qualificação dos profissionais da educação que atuam e vivem na região do Bico do Papagaio, é fundamental a criação do Curso de Mestrado em Educação na cidade de Tocantinópolis. Torna-se imperioso à UFT, Campus de Tocantinópolis, apresentar seu projeto de pós-graduação stricto sensu e proporcionar condições para suprir essa demanda de formação continuada, com embasamento científico e produção de pesquisas.

Por fim, deve-se considerar ainda que uma das consequências da implantação de um ou mais cursos de mestrado acadêmico ou profissional em Tocantinópolis será potencializar o conhecimento dos profissionais da educação, dos mestrandos e dos estudantes de graduação da UFT quanto às diferentes abordagens de metodologias de pesquisa, contribuindo para capacitá-los à produção científica no campo educacional. Isso permite promover a produção acadêmica e o acesso a essa produção via periódicos da área, dentre eles a RBEC e a RBED.

4.2.13 Interface com programas de fortalecimento do ensino

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso Pedagogia de Tocantinópolis articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento pela UFT têm como objetivo o fortalecimento do ensino. Para tanto, deve-se realizar interface entre os programas e projetos institucionais da UFT, tais como:

PIM:

De acordo com a Resolução CONSEPE nº15/2013, o Programa Institucional de Monitoria (PIM) tem por objetivo: I - melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem no âmbito escolar; II - proporcionar condições de permanência e de sucesso dos alunos no processo ensino-aprendizagem; III - contribuir para o envolvimento dos alunos nas atividades de docência, de pesquisa e de extensão; IV - possibilitar a utilização do potencial do aluno assegurando-lhe uma formação profissional qualificada e sua plena inserção nas atividades acadêmicas da Universidade; V - intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade; e VI - implementar ações do Projeto Pedagógico do Curso de graduação (PPC), do Plano Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Desta forma a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade. Porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmica/científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógica. Nesta perspectiva, em conformidade com o Art. 84º da Lei 9.394/96, “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”.

PIMI:

Instituído pela Resolução CONSEPE Nº 14/2013, o Programa de Monitoria Indígena (PIMI), em acordo com seu Art. 1º objetiva “[...] facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo, dessa forma, para a permanência e sucesso acadêmico”. Neste programa, o monitor remunerado ou voluntário devidamente selecionado pelo Colegiado de curso, exercerá suas atividades em regime de 20 horas semanais sob a orientação dos docentes. O monitor terá como atribuições ser elo entre professores e acadêmicos com o objetivo de desenvolvimento das conhecimentos e habilidades necessárias para o sucesso e permanência dos estudantes indígenas além de identificar juntamente com o docente as dificuldades dos estudantes a fim de definir metodologias próprias, estabelecer estratégias didático-pedagógicas para dirimir as dúvidas existentes, incentivar os estudantes indígenas a participarem das atividades desenvolvidas, dentre outras. Por sua vez, cabe ao professor orientar o monitor e acompanhar suas atividades, elaborar o Plano de Orientação, homologar e encaminhar a frequência mensal, dentre outras.

PET:

De acordo com o *site* da UFT,⁶ a origem do Programa de Educação Tutorial, (PET) foi “Criado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o nome “Programa Especial de Treinamento”, este programa foi transferido, precisamente duas décadas depois, para a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC). Finalmente, em 2004, o PET passou a ser identificado como Programa de Educação Tutorial.

Na UFT, foi instituído em março de 2007, com o início das atividades dos Grupos PET de Pedagogia e Engenharia de Alimentos, ambos os cursos sediados no Campus de Palmas. Concebido e orientado de modo a garantir o cumprimento do histórico princípio no qual encontra-se fundamentada a educação superior, qual seja, a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, o PET é constituído por grupos tutoriais, vinculados a cursos específicos ou formados a partir de um tema que perpassa várias áreas do conhecimento – valorizando, assim, a abordagem inter(trans)disciplinar. Em cada grupo, que inicia com um número mínimo de 6 (seis) estudantes, podendo atingir até 12 (doze) alunos, há um professor tutor responsável pelo desenvolvimento de atividades extracurriculares, destinadas a complementar a formação acadêmica e, por conseguinte, proporcionar a melhoria da qualidade dos cursos de graduação”.

É um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

⁶ Disponível em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/prograd/programas-especiais-em-educacao/pet>
Acesso em: 02 abr 2018

PMA:

O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres. Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de pedagogia poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Campus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes. O Programa Mobilidade Acadêmica (PMA) possui basicamente 3 (três) modalidades de mobilidade nacional, quais sejam: **Mobilidade ANDIFES**, a qual foi criada pela associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, permitindo que estudantes dos cursos de graduação possam cursar parte das disciplinas, por um período de até um ano em outras instituições credenciadas. A segunda modalidade denominada de **Mobilidade Santander Nacional**, se efetivou através de convênio criado entre a ANDIFES e o Banco Santander através de concessão de bolsas a qual possibilita o deslocamento para outras instituições a fim de cursarem parte das disciplinas. Por fim, a terceira modalidade é denominada **Mobilidade Santander Regional**, a qual também é oriunda de convênio celebrado entre a ANDIFES e o Banco Santander objetivando a concessão de bolsas cuja finalidade é a mobilidade para universidades localizadas na região norte do país pelo período de um semestre.

PRODOCÊNCIA:

Programa de Consolidação das Licenciaturas: Este programa foi instituído pela Portaria nº 119, de 9 de junho de 2010 e regulamentado pela Portaria nº 040, de 03 de abril de 2013 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual objetiva fomentar a inovação e elevação da qualidade dos cursos de formação docente da Educação Básica na perspectiva da valorização da carreira docente, o que implica diretamente no fortalecimento da formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; ampliar as ações voltadas a formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiando a implementação das novas diretrizes curriculares para a formação dos professores da educação básica. Uma de suas ações principais é o financiamento de projetos relacionados para a formação e o exercício profissional dos futuros docentes.

PADI:

Segundo a Resolução CONSEPE nº18/2015 o Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi) é destinado a auxiliar alunos ingressantes que estejam matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e àqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares e que tenham disciplinas de tutoria correspondentes. Tem por objetivos, portanto, ampliar o atendimento aos alunos ingressantes na Instituição proporcionando-lhes suporte pedagógico, no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação; propiciar ao tutor discente a oportunidade de enriquecimento técnico e pessoal, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas, permitindo-lhe ampliar o conhecimento e a convivência no meio universitário; contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UFT; e promover a democratização do ensino superior, com excelência.

Para o desenvolvimento do programa serão criadas disciplinas de tutoria nas quais alunos tutores e tutorandos desenvolvem atividades de ensino, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos conteúdos básicos. Cada aluno tutor é responsável por grupos de, no mínimo 05 (cinco) e no máximo 15 (quinze) alunos do 1º e/ou 2º períodos, reprovados nas disciplinas básicas curriculares, e desenvolvem suas atividades no contraturno escolar, por meio de exposições presenciais e/ou à distância.

Trata-se, desse modo, de um programa que contribui para minimizar os índices de reprovação e que também favorece a iniciação ao exercício da docência.

PIBID:

De acordo com o *site* da UFT⁷ o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é uma iniciativa do Ministério da Educação, executado pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (Capes). Os objetivos do Pibid consistem em: I – incentivar a formação de professores em nível superior para a educação básica; contribuir para

⁷<http://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/programas-institucionais/13040-pibid-programa-institucional-de-bolsa-de-iniciacao-a-docencia> (Acesso em 12/04/2018).

a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura da UFT, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; contribuir para a articulação entre teoria e prática, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciaturas; e promover a aproximação entre ensino e pesquisa, compreendendo a prática da educação como campo de pesquisa educacional e geração de conhecimento.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), participa do Pibid desde o edital da Capes de 2007. Em março de 2018 foi encerrado o edital da Capes nº 061/2013 para execução de 2014 a 2018 e, no atual momento, a UFT está se articulando para submeter uma nova proposta ao novo edital, que prevê o início das atividades para agosto de 2018.

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA:

Conforme consta no *site* da CAPES⁸, o Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Trata-se de um novo programa, cujo primeiro edital (CAPES nº 06/2018) foi lançado em março de 2018.

4.2.14 Interface com as Atividades Complementares

O Projeto Pedagógico do Curso deve possibilitar ao acadêmico a oportunidade de participar livremente de outras atividades que não sejam disciplinares ao longo do curso até o cômputo de um mínimo de 200 horas. Essas atividades são chamadas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme inciso III do artigo 12 da resolução nº 2, de 1º de Julho, de 2015.

⁸<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica> (Acesso em 12/04/2018)

Trata-se de atividades reguladas pela Instrução Normativa PED/TOC nº 01/2018, que deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificação junto a Secretaria Acadêmica do Campus e para a Coordenação do Curso de Pedagogia, em período a ser estabelecido pelo Colegiado de Curso, ou mesmo pela coordenação do curso, antes da conclusão das atividades curriculares disciplinares.

4.2.15 Interface Atividades Científicas, Acadêmicas e Culturais.

As atividades científicas e culturais permitem que o acadêmico no contexto de sua formação visualize possibilidades de construção de conhecimentos por diversas óticas que não sejam apenas a do ensino. Este pressuposto coloca-o apto para trabalhar com problemas de natureza teórico-conceitual, com situações-problema da prática contextualizando a realidade e apreendendo-a a partir das representações aí existentes, para também questionar suas próprias teorias e práticas.

Nesse sentido, o curso, através de seu colegiado e dos grupos de pesquisas deve oferecer diversas atividades acadêmicas, científicas e culturais que possibilitam ampliar as dimensões do trabalho do pedagogo e consolidar o tripé da universidade, onde o ensino, a pesquisa e a extensão possam ser experienciados. Por esse entendimento, o Campus já tem alguns eventos consolidados que se realizam anualmente, como um momento muito rico de aprendizado e troca de experiências.

- a) Semana Acadêmica do Curso - A realização de Semana Acadêmica traduz-se na necessidade de discussão acerca da inserção do curso na região norte do Estado do Tocantins, bem como suas particularidades específicas e o perfil dos egressos do curso como um elemento norteador e importante para o processo de desenvolvimento educacional na região, haja vista que existe um reflexo importante desses egressos no processo decrescimento educacional para a região.
- b) EXPOM@TEC - A Exposição de Metodologias, Alternativas e Tecnologias para o Ensino das Ciências é um evento articulado ente diferentes disciplinas dos cursos existentes no Campus de Tocantinópolis com o intuito de promover a discussão sobre as metodologias de ensino, bem como compartilhar com a comunidade interna e externa da UFT os trabalhos desenvolvidos ao longo das disciplinas dos cursos.
- c) Fórum de Estágio Curricular Supervisionado que, este ano realizou a sua segunda edição, tem se mostrado como uma atividade que envolve não só o curso de Pedagogia, mas as demais licenciaturas do Campus. O Fórum coloca em discussão o Estágio

supervisionado enquanto atividade de ações práticas, mas que requerem conhecimentos e reflexões teóricas. O evento traz, além de mesas temáticas, a apresentação das experiências dos alunos durante o estágio.

4.2.16 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia provocaram acirradas discussões quanto à formação e campos de atuação do pedagogo e, nesse bojo, insere-se a questão do estágio supervisionado, uma vez que o pedagogo sai habilitado para atuar em diferentes níveis de ensino e setores educativos. Frente a essa diversidade de formativa, esse projeto pedagógico coloca a docência como eixo articulador das demais atividades do pedagogo, como as demais funções relacionadas à gestão educacional em espaços escolares e não-escolares, a pesquisa, o planejamento e a avaliação de sistemas.

Dessa forma, esse PPC optou por organizar em núcleos e dimensões os componentes curriculares obrigatórios e demais atividades consideradas fundamentais na formação do profissional da educação, de forma que todos esses componentes encaminhem o acadêmico para a materialização dos conhecimentos teóricos em práticas educativas em espaços escolares e não-escolares.

Em atendimento ao predisposto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96) e a Resolução 02/2015, o Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório é de 400 horas distribuídas em atividades práticas de docência e gestão educacional, observação e acompanhamento, participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagem, do ensino, de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos.

Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim, o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio *supervisionado*. Trata-se, pois, de um momento de formação profissional seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa do formando em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

A Resolução CNE/CP 1/2002 sinaliza que:

§ 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de Educação Básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

Tendo como objetivo, junto com a prática de ensino, a relação teoria e prática social tal como expressa o Art. 1º, § 2º da LDB-9394/96, bem como o Art. 3º, XI e tal como expressa sob o conceito de prática no Parecer CNE/CP 09/01, o estágio é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é, diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigível dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas, é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar. É o caso, por exemplo, da elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas e do tempo e espaço escolares.

A esse respeito, o Parecer CP nº 27/2001 assim se manifesta:

O estágio obrigatório deve ser vivenciado ao longo de todo o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve acontecer desde o primeiro ano, reservando um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses —tempos na escola— devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores (CNE CP 27/2001).

Dessa forma, o estágio se caracteriza por uma relação ensino-aprendizagem mediada pela ação do professor-formador, que se dá pelo exercício direto *in loco* ou pela participação do discente em ambientes próprios da área profissional, objeto da sua formação. Visa não

somente à regência em sala de aula, mas também à reflexão teórico-prática sobre a docência e demais aspectos integrantes do cotidiano escolar, a exemplo da elaboração de projetos pedagógicos e organização de tempos e espaços escolares. Nesse sentido, deve incorporar as seguintes dimensões:

- a) observação do contexto de atuação profissional a fim de mapear a realidade em que irá se integrar.
- b) acompanhamento das atividades profissionais para as quais o aluno está sendo preparado ao longo do curso.
- c) elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação e intervenção no campo de estágio, com o suporte de disciplinas práticas específicas de cada habilitação.

Além disso, entendemos que os cursos de licenciatura devem ter uma proposta de base comum que tenha por eixo uma concepção ampla de docência que englobe as múltiplas dimensões do trabalho pedagógico por meio de uma sólida formação teórica em todas as atividades curriculares – nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos – uma ampla formação cultural e a incorporação da pesquisa como princípio formativo, entre outros.

Compreendemos, portanto, que o Estágio Curricular pressupõe atividades pedagógicas que se efetivem em ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, cuja relação interinstitucional deve ser estabelecida entre um docente orientador, o aluno estagiário e um representante da instituição concedente, conforme prescrevem as normativas legais da UFT sobre o estágio.

O Estágio curricular deve, desse modo, possibilitar ao estagiário uma reflexão constante sobre as práticas educativas encontradas nos espaços de vivência experimental no campo de estágio, assim como proporcionar condições para que se forme como autor de sua prática. Essas atitudes, competências e habilidades serão percebidas pelo professor, e pelo coordenador de estágio e comprovadas a partir da construção e apresentação do Relatório final de Estágio.

A organização didática do estágio, a distribuição da carga horária obrigatória, os espaços para realização das atividades, a forma de acompanhamento e as orientações para a apresentação do Relatório final encontram-se previstas no Manual de Estágio (ANEXO 02).

4.2.17 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência legal prevista na estrutura curricular do curso, além disso, pode ser entendida como uma importante etapa da vida acadêmica, pois materializa a construção dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, e revela a capacidade de aprofundamento e sistematização de uma determinada questão temática que despertou o interesse e transformou-se em um problema que deve ser investigado em busca de respostas.

A superação dos problemas educacionais só será possível se ocorrerem mudanças nos paradigmas que envolvem as práticas educativas. Portanto, a pesquisa educacional é muito importante para que revele aos que ainda estão em processo de formação os pontos frágeis que devem receber maior atenção da parte dos educadores em sentido amplo.

Assim a construção do TCC é o momento em que o acadêmico formaliza sua percepção e faz críticas aos processos educativos que ocorrem formalmente em instituições escolares ou espontâneas em espaços não-escolares. É importante destacar que os problemas que se transformarão em objetos de pesquisa dos trabalhos de conclusão de curso não necessariamente devem estar ligados exclusivamente ao contexto das práticas educativas, mas qualquer outro tema relevante de interesse do acadêmico.

A organização didática da disciplina TCC, bem como as instruções para as orientações do trabalho monográfico encontram-se no Manual de TCC (ANEXO 03) que regimenta o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

4.2.18 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Todas as atividades desenvolvidas pelos seres humanos são passíveis de serem avaliadas. A avaliação de uma obra de arte, de uma música, de uma atuação política, entre outra é uma ação natural que desenvolvemos, pois fazemos parte de uma sociedade e como tal é complexa, múltipla, plural às vezes mais ou menos excludente de certas práticas. Com o processo de ensino-aprendizagem não é diferente. Para seu bom desenvolvimento e obtenção de resultados satisfatórios, a avaliação necessita ser pensada como um elemento que ofereça possibilidades de reflexão sobre o processo do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido, ser processual, diagnóstica e formativa são características importantes a serem consideradas, e, portanto, processada por diferentes instrumentos ao longo do Curso.

4.2.19 Avaliação do Projeto do Curso

A avaliação do curso, em acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, especificamente no que se refere às diretrizes e instrumento de avaliação de cursos de graduação, terá como eixo principal de seu processo, o Projeto Político Pedagógico do Curso, consoante às orientações do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional e do PPI - Projeto Político Institucional, da Universidade Federal do Tocantins.

O Curso ao ser avaliado será observado os seguintes quesitos, conforme orientação das diretrizes:

- **Administração acadêmica:** coordenação e colegiado de curso.
- **Projeto Político Pedagógico do Curso:** Os objetivos do curso; Concepção curricular; Ementário; Estágio curricular e TCC; Avaliação do ensino e da aprendizagem; Atividades complementares e Enade.
- **Corpo Docente, discente e técnico administrativo.** Será verificada a Titulação, Qualificação, Regime de Trabalho, Produção Científica e envolvimento com atividades de Pesquisa e Extensão do corpo docente. Atenção aos discentes. Atuação dos técnicos no âmbito do Curso.
- **Instalações físicas:** Biblioteca, Laboratórios, Salas de Aula, Salas de professores e outros espaços destinados ao fortalecimento do ensino.

Entende-se que a avaliação do curso se relaciona com uma política de Estado referente a Educação Superior, de caráter sistêmico, complementando-se com o conjunto das modalidades de avaliação instituídas pelo SINAES. Nesse sentido, as atividades e regulamentações para a realização da avaliação serão observadas nas diretrizes vigentes, do sistema nacional e operacionalizadas no âmbito do Curso pela sua Coordenação, através do FE – Formulário Eletrônico, em um primeiro momento e pela recepção à comissão de avaliadores externos, num segundo momento.

4.2.20 Auto Avaliação e Avaliação Externa (ENADE e Outros)

O ENADE consiste em um exame que, ao avaliar o desempenho do estudante no início e ao final do curso, permite analisar os conhecimentos adquiridos ao longo do seu processo de formação. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos

dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O Enade é realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC.

A participação dos alunos do Curso de Pedagogia no ENADE segue as orientações do Sistema Nacional, informado pela Coordenação do Curso. O aproveitamento de seus resultados ocorre no âmbito da comunidade acadêmica como um todo.

Primeiramente no âmbito do Curso, que, mediado pela exposição dos resultados gerais pela Coordenação, o Colegiado procura interpretar os resultados sob a luz dos processos pedagógicos desenvolvidos. Em seguida pelos Conselhos Superiores, CONSUNI e CONSEPE, que, mediados pelas leituras da Pró-Reitoria de graduação e dos Coordenadores dos Cursos, verificam a situação do ensino, da pesquisa e extensão na instituição, associado ao processo de avaliação institucional desenvolvido.

5. CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

5.1 Corpo docente:

Diversos elementos têm contribuído para que o corpo docente do curso de Pedagogia, nesse Campus, tenha demorado muito a se consolidar desde quando pertencia à Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS. Dentre esses elementos podemos destacar a localização geográfica e as condições precárias da região que dificultam no sentido de atendimento às necessidades básicas relacionadas à saúde, a alimentação e ao lazer. O difícil acesso, a falta de espaço de lazer e da cultura e, principalmente a falta de oportunidade de qualificação contribuem fortemente para que os professores não permaneçam por muito tempo.

A Instalação da UFT e a realização de concursos públicos favoreceram para que um quadro docente comece a se consolidar, apontando assim perspectivas de que em poucos anos o Campus conte com um grupo de professores efetivos e com formação adequada.

Condição, Regime de Trabalho e Área de atuação no Curso.

Além das atividades regulares de ensino, os professores efetivos dedicam-se a várias outras atividades voltadas ao fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão no Campus. Todos os professores têm projetos de pesquisas e se envolvem atividades de extensão como no caso dos eventos científicos e culturais que ocorrem periodicamente.

O atendimento acadêmico, orientações de TCC's, realização de oficinas e seminários, aulas práticas fora da universidade, o uso da biblioteca e dos laboratórios, são atividades constantemente realizadas pelos professores juntamente com os alunos. Essas outras oportunidades em um contexto interdisciplinar com as atividades de ensino em sala de aulas fazem com que os acadêmicos tenham a oportunidade de aprofundamento e diversificação do conhecimento.

QUADRO 14: Titulação dos professores efetivos do curso de Pedagogia (UFT- Tocantinópolis)

Docente	Graduação IES/Ano	Especialização IES / Ano	Mestrado IES/ANO	Doutorado IES/Ano
Andrey Patrick Monteiro de Paula	Matemática UEPA 2008		Educação UEPA 2012	Educação (Em Andamento) Unicamp
Aline Campos	Ciências Biológicas UNESP 2011		Educação UFSCar 2015	Educação (Em Andamento) UFPB
Arinalda Silva Locatelli	Pedagogia UFPA 1997	Supervisão Educacional UNIG 2008	Educação UFMA 2008	Educação UFMG 2018
Cleomar Locatelli	Pedagogia UFPA 1996	Metodologia do Ensino Superior UFMA 2000	Educação UFPI 2003	Políticas Públicas UFMA 2009
Deive Bernardes da Silva	Direito UFU 1997	Direito Público e Filosofia do Direito/2004 Docência do Ensino Superior/2008	Educação UFU 2011	Educação (Em Andamento) UFU
Eliseu Riscarolli	Pedagogia UFMT 1995		Educação UFMT 1998	Educação UFSCar 2007
Fabíola Andrade Pereira	Pedagogia Unitins 2001	Administração e Supervisão Escolar Universidade de Amparo em São Paulo 2002	Educação UFPB 2008	Educação UFPB 2016
Fabiane Silva Barroso	Psicologia FUMEC 2016	Especialista: Educação Inclusiva IPEMIG 2018 Libras Faculdade Futura 2019	Letras UFT 2019	-

Francisca Rodrigues Lopes	Pedagogia Unitins 1995	Psicopedagogia FACILA-Araras-SP 2007	Comunicação e Semiótica PUC-SP 2003	Comunicação e Semiótica PUC-SP 2012
Janaína Ribeiro de Rezende	Psicologia UFSCar 2007	Trabalho, Educação e Movimentos Sociais Fundação Oswaldo Cruz 2015	Educação UFSCar 2010	Psicologia Social 2019
Jéferson Muniz Alves Gracioli	Geografia UFTM/ 2014		Educação/ UFTM 2017	Educação (Em Andamento) UFSCar
Joedson Brito dos Santos	Pedagogia UESC 2009	Psicopedagogia: institucional, clínica e hospitalar FACCEBA 2010	Educação UFBA 2012	Educação UFPB 2015
Lisiane Costa Claro	Bacharelado em História FURG 2010 Licenciatura História FURG 2012 Pedagogia UNINTER 2017		Educação FURG 2014	Educação Ambiental FURG 2018
Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha	Pedagogia UEPA 2006		Educação UEPA 2009	Educação UFPA 2014
Marco Aurélio Gomes de Oliveira	Pedagogia UFU 2007		Educação UFU 2011	Educação UFU 2018
Mauro Torres Siqueira	História UNESP/2002 Filosofia UNIMES/2008 Pedagogia UNESP/2013		Serviço Social UNESP 2005	Educação USP 2015

Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo	Pedagogia Unitins 2000		Educação UFMA 2008	Educação UFRN 2016
Raimundo Nonato de Pádua Câncio	Letras (Língua Portuguesa) UFPA 2004		Educação 2008 UEPA	Educação 2017 UFPA
Zian Karla Vasconcelos Barros	Pedagogia UFMA 2006	Aconselhamento Educacional e Familiar UNASP/2012 Psicopedagogia Clínica e Institucional UNASP/2011 Docência Superior UAB/2007	Educação/ UNISAL/ 2012	Educação (Em Andamento) 2021

QUADRO 15: Condição, Regime de Trabalho e Área de atuação dos professores efetivos no curso de Pedagogia (UFT- Tocantinópolis)

Docente	Condição	Regime de trabalho	Tempo de Magistério Superior	Código de vaga ocupado no concurso	Áreas de atuação no curso
Andrey Patrick Monteiro de Paula	Efetivo	DE	3 anos e 9 meses	260236	Fundamentos e Metodologias para o ensino de matemática; Formação de Professores que ensinam Matemática;
Aline Campos	Efetivo	DE	1 ano e 7 meses	929108	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais; Educação Escolar Indígena; Educação Ambiental; Educação de Jovens e Adultos.
Arinalda Silva Locatelli	Efetivo	DE	10 anos e 6 meses	232679	Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Educação Infantil; Estágio na Educação Infantil
Cleomar Locatelli	Efetivo	DE	17 anos	680885	Gestão Educacional, Programas e Projetos em Políticas Públicas; Seminário de Pesquisa I.
Eliseu Riscarolli	Efetivo	DE	15 anos	331946	Filosofia da educação; fundamentos epistemológicos; gênero e educação; direitos humanos e diversidade.
Deive Bernardes da Silva	Efetivo	DE	11 anos	2016.1/PMS/005 1	Leitura e Produção de Texto, Teoria do Currículo, Ética e Educação, Políticas Públicas Educacionais.
Fabíola Andrade Pereira	Efetivo	DE	10 anos	691116	Alfabetização e Letramento; Educação de Pessoas Jovens e Adultas; leitura e produção de textos, Educação e Envelhecimento.
Fabiane Silva Barroso	Efetiva	DE	1 anos e 2 meses	926402	Reconhecimento linguístico e legal das línguas de sinais. A importância da Libras na constituição do ser surdo. Línguas de sinais, identidades e cultura surda. Retrospectiva sobre educação de surdos no Brasil e educação bilíngue. Introdução à gramática da Libras. Introdução à conversação em Libras. Acessibilidade e a comunidade surda brasileira.
Francisca Rodrigues Lopes	Efetivo	DE	19 anos	775298	História da Infância; Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Educação Infantil; Tecnologia de Educação, Ética e Educação; Projeto de Estágio e de TCC; Didática.
Janaína Ribeiro de Rezende	Efetivo	DE	7 anos e 6 meses	932697	Psicologia da Educação 1; Psicologia da Educação 2.

Jéferson Muniz Alves Gracioli	Efetivo	DE	1 ano e 3 meses	919098	Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental; Metodologias para o Ensino de Geografia; Educação Ambiental.
Joedson Brito dos Santos	Efetivo	DE	7 anos	919044	Estágio nos anos iniciais do ensino fundamental; Estágio na Educação Infantil; Fundamentos e Metodologias do Trabalho na Educação Infantil; Organização do Trabalho Pedagógico, Didática.
Lisiane Costa Claro	Efetivo	DE	5 anos	323079	História para os anos iniciais do ensino fundamental, Didática I, Metodologias para o Ensino História.
Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha	Efetivo	DE			
Marco Aurélio Gomes de Oliveira	Efetivo	DE	8 anos e 2 meses	919097	Sociologia da Educação; Filosofia da Educação; Introdução ao trabalho acadêmico.
Mauro Torres Siqueira	Efetivo	DE	1 ano e 7 meses	931219	História da Educação, Educação e Cultura Afro-brasileira, Fundamentos e Metodologia do Ensino de História
Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo	Efetivo	DE	15 anos	806471	Educação Especial; Seminário de Pesquisa III, Filosofia da Educação; Sociologia da Educação; Educação e Tecnologia; Introdução à sociologia.
Raimundo Nonato de Pádua Cândia	Efetivo	DE	5 anos	929111	Leitura e produção de textos. Fundamento e metodologia do ensino de Linguagem; Literatura Infantojuvenil; Educação Escolar Indígena.
Zian Karla Vasconcelos Barros	Efetivo	DE	2 anos e 6 meses	919107	Estágio nos Anos Iniciais da Ed. Fundamental; Didática e Seminário de Pesquisa II

5.2 Corpo discente: atenção aos discentes

O atendimento aos discentes está ligado à secretaria acadêmica, a coordenação do curso e ao SAPE (Setor de Apoio às Políticas Estudantis). Este último é resultado da criação do Serviço Integrado Multiprofissional e Interdisciplinar de Assistência Estudantil (Simae), aprovado pela Resolução 27/2010 do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins, tem por finalidade priorizar as ações da Política de Assistência Estudantil da UFT, aquelas vinculadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituídas pelo Decreto 7.234/2010. O Setor está constituído por uma Equipe Multiprofissional, formada pelos seguintes profissionais: Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo, Psicóloga e Assistente Social; e tem por finalidade atender as demandas inerentes à política de assistência estudantil da UFT, em horário específico de atendimento: 8h às 12h e das 14h às 18h.

Além das atividades multidisciplinares, cada profissional oferece serviço especializado no seu campo de atuação sempre com vistas a melhoria do desempenho acadêmico, permanência e integralização dos cursos de graduação.

A coordenação de curso faz uma intermediação entre docentes, discentes e setor administrativo. Responde aos alunos, tira dúvidas, encaminha, informa, busca respostas, enfim, estar diretamente ligada aos alunos e aos processos de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a coordenação do curso procura atender as necessidades dos alunos em relação às aulas, à existência de professores substitutos para que não haja perda de tempo acadêmico. Preocupa-se em acompanhar os processos acadêmicos juntos à pró-reitoria de graduação e divulga editais para discentes afim de que maior número de alunos estejam sempre envolvidos na universidade. O atendimento muitas vezes também é de escuta, das dúvidas, indecisões e problemas enfrentados pelos acadêmicos.

A Secretaria Acadêmica – SAC é a instância diretamente ligada à Pró-reitoria de Graduação que, em conformidade com as normas acadêmicas, possui como atividades primordiais o processamento dos dados sobre o ensino e o acompanhamento da vida acadêmica dos discentes desde a entrada na Instituição até o momento da Conclusão do Curso. É um órgão suplementar da UFT, de caráter executivo, que reúne a documentação pertinente ao desempenho das atividades acadêmicas e é responsável pelo manuseio, classificação, preservação e manutenção do acervo discente.

Tem como objetivo cumprir e fazer cumprir o Regimento Acadêmico da Instituição e orientação a toda comunidade acadêmica, onde grande maioria residente na Cidade de Tocantinópolis e o restante oriundos dos Municípios de Aguiarnópolis, Palmeiras, Nazaré,

Luzinópolis, Santa Terezinha no Estado do Tocantins e Porto Franco e Estreito no Estado do Maranhão. A Secretaria reserva uma atenção maior com os acadêmicos de outros municípios, devido as dificuldades de locomoção e comunicação nos municípios vizinhos para o Campus da UFT.

A Secretaria Acadêmica tem por finalidade centralizar a administração da vida acadêmica, efetuando o controle e o registro de todos os atos acadêmicos pertinentes aos cursos de graduação. A Secretaria acadêmica integra a estrutura do Campus e é constituída pelas seguintes categorias funcionais: Chefe da Secretaria Acadêmica e Assistentes Administrativos.

Entre outras, o Chefe da Secretaria as atribuições de: Responder pelo expediente e pelos serviços gerais da Secretaria Acadêmica; orientar e supervisionar as atividades acadêmicas; orientar e supervisionar os Assistentes Administrativos nos assuntos relacionados com a Secretaria Acadêmica; supervisionar o serviço de registro de fluxo da documentação acadêmica; divulgar e acompanhar o Calendário Acadêmico; conhecer e aplicar as normas de legislação educacional; orientar e acompanhar a aplicação da legislação e das normas acadêmicas em vigor; acompanhar o cadastro das Atividades Complementares realizadas pelos acadêmicos; responsabilizar-se pelos termos de Colação de Grau e secretariar as Colações de Grau; controlar a tramitação de processos de transferências, aproveitamento de disciplinas, correção e verificação de notas, diplomas, exercícios domiciliares, segunda chamada de prova etc.

Os assistentes da Secretaria Acadêmica são responsáveis por: atender e orientar acadêmicos quanto a assuntos acadêmicos como matrículas, exames, calendário acadêmico; emitir históricos escolares, programas de disciplinas, certidões, declarações, guias de transferências, atestados e outros; orientar os alunos quanto aos procedimentos da pré-matrícula via *web* e da renovação de matrícula; atualizar os dados pessoais e acadêmicos dos alunos no SIE; registrar observações nos históricos escolares referentes à classificação no concurso vestibular, data de realização do ENADE; cadastrar as Atividades Complementares realizadas pelos acadêmicos durante o curso etc.

5.3 Corpo Técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso

Para dar suporte ao curso, após a efetiva criação da UFT e a necessidade de implantação dos três seguimentos que compõem a universidade, a partir de 2004, foram realizados concursos públicos, compondo assim um quadro de 18 servidores concursos. Estes servidores atuam no apoio administrativo e acadêmico, na secretaria acadêmica e biblioteca e participam das atividades da Universidade como um todo.

QUADRO 16: Corpo Técnico-Administrativo: Formação, Condição, Regime de Trabalho.

Técnico-administrativo	Lotação	Regime de Trabalho	Cargo
Adão Macário dos Santos	Coordenação administrativa e financeira	40 horas	Administrador
Agailson Alves de Oliveira	Coordenação de desenvolvimento humano	40 horas	Assistente em administração
Ana Marcia de Sousa Ribeiro	Divisão de Biblioteca	40 horas	Assistente em Administração
Anna Flavia Martins Duarte	Setor de Tecnologias	40 horas	Técnica em Informática em nível médio
Antônio Nilson Moreira de Souza	Divisão de apoio às políticas estudantis	40 horas	Pedagogo
Cristina da Cunha Fonseca	Divisão de apoio às políticas estudantis	40 horas	Psicóloga
Dângelo Robério Batista de Oliveira	Protocolo	40 horas	Assistente em Administração
Eveliny Almeida Feitosa Jácome	Setor de Secretaria da Direção	40 horas	Secretária executiva
Fani Rodrigues Hisatomi	Divisão de Biblioteca	40 horas	Biblioteconomia
Fernanda Rodrigues da Silva	Licença para qualificação	40 horas	Secretária executiva
Geovane dos Santos Barros	Divisão de Biblioteca	40 horas	Assistente em administração
Giano Carlos dos Santos	Coordenação de secretaria acadêmica	40 horas	Assistente em administração
Gleison Fernandes Moreira	Cedido para o TRE	40 horas	Assistente em administração
Graciela Garcia Rodrigues	Coordenação de secretaria acadêmica	40 horas	Assistente em administração
Hemerson Ferreira dos Santos Junior	Divisão de apoio às políticas estudantis	40 horas	Técnico em assuntos educacionais
Iana Cristina da Silva Amorim	Divisão de biblioteca	40 horas	Assistente em administração
Josana Gomes Bandeira	Seção de secretaria unificada	40 horas	Assistente em administração

Juliano Rodrigues dos Santos	Divisão de Gestão patrimonial, suprimentos e contratos	40 horas	Assistente em administração
Lia da Cruz Sousa	Seção de secretaria unificada	40 horas	Secretária executiva
Liane Clementino dos Anjos	Seção de secretaria unificada	40 horas	Assistente em administração
Marcélio Martins Campos	Coordenação de secretaria acadêmica	40 horas	Administrador
Marcelina Miranda da Silva	Divisão de biblioteca	40 horas	Assistente em administração
Marcio Kley Soares Brandão	Divisão de biblioteca	40 horas	Assistente em administração
Marcos da Silva Farias	Divisão de gestão patrimonial, suprimentos e contratos	40 horas	Assistente em administração
Maria Goreth da Silva	Central de estágio	40 horas	Técnica em assuntos educacionais
Nilton Carlos Ribeiro Loureiro	Subprefeitura	40 horas	Assistente em administração
Raimundo de Abreu Brito	Divisão de Biblioteca	40 horas	Assistente em administração
Revilmar Barbosa de Andrade	Divisão de Biblioteca	40 horas	Assistente em administração
Reginaldo Marinho de Oliveira	Divisão de gestão patrimonial, suprimentos e contratos	40 horas	Tecnólogo em gestão pública
Reginaldo Soares Fernandes	Central de estágio	40 horas	Técnico em assuntos educacionais
Rosalis Bastos de Souza	Laboratório	40 horas	Técnico em laboratório
Saulo Eglain Sa Menezes Soares	Seção de secretaria unificada	40 horas	Assistente em administração
Whudson Morais e Sousa	Setor de TI	40 horas	Técnico em TI

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

O Campus universitário de Tocantinópolis possui duas unidades, a mais antiga fica no centro da cidade, no prédio onde funcionava o Centro de Formação de Professores Primários (CFPP). Esse prédio foi construído em 1961 cuja arquitetura procurou-se preservar como patrimônio histórico. Essas instalações e grande parte dos equipamentos ainda vieram da antiga UNITINS quando em 2003 passou definitivamente seu patrimônio para a UFT. Nessa unidade se localizam as salas dos docentes, além de salas de projetos e laboratórios do curso. A unidade, recém-inaugurada, foi batizada de Babaçu, dado que é rodeada por essa palmeira. As salas de aulas, administração e biblioteca do Campus estão alocadas nesse novo espaço.

6.1 Estrutura Física do Campus:

A Unidade Centro possui atualmente uma área de 7.200 m² localizada, como explicitado no próprio nome, em área privilegiada no centro da cidade. Neste espaço onde outrora se realizavam todas as atividades do Campus, hoje abriga 20 salas de professores, 09 salas de projetos, 01 casa do estudante, os demais espaço encontram-se em desuso.

Em 2013 foi doada uma área de 223.240m² para a construção do novo Câmpus situada na entrada da cidade de Tocantinópolis. A nova unidade do Campus, já em uso, foi entregue em 2018, no entanto com apenas metade do bloco modelo 3P que abriga as salas de aulas e áreas administrativas.

O edifício é constituído de 3 (três) pavimentos, sendo um térreo, com área construída de 721,65 m², o 1º pavimento, com área de 659,31 m² e 2º pavimento com área igual a 659,31 m², totalizando uma área construída total de 2.040,27 m².

O edifício é constituído em bloco único, na sua parte central ficam os conjuntos sanitários e a circulação vertical. Ainda, fazem parte deste contrato a edificação referente à guarita do Campus, bem como o seu cercamento e estacionamento de veículos.

O pavimento térreo é composto pelo corredor, sala do rack, Copa, sanitários masculino e feminino, Sala administrativa, 2 salas de aula de 40 lugares, 1 sala de aula de 60 lugares e 1 laboratório de informática e 1 protocolo.

O 1º pavimento é composto pelo corredor, sala do rack (apoio à informática), D.M.L., (depósito de material de limpeza), sanitários masculino e feminino e 6 salas de aula de 40 lugares.

O 2º pavimento é composto pelo corredor, sala do rack, D.M.L., sanitários masculino e feminino e 6 salas de aula de 40 lugares.

Na unidade Babaçu fica também o edifício da biblioteca, que é constituído de 3 (três) pavimentos, sendo um térreo, com área construída de 938,90 m², onde está abrigado o acervo bibliográfico, o pavimento superior, com área de 935,20 m², abrigando parte dos setores administrativos do Campus, inclusive direção de Campus e coordenações de cursos. Na cobertura-barrilete a área é de 79,10 m², totalizando a área construída de 1.953,20 m².

QUADRO 17: Laboratórios e instalações existentes no Campus de Tocantinópolis

A – Unidade Centro		
Laboratórios existentes	Origem	Cursos atendidos
Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico – LIAPE	Curso de Pedagogia	Ciências Sociais Educação do Campo Educação Física Pedagogia
Brinquedoteca “Mário de Andrade”	Curso de Pedagogia	Ciências Sociais Educação do Campo Educação Física Pedagogia
Centro de Memória da Educação - CEMED	Curso de Pedagogia	Ciências Sociais Educação do Campo Educação Física Pedagogia
Sala de Danças	Curso de Educação do Campo	Ciências Sociais Educação do Campo Educação Física Pedagogia
Sala de lutas	Curso de Educação do Campo	Ciências Sociais Educação do Campo Educação Física Pedagogia
B – Unidade Babaçu		
Laboratórios existentes	Origem	Cursos atendidos
Laboratório de Informática – LABIN	Laboratório do Campus	Ciências Sociais; Educação do Campo; Educação Física; Pedagogia
Laboratório de anatomia	Curso de Educação Física	Ciências Sociais; Educação do Campo; Educação Física; Pedagogia
Laboratório de Fisiologia	Curso de Educação Física	Ciências Sociais; Educação do Campo; Educação Física; Pedagogia

QUADRO 18: Laboratórios em instalação no Campus de Tocantinópolis

Laboratórios em instalação	Origem	Cursos atendidos
Laboratório de Estudos da Atividade Física e do Exercício.	Curso de Educação Física	Curso de Educação Física
Laboratório de Expressão Corporal, Arte e Movimento	Educação Física e Educação do Campo	Curso de Educação Física Educação do Campo
Laboratório de Música	Educação do Campo	Educação do Campo
Laboratório de Artes Visuais	Educação do Campo	Educação do Campo
Laboratório de Fotografia	Educação do Campo	Educação do Campo

Laboratório de Informática – LABIN

O Laboratório de Informática é um espaço interdisciplinar onde se desenvolve a pesquisa e a extensão em interface com outros cursos do Campus. Equipado com computadores e outros equipamentos de multimeios visa à utilização da informática como auxiliar do ensino, da pesquisa e da extensão através da introdução de uma metodologia que proponha atividades fora da sala de aula convencional e que utilize recursos como: internet, vídeo, cinema, filmografia, etc.

Salas de aulas

A unidade centro conta com 10 de 52m² cada uma com capacidade para 50 alunos, das quais 5 estão equipadas com ar-condicionado, podendo atender nessas condições até 250 alunos por turno, em total de 750 em 3 turnos. Possui também um pátio de circulação de 224,00m².

A unidade Babaçu, o bloco 3P abriga 12 salas de aula com capacidade para 40 alunos cada, podendo atender 480 alunos por turno, em total de 1440 em 3 turnos. Essas salas ficam localizadas em espaço de 2.040,27 m². que ainda contempla o auditório, sala de multimídia, CAs, Laboratório de informática (LABIN), Secretaria Acadêmica, Laboratórios, banheiros. As referidas salas possuem espaço, iluminação, climatização e mobiliários adequados e podem ser utilizadas juntamente com os outros quatro cursos existentes.

Sala de Professores

As salas de professores estão localizadas na Unidade Centro, onde ocupam três blocos, cada um com 256,69m² com 20 salas de professores estruturadas com internet, ar condicionado, ramal, computadores, mobiliários e capacidade de atender os 54 professores. Também compreende uma sala de reunião para cada bloco com capacidade de 30 pessoas.

As salas dos professores são equipadas gabinetes destinados ao trabalho docente como estudos orientação acadêmica, entre outros. Essas salas são todas climatizadas, possuem mobiliário adequado como armários, mesas, cadeiras, ramal telefônico e computadores conectados à internet. Cada sala foi construída para receber dois professores.

Sala da coordenação do curso

A sala da coordenação desde o início deste ano está instalada no piso superior do prédio da biblioteca na Unidade Babaçu e oferece as condições essenciais para o trabalho da coordenadora. É equipada com gabinete, mesa de computador, armários, arquivos e possui uma visão estratégica das salas de aulas.

Sala da Direção do Campus

A sala da direção do Campus, também se encontra instalada, desde o início deste ano, no piso superior do prédio da biblioteca na Unidade Babaçu. Antecedendo a sala da direção, tem a sala de atendimento das secretárias, executiva e auxiliares, que intermediam o contato com o diretor. É uma sala razoavelmente ampla com uma mesa grande para reuniões de trabalhos e está equipada com demais equipamentos necessários ao trabalho do diretor. É ventilada e com claridade solar.

Sala de Reuniões

Atualmente dispomos de 4 (quatro) salas de reuniões as quais são amplas, climatizadas e móveis. Esses espaços foram criados com a finalidade de acolher as reuniões dos Colegiados existentes, mas vê-se que, nas mesmas pode-se realizar outras reuniões em quaisquer horários em razão de que os Colegiados existentes têm sua rotina, a qual não impede a realização de outras atividades nesses espaços existentes.

Sala de Coordenação financeira e administrativa

O Campus possui 22 salas de apoio administrativo, com estrutura razoável atendendo os setores de transporte, diárias, direção, recepção, recursos humanos, compras,

almoxarifado, coordenação administrativa, informática, subprefeitura, patrimônio, protocolo, ouvidoria e central de estágio.

Secretaria Acadêmica

O setor de Controle e Registro Acadêmico do Campus, tem uma área de 44,97m² onde atende atualmente a 04 cursos regulares (Educação do Campo, Educação Física, Ciências Sociais e Pedagogia) e um semipresencial (Pedagogia/Parfor) perfazendo um total de 740 alunos em 2013/2. O espaço do setor bem como o mobiliário, pode atender mais 04 cursos e ainda tem um diferencial que é o quadro de servidores fechado com 5 servidores que atendem ininterruptamente das 08h às 20h.

Auditório

O Auditório (Vigilante Adão Ribeiro da Silva) fica localizado no bloco de sala de aulas e tem uma área de 114,07m², climatizado, com palco e capacidade para 90 pessoas. Esse auditório atende não só o Campus como também a eventos municipais, estaduais, regionais e privados.

Bloco de Projetos

Esse bloco atende a vários projetos do Campus, possui 257,60 m² e 11 salas climatizadas. Neste bloco fica também localizado o setor de informática do Campus.

Bloco PARFOR

Essa estrutura veio com a implantação do curso de Pedagogia/Parfor (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) possui uma área de 417,62m². Nesse Bloco está instalada a Prefeitura Universitária e encontra-se 05 salas de professores do curso de Educação do Campo; Laboratório de danças; reprografia, sala dos vigilantes, um laboratório do programa de assistência estudantil.

Transporte

A frota do Campus concentra em 03 veículos pequenos em bom estado de conservação (Voyage, L-200 e L-200 triton) e dois micro ônibus, um com capacidade para 12 passageiros e outro para 28 passageiros.

Copiadora

Institucional - 01 Sala com ramal telefônico, internet e ar-condicionado, com quota mensal para o Campus de 9.900 cópias, sendo distribuídas por setores conforme necessidade de utilização. Cada professor tem direito a 90 cópias mensais por disciplina.

Externa – 01 Sala com internet e ar-condicionado que atende aos discentes e comunidade em geral em 3 turnos. Em frente ao Campus também possui copiadora, atendendo as necessidades dos alunos.

Biblioteca

Atualmente temos uma biblioteca com espaço físico amplo, a qual foi reformada recentemente, está informatizada além de contar com salas de estudo para alunos e um amplo acervo bibliográfico sendo que todos os seus espaços são climatizados.

QUADRO 19: Relação de quantidade de exemplares por categoria de material na biblioteca do Campus de Tocantinópolis.

MATERIAL	EXEMPLARES
LIVROS	16.826
REVISTAS	-
MONOGRAFIAS GRADUAÇÃO	523
MONOGRAFIAS ESPECIALIZAÇÃO	33
DISSERTAÇÕES	58
TESES	48
MULTIMEIOS (CD'S, DVD'S E FITAS CASSETE)	-
OUTROS	-
TOTAL GERAL	17.488

Fonte: Sistema de Bibliotecas da UFT.

Infraestrutura

- Área total – 504 m² (climatizada);
- 18 módulos de estudo individual;
- 22 mesas para estudo de grupo e 106 acentos;
- Sala da coordenação: 9,89m² área;
- Sala de processamento técnico: 22,12m² área;
- Setor de circulação e atendimento: 11,19m² área.

Recursos tecnológicos

- 02 computadores para o atendimento ao usuário;
- 01 computadores processamento técnico;
- 01 computadores da coordenação;
- 02 computadores para pesquisa de usuários;
- 01 Impressora Laser Lexmark E342m (*processamento técnico*);
- 01 Sistema Antifurto RF ID Brasil;
- 01 Scanner HP Scanjet G2710.

7. REFERÊNCIAS

ACORDO DE COOPERAÇÃO n. 01, de 17 de julho de 2002. **Acordo de cooperação** que entre si celebram a União, a Fundação Universidade Federal do Tocantins, o Estado do Tocantins e a Fundação Universidade do Tocantins.

ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ANFOPE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. **Documento final 14º Encontro Nacional**. Goiânia, 2008. Disponível em: <https://formacaoprofessordotcom.files.wordpress.com/2017/10/doc-final-xiv-encontro-nacional.pdf> Acesso em: 31 mar. 2018.

ARAÚJO, Nataniel da Vera-Cruz G. Araújo. **A expansão da educação superior a distância no Tocantins no âmbito da parceria entre a EADCON e a UNITINS**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2016.

ARAÚJO, Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves. **O Normal Superior Tele-Presencial e a Trilogia**: política educacional, formação de professores e educação a distância. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2008.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação. Rumo à sociedade aprendente**. 2.^a ed. Vozes, São Paulo, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é Educação?** 33^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto 3.276 de 6 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Decreto 3.554 de 7 de agosto de 2000. Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002. Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Senado, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº. 9.192/95 de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB LEI n. 9.394 de 20 de dezembro 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> acesso em: 06 de abril 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº. 15 de 2 de fevereiro de 2005. Esclarecimento sobre a Resolução CNE/CP nº1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº. 28 de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Parecer nº 27 de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Parecer nº 41 de 17 de fevereiro de 2004. Retificação do Parecer CNE/CES 0028/2004, que trata da aprovação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins-UFT, com sede no Município de Palmas, Estado do Tocantins. Brasília: **CNE/CES**, 2004.

BRASIL. Parecer nº. 133 de 6 de março de 2001. **Esclarecimentos quanto à formação de professores** para atuar na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. **CES/CNE**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Parecer nº. 213 de 01 de outubro de 2003. Consulta sobre a Resolução CNE/CP 1, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e a Resolução CNE/CP 2, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **CNE/CES**, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Parecer nº. 28 de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **CNE/CP**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Parecer nº. 9 de 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **CNE/CP**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº. 2 de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Resolução nº. 01 de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **CNE/CP**, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Resolução nº. 01 de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **CNE/CP**, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Resolução nº. 01 de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **CEB/CNE**, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Resolução nº. 02 de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **CNE/CP**, Brasília, DF, 2002.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia**: Introdução à Ciências das Sociedades. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1987.

DEMO, Pedro. **Pesquisa com princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. **A Inter-ação Pela Linguagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

LOCATELLI, Arinalda Silva; LOCATELLI, Cleomar; PEREIRA, Fabíola Andrade; LOPES, Francisca R.; FILHO, Francisco Gonçalves; Araújo, Nataniel da Vera-Cruz G. **O curso de Pedagogia no norte do Tocantins**: história, memórias e reflexões. Goiânia: Editora da PUC de Goiás, 2012.

MAIA, Maria Zoreide Britto. **Expansão da educação superior a distância no Brasil**: o caso da Universidade do Tocantins -UNITINS. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação. Goiânia, 2011.

MORETZ-SOHN, Maria Cristina de Almeida. **A estruturação da educação superior no Tocantins: caminhos e descaminhos da UNITINS**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação. Goiânia, 2002.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Trad: Maria D. Alexandre & M^a Alice S. Doria. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **De professores, Pesquisa e didática**. São Paulo: Papirus, 2002

PINHO, Maria José. **Políticas Educacionais de Formação de Professores no Estado do Tocantins: intenção e realidade**. Tese (Doutorado em Educação e Currículo) PUC, São Paulo, 2004.

SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SOUZA, Raquel Aparecida. **Da UNITINS À UFT: modelos e práticas gestoriais na educação superior do estado do Tocantins no limiar do século XXI**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2007.

TOCANTINS. Decreto n.º 252, de 21 de fevereiro de 1990. Cria a Universidade do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. Palmas, TO, 1990.

TOCANTINS. Lei n.º 136, de 21 de fevereiro de 1990. Cria a Fundação Universidade do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. Palmas, TO, 1990.

TOCANTINS. Lei n.º. 326 de 24 de outubro de 1991. Reestrutura a Universidade do Tocantins, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. Palmas, TO, 1991.

TOCANTINS. Lei n.º. 872 de 13 de novembro de 1996. Determina o processo de extinção da autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. Palmas, TO, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Estatuto da UFT**. Alterado pela Resolução no 16/2015 do CONSUNI. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/JkF1hA3HTEuqLu-BdjQM3Q>>. Acesso em 06 de abril 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Nota Técnica**. Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2015. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/CWdpsHBrSHKnzc8TzwX3Ow/content/Nota%20T%C3%A9cnica%20Prograd%20-%20N%C3%BAcleo%20Docente%20Estruturante.pdf> Acesso em 06 de abril 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento do Campus de Tocantinópolis**. Tocantinópolis: Universidade Federal do Tocantins, Comissão de Elaboração do Campus, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Regimento Geral da UFT**. Disponível em: <http://docs.uft.edu.br/share/s/JWGNE_V8Qguj1uU2GBTL3g>. Acesso em: 06 de abril 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução 07/2007 CONSEPE. **Projeto Pedagógico Institucional - PPI**. Palmas, 2007. Disponível em: <<http://ww1.uft.edu.br/index.php/documentos?view=jalfresco&uuid=c95de47f-18ac-42b6-99f7-ca5f74f1a137&name=Resolu%C3%A7%C3%B5es%202007>>. Acesso em: 06 de abril 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução n. 14 de 28 de agosto de 2013 – CONSEPE. Dispõe sobre as normas para o Programa de Monitoria Indígena (PIMI) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/rM0p5xjlSeetxe6Bjx5vaQ> . Acesso em: 07 de abril 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução n. 27 de 24 de setembro de 2014 – CONSUNI. **Planejamento Estratégico 2014-2022 da Universidade Federal do Tocantins**. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/XPg9b0oRRj2TnfKDVFZrGw>>. Acesso em: 06 de abril 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução nº. 06 de 05 de abril de 2016. CONSUNI. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2016-2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Proposta de Implantação de novos cursos no Campus de Tocantinópolis**. Tocantinópolis: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Geral de Expansão e Comissão

PASSOS, Vania Maria de Araújo; COSTA, Samara Queiroga B. G. da; BITTERBIER, Solange; BARBOSA, Betania Maria. **Orientação para Elaboração de PCC**. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins, 2017.

8. ANEXOS

- ANEXO 01 - Instrução normativa PED-TOC nº01/2018
- ANEXO 02 - Manual de Estágio Supervisionado
- ANEXO 03 - Manual de TCC
- ANEXO 04 - Regimento acadêmico do curso
- ANEXO 05 - Regimento da Biblioteca
- ANEXO 06 - Ata de aprovação do PPC

ANEXO 01

Instrução normativa PED-TOC nº01/2018